

Refúgio, Migrações e Cidadania



Caderno de Debates 19
Ano 2025



Instituto Migrações
e Direitos Humanos



Fundação
Scalabriniana
COM MIGRANTES E REFUGIADOS



UNHCR
ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

Refúgio, Migrações e Cidadania



Caderno de Debates 19 Ano 2025

Adriana Pitta Silva
Adriano Barcelos
Ana Carolina da Luz Ribeiro
Ariadiny Lima
Bela Feldman-Bianco
Bruno Iury dos Reis Basílio
Cynthia Elena Ramos
Davidte Torzilli
George Martine
Jessica Carvalho Guimarães
Leonardo Cavalcanti
Leonardo Rocha de Oliveira
Letícia Britto dos Santos
Márcia Maria de Oliveira
María Josefina Palomo de Rivero
Mônica Pinto
Rafael Balardim
Rosita Milesi
Tânia Tonhati
Thais Alpires
Vanessa de Paula Ponte
Zakia Ismail Hachem



Instituto Migrações
e Direitos Humanos



Fundações
Scalabriniana
COM MIGRANTES E REFUGIADOS



Agência da ONU para Refugiados



Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

Websites

www.acnur.org.br
www.acnur.org
www.unhcr.org

e-mail: brabr@unhcr.org.br

Telefone: (61) 3044-5744 – Fax: (61) 3044-5705



Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH

Website: www.migrante.org.br

Facebook: [institutomigracoes](https://www.facebook.com/institutomigracoes)

Instagram: @ institutomigracoes/ @projeto.nansen2024

e-mail: imdh@migrante.org.br

imdh.diretoria@migrante.org.br

Telefone: (61) 3340-2689 – (61) 3447-8043

Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v.19, n.19 (2025).

Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos.

v.1, n.1 (2006)

Anual:

ISSN: 1984.2104

1. Direitos Humanos – Periódicos 2. Migrações – Periódicos 3. Refugiados – Periódicos

CDU 341.231.14 (05)

Editor Responsável
Instituto Migrações e Direitos Humanos

Conselho Diretor
Presidente: Ir. Rosita Milesi, mscs
Tesoureiro: Osmar Favretto
Secretária: Ir. Marileda Baggio, mscs

Conselho Editorial
Andrés Ramirez (México)
Elizabeth Pedernal, mscs (Itália)
Isabel Marquez (Espanha)
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Márcia Anita Sprandel
Roberto Marinucci
Rosita Milesi

Coordenação Editorial
Ariadiny Lima (IMDH)
Beatriz Bento Gargano (Projeto Nansen)
Thais Alpires (IMDH)

Editoração Eletrônica
Cristina Guimarães Fonseca

Projeto gráfico
Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)

As informações expressas nos artigos são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a opinião do ACNUR, do IMDH, ou do Conselho Editorial do Caderno. Esse Caderno aceita contribuições de autores interessados em publicar seus trabalhos. Todos os artigos não encomendados serão encaminhados ao Conselho Editorial, a quem cabe a decisão final sobre sua publicação.

Índice

- 09** **Sementes de Transformação: Do Caderno de Debates ao Projeto Clima e Deslocamentos Humanos**
Vanessa Pontes, Rosita Milesi, Thais Alpires
- 17** **Prêmio Global Nansen de Refugiados 2024, do ACNUR: entrevista a Irmã Rosita Milesi**
Vanessa de Paula Ponte, Adriano Barcelos
- 33** **Tendências migratórias no Brasil: Desafios Pendentes**
Bela Feldman-Bianco
- 47** **Os Impactos das Mudanças Climáticas na Migração Humana**
George Martine
- 57** **Mudanças climáticas em Madagascar: uma breve análise sobre Insegurança Alimentar**
Ana Carolina da Luz Ribeiro
- 73** **A Ausência de Políticas Públicas Efetivas para os Deslocados Ambientais no Brasil**
Bruno Iury dos Reis Basílio, Letícia Britto dos Santos, Rafael Balardim
- 95** **Travessias, Raízes e Renascimentos: Três Vidas que Tecem os 25 Anos do IMDH**
Vanessa Ponte, Thais Alpires, Ariadiny Lima

119

A Internationalização da Universidade de Brasília: Perfil dos Discentes Imigrantes Refugiados e Apátridas e Desafios da Inclusão Acadêmica

Leonardo Cavalcanti, Tânia Tonhati, Zakia Ismail Hachem, Larissa Gonçalves

141

As migrações na perspectiva da crise climática na Amazônia

Márcia Maria de Oliveira, María Josefina Palomo de Rivero, Jessica Carvalho Guimarães, Adriana Pitta Silva, Leonardo Rocha de Oliveira

171

Educação em Emergências no Brasil: o Papel do UNICEF como Indutor de Políticas Públicas Educacionais Resilientes

Mônica Pinto, Cynthia Elena Ramos

175

Mudanças climáticas e deslocamento forçado: Reflexões rumo à COP30 no Brasil

Davide Torzilli



“ Cada artigo contribui para a construção de um mosaico interpretativo que revela as múltiplas dimensões da interface entre crise climática e mobilidade humana.”

Sementes de Transformação: Do Caderno de Debates ao Projeto Clima e Deslocamentos Humanos

Apresentação

Vanessa Pontes¹, Rosita Milesi², Thais Alpires³

Há quase três décadas, o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) vem cultivando sementes de reflexão crítica e transformação social, seja por sua ação, seja pela produção e publicação de conteúdo. O Cadernos de Debate, em

¹ Consultora de projetos no Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Doutora em Ciências sociais e pós-doutoranda em antropologia na UNB. E-mail: nessaponte@gmail.com.

² Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), Irmã Scalabriniana, advogada, Mestre em Migrações pela Pontifícia Universidade Comillas (Espanha), observadora no Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

³ Mestre e Doutoranda em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

sua décima nona edição, marca um momento singular: pela primeira vez, um Caderno nasce diretamente vinculado a um reconhecimento internacional que reafirma a urgência do tema que aqui se desenvolve.

O Prêmio Nansen de Refugiados, do ACNUR, concedido à Irmã Rosita Milesi em 2024, não apenas honra décadas de dedicação incansável à causa das pessoas em migração e refúgio, mas também inaugura uma nova fase de compromisso institucional com uma das questões mais prementes do nosso tempo: a interface entre crise climática, deslocamentos humanos e justiça social. É deste reconhecimento que emerge o Projeto Clima e Deslocamentos Humanos, uma iniciativa que busca transformar o prestigioso galardão em ação concreta, reflexão profunda e mobilização coletiva.

Se os Cadernos de Debate sempre foram sementes lançadas em solo fértil do pensamento crítico, esta edição carrega uma potência germinativa especial. Ela inaugura os trabalhos do projeto que, fundamentado nos princípios da justiça climática, visa criar uma rede nacional de agentes de transformação socioambiental. Mais do que uma publicação acadêmica, este volume representa o primeiro fruto de uma metodologia inovadora que valoriza as experiências e saberes de pessoas refugiadas, migrantes, e brasileiras, reconhecendo-as não como vítimas passivas, mas como protagonistas das mudanças necessárias.

A urgência que permeia cada página deste Caderno reflete uma realidade incontornável: segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), 75% das pessoas refugiadas no mundo vivem em áreas de alto risco climático. Quando o ambiente se torna inabitável, a migração deixa de ser uma escolha e passa a ser um imperativo de sobrevivência, revelando camadas profundas de injustiça histórica e desigualdade global que este volume busca suscitar à reflexão.

Os textos aqui reunidos não apenas apresentam conteúdo do Projeto Clima e Deslocamentos Humanos, mas também estabelecem as bases teóricas e metodológicas para as oficinas multirregionais, materiais formativos e parcerias acadêmicas que se seguirão. Cada artigo funciona como uma lente de aumento sobre diferentes aspectos desta complexa teia que conecta mudanças climáticas, mobilidade humana e direitos fundamentais, desde as tendências migratórias

brasileiras até as crises alimentares em Madagascar, da carência de políticas públicas para deslocados ambientais até as práticas de acolhimento humanitário transformador.

Este Caderno de Debates marca, portanto, um duplo nascimento: o de uma nova fase editorial que se debruça sobre a emergência climática como fenômeno social total, e o de um projeto institucional que pretende expandir-se nacionalmente, criando metodologias replicáveis para a formação de agentes de transformação socioambiental. É uma semente especial porque nasce da terra já preparada por anos de trabalho, mas carrega em si a urgência de um tempo que não permite mais apenas contemplação – exige ação, articulação e transformação.

Os Caminhos do Dossiê: Múltiplas Vozes, Perspectivas Convergentes

A arquitetura deste volume reflete a complexidade do fenômeno que pretende abordar, reunindo análises que transitam entre o macro e o micro, o global e o local, o estrutural e o experiencial. Cada artigo contribui para a construção de um mosaico interpretativo que revela as múltiplas dimensões da interface entre crise climática e mobilidade humana.

A abertura do dossiê apresenta o texto “**Prêmio Global Nansen de Refugiados 2024, do ACNUR: entrevista a Irmã Rosita Milesi**”, de **Vanessa de Paula Ponte e Adriano Barcelos**, que traça a trajetória de uma dedicada referência na defesa dos direitos de migrantes e refugiados no Brasil. Em um diálogo que entrelaça memória, espiritualidade e compromisso político, a entrevista revela o percurso da Irmã Rosita, reconhecida com o Prêmio Nansen por sua atuação ao longo de quase quatro décadas, à frente do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), assim como por vários anos no Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM) e nos conduz a refletir sobre o sentido ético do acolhimento, bem como sobre a importância da educação, da fé e da ação coletiva como caminhos possíveis diante das fronteiras físicas e simbólicas que atravessam o mundo contemporâneo. Mais do que uma homenagem, a narrativa convida a pensar o refúgio e a migração como um espaços de encontro e reconstrução da humanidade em tempos de indiferença.

Em seguida, o caderno apresenta o artigo “**Tendências migratórias no Brasil: desafios pendentes**”, de **Bela Feldman-Bianco**, que oferece uma análise abrangente sobre os desafios enfrentados pela política migratória brasileira nas últimas décadas. Embora não se detenha especificamente na questão climática, o texto estabelece um panorama fundamental sobre as continuidades autoritárias no período pós-ditadura e o avanço da securitização migratória, elementos que se tornam ainda mais críticos quando pensamos nos deslocamentos forçados por degradação ambiental. A autora evidencia como os fluxos migratórios contemporâneos desafiam a efetividade dos direitos constitucionais, questão que ganha urgência adicional diante da perspectiva de crescentes deslocamentos climáticos.

Na sequência, **George Martine** apresenta “**Os impactos das mudanças climáticas na migração humana**”, um texto que mergulha diretamente no coração da questão que orienta esta edição. Com base em dados recentes e estudos de caso internacionais, o autor demonstra como diferentes manifestações da crise climática vêm reconfigurando os padrões de mobilidade em distintas regiões do mundo. Martine oferece uma leitura integrada que vai além das explicações climatológicas isoladas, evidenciando como os deslocamentos resultam da interação entre alterações ambientais, desigualdades históricas e ausência de políticas eficazes. Sua atenção ao caso brasileiro, destacando secas no Nordeste, enchentes urbanas e impactos ambientais na Amazônia, fornece um retrato inquietante e necessário da realidade nacional.

O olhar se expande para o continente africano com **Ana Carolina da Luz Ribeiro** e seu artigo “**Uma breve análise do debate sobre insegurança alimentar e mudanças climáticas em Madagascar**”. A autora examina como fatores climáticos e não climáticos convergiram para gerar uma crise alimentar devastadora no sul da ilha entre 2021 e 2022. Seu estudo de caso demonstra como secas severas, ciclones e tempestades de areia se somam à pobreza estrutural e à precariedade institucional, criando um ciclo de vulnerabilidade que impulsiona deslocamentos internos. A análise de Ribeiro reforça a necessidade de abordagens integradas que articulem segurança alimentar, adaptação climática e justiça social.

O foco retorna ao Brasil com “**A ausência de políticas públicas efetivas para os deslocados ambientais no Brasil**”, de autoria de **Bruno Iury dos Reis**

Basílio, Letícia Britto dos Santos e Rafael Balardim. A partir de uma pesquisa documental que abrange uma década (2014-2023), os autores revelam como fenômenos climáticos extremos têm impulsionado crescentes fluxos migratórios internos, atingindo desproporcionalmente populações já vulnerabilizadas. O texto denuncia a ausência de políticas públicas específicas para lidar com essa realidade, evidenciando uma lacuna normativa que se torna cada vez mais insustentável diante do agravamento da crise climática.

Vanessa Ponte, Thais Alpires e Ariadiny Lima contribuem com “**Travessias, raízes e renascimentos: três vidas que tecem os 25 anos do IMDH**”, um artigo que, embora não aborde diretamente a temática climática, oferece uma reflexão indispensável sobre dignidade e acolhimento nas trajetórias migratórias. Através das experiências de Nada Jabbour (Síria), Lucson Pierre (Haiti) e Rosa Paulina Bravo (Venezuela), as autoras demonstram como uma abordagem interseccional pode iluminar as complexidades do processo migratório. Este texto se conecta com a temática central do dossiê ao evidenciar que as respostas aos deslocamentos - sejam eles climáticos ou não - devem fundamentar-se no reconhecimento da dignidade e do protagonismo das pessoas em movimento, elemento central para qualquer política de justiça climática.

Já na área educacional, **Leonardo Cavalcanti, Tânia Tonhati, Zakia Ismail Hachem e Larissa Gonçalves** apresentam “**A Internacionalização da Universidade de Brasília: perfil dos discentes imigrantes, refugiados e apátridas e desafios da inclusão acadêmica**”. Embora centrado na experiência acadêmica, este artigo enriquece o dossiê ao abordar uma dimensão crucial da resposta institucional à mobilidade humana contemporânea. Os desafios enfrentados por estudantes estrangeiros - desde obstáculos burocráticos até vulnerabilidades de moradia e saúde mental - antecipam questões que se tornarão ainda mais prementes com o aumento dos deslocamentos climáticos. As propostas dos autores para uma inclusão mais efetiva oferecem pistas valiosas para pensar políticas de acolhimento em diferentes esferas da vida social.

Em relação “**As Migrações na Perspectiva da crise Climática na Amazônia**”, **Márcia Maria de Oliveira, María Josefina Palomo de Rivero, Jessica Carvalho Guimarães, Adriana Pitta Silva e Leonardo Rocha de Oliveira** investigam a

relação intrínseca entre a crise climática e os deslocamentos forçados na região amazônica. Os autores demonstram como eventos extremos, como secas e enchentes, agravados por intervenções humanas predatórias (como garimpo, desmatamento e contaminação por mercúrio), tornam inviável a permanência de populações tradicionais em seus territórios. Com base em pesquisas de campo e narrativas de migrantes indígenas Warao e Kariña da Venezuela, além de haitianos e cubanos, o estudo evidencia que tais deslocamentos, sejam internos ou internacionais, são majoritariamente compulsórios e afetam sobretudo os grupos mais vulneráveis, aprofundando pobreza e exclusão social. Diante desse cenário, os autores defendem a urgência de políticas públicas específicas e de cooperação internacional efetiva, temas que deverão ser prioritários na COP30 a fim de proteger os direitos dos migrantes climáticos e enfrentar as causas estruturais desse fenômeno.

Em resposta à crescente ameaça das emergências climáticas, o texto **“Educação em Emergências no Brasil: o Papel do UNICEF como Indutor de Políticas Públicas Educacionais Resilientes”**, de autoria de **Mônica Pinto e Cynthia Elena Ramos**, destaca a urgência de o sistema educacional brasileiro de se adaptar frente a temática. Com foco especial na proteção de crianças e adolescentes, sobretudo os mais vulneráveis, a discussão evidencia a atuação prioritária do UNICEF no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas, protocolos e programas de formação que garantam a continuidade da aprendizagem mesmo durante crises. Dessa forma, as autoras defendem que a educação é uma prioridade inegociável e detalham como o UNICEF se dedica à causa, colaborando com uma rede de parceiros para construir um sistema educacional capaz de antecipar, absorver e se adaptar aos impactos climáticos, assegurando assim o direito fundamental à educação de qualidade para todos.

Fechando o volume, o texto **“Mudanças Climáticas e Deslocamento Forçado: Reflexões rumo à COP30 no Brasil”**, de autoria de **Davide Torzilli**, propõe uma reflexão contundente sobre como a crise climática intensifica deslocamentos humanos e agrava vulnerabilidades preexistentes. A partir da trajetória de Claudine, mulher haitiana que perdeu tudo duas vezes, no Haiti e no Rio Grande do Sul, o autor evidencia o caráter humano por trás dos números e

dados globais. Assim, Torzilli enfatiza que as soluções já existem, mas dependem de vontade política, financiamento adequado e compromisso com a justiça climática, ressaltando que a COP30, em Belém, deve ser o momento de colocar os deslocados no centro das decisões, não como vítimas, mas como sujeitos de direitos e agentes de transformação.

Que esta leitura seja, ela mesma, um ato de justiça climática: uma forma de reconhecer que o conhecimento crítico, quando enraizado na realidade das pessoas em movimento, pode florescer em práticas concretas de acolhimento, proteção e transformação social. O projeto que aqui se inaugura é um convite para que cada leitor se torne, também, um agente desta rede nacional de transformação socioambiental que começamos a tecer.



“Sinto-me feliz em repetir que o caminho se faz caminhando e mais seguros serão os passos se convictos estivermos de nossa jornada.”

Prêmio Global Nansen de Refugiados 2024, do ACNUR: entrevista a Irmã Rosita Milesi

Vanessa de Paula Ponte⁴, Adriano Barcelos⁵

Em uma época marcada por muros que se erguem e pontes que se destroem, em que o discurso do medo sobrepõe-se frequentemente à linguagem da solidariedade, emerge uma voz que há quase quatro décadas ressoa como eco de esperança: a da Irmã Rosita Milesi, religiosa scalabriniana que em 2024 recebeu do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) o mais alto reconhecimento internacional na área de atenção a refugiados e à ampla causa humanitária - o Prêmio Global Nansen de Refugiados.

⁴ Consultora de projetos no Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Doutora em Ciências sociais e pós-doutoranda em antropologia na UNB. E-mail: nessaponte@gmail.com

⁵ Assessor de comunicação Social no Instituto Migrações e Direitos Humanos. Jornalista graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduado em Relações Institucionais e Governamentais pela Fundação Getúlio Vargas.

Esta entrevista transcende o registro de uma trajetória excepcional para constituir-se em documento histórico, capturando não apenas os marcos de uma missão transformadora, mas os dilemas e contradições de nosso tempo. Através das palavras da Irmã Rosita, somos convidados a compreender as migrações contemporâneas para além dos números que povoam as manchetes, mergulhando nas histórias humanas que se entrelaçam em cada chegada, em cada pedido de refúgio, em cada busca silenciosa por dignidade e paz.

A trajetória da Irmã Rosita ilustra como os grandes chamados da vida frequentemente chegam de forma inesperada. Professora por vocação inicial, administradora hospitalar por demanda institucional, ela viu abrir-se o horizonte de sua verdadeira missão junto aos refugiados e migrantes em 1986, aos 44 anos, quando foi chamada pela superiora geral da Congregação a preparar a fundação do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Era o início de uma jornada extraordinária que a conduziria a outros espaços, inicialmente em Roma e depois em Brasília, para os primeiros passos do Centro de Estudos Migratórios (CSEM), assim como no Serviço de Colaboração Apostólica Internacional da Conferência Nacional dos Bispados do Brasil e nos corredores do poder legislativo e executivo, onde se tornaria, na atuação conjunta com o ACNUR, uma das principais arquitetas do moderno sistema brasileiro de proteção aos refugiados.

Sua participação decisiva na elaboração e defesa da Lei 9.474/97 – considerada uma das legislações mais avançadas em matéria de refúgio – e na instalação do CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) demonstra como uma religiosa, caminhando lado a lado com outros atores, conseguiu traduzir valores evangélicos em políticas públicas concretas.

Mais que defensora de direitos, a Irmã Rosita tornou-se uma engenheira social, construindo pontes entre a espiritualidade cristã e a cidadania secular, entre a caridade tradicional e a justiça estrutural.

O que confere particular relevância a esta entrevista é sua capacidade singular de equilibrar a denúncia profética das injustiças com a proposição construtiva de caminhos alternativos. A religiosa não recua diante dos aspectos mais sombrios da realidade migratória contemporânea – a xenofobia crescente alimentada por algoritmos, a instrumentalização política cínica do sofrimento humano, as

vulnerabilidades extremas que atingem mulheres e crianças em trânsito –, mas sempre oferece horizontes de transformação ancorados em experiências concretas de sucesso.

Seu discurso revela uma compreensão madura de que as migrações não constituem anomalia ou desvio da ordem internacional, mas realidade estrutural inerente ao mundo contemporâneo, intensificada exponencialmente pelas mudanças climáticas, pelos conflitos armados persistentes e pelas desigualdades globais abissais. Diante dessa constatação lúcida, ela propõe não o fechamento defensivo de fronteiras, mas a abertura corajosa de corações e mentes, fundamentada na convicção de que a diversidade cultural constitui patrimônio da humanidade.

Um dos aspectos mais visionários de sua reflexão reside na centralidade estratégica atribuída à educação como ferramenta de mudança social duradoura. Para a Irmã Rosita, a transformação sustentável da percepção pública sobre migrantes e refugiados passa necessariamente pela formação das novas gerações, capacitadas para enxergar na diversidade não uma ameaça à identidade nacional, mas fonte inesgotável de enriquecimento coletivo.

Esta compreensão educativa permeia sua prática no Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), organização que fundou em 1999 e que se consolidou como referência nacional no atendimento integral a populações em mobilidade forçada. Superando o modelo assistencialista tradicional, o IMDH desenvolve metodologia inovadora de longo prazo, que abrange desde a regularização documental até a integração comunitária e econômica, buscando priorizar a autonomia e o protagonismo dos próprios migrantes.

As reflexões da Irmã Rosita ganham urgência particular em um momento histórico dramático, quando o número de pessoas forçosamente deslocadas no mundo ultrapassa os 120 milhões. Sua experiência direta com os grandes fluxos de migrantes e refugiados que chegaram ao Brasil nas últimas décadas oferece insights únicos sobre as complexidades da integração em sociedades de acolhida. Contudo, esta entrevista transcende amplamente o contexto brasileiro para dialogar com os grandes dilemas da humanidade contemporânea. Ao abordar a universalidade irredutível da condição humana, a responsabilidade ética compartilhada diante do sofrimento alheio, a necessidade premente de substituir

as “armas de guerra pelo diálogo respeitoso”, a Irmã Rosita oferece reflexões que interpelam consciências e desafiam estruturas de poder em escala planetária.

O leitor encontrará nestas páginas muito mais que o testemunho de uma vida consagrada a serviço do ser humano em situação de necessidade: descobrirá um convite radical à reflexão sobre o tipo de civilização que escolhemos construir para as próximas gerações. A Irmã Rosita nos confronta com a verdade incômoda de que, por trás de cada estatística sobre migrações, existe uma pessoa com nome próprio, história singular, sonhos legítimos e capacidade comprovada de contribuir para o enriquecimento material e espiritual da comunidade que a acolhe.

Sua voz – serena, mas inquebrantável, compassiva, mas analiticamente lúcida – oferece contraponto indispensável aos discursos de intolerância que colonizam crescentemente o debate público global. Ela nos desafia a enxergar nos migrantes e refugiados não o “outro” a ser temido ou rejeitado, mas o próximo a ser reconhecido em sua dignidade fundamental, não um fardo econômico a ser suportado, mas uma riqueza humana a ser valorizada e integrada.

Esta entrevista constitui, portanto, muito mais que documento jornalístico: revela-se manifesto de esperança contra o cinismo dominante, chamado à solidariedade concreta contra a indiferença institucionalizada, testemunho persistente de que é possível construir pontes duradouras exatamente onde outros insistem em erguer muros cada vez mais altos.

Irmã Rosita, o que a inspirou a embarcar nesta missão e o que a motiva a continuar nesta jornada ao longo dos anos?

Sinto-me feliz em repetir que o caminho se faz caminhando. Com essa afirmação iniciei meu discurso na premiação em Genebra, em 14 de outubro de 2024. A principal motivação para caminhar na missão é compreender que as pessoas que migram por terem sido forçosamente deslocadas precisam de acolhimento, de um espaço para viver, de um lar, de um país que as acolha. A inspiração, a motivação a um caminho de acolhimento e integração dos refugiados e migrantes nasce do contato com essas pessoas.

Cada ser humano em situação de vulnerabilidade que cruza nosso caminho e a quem podemos estender a mão e abrir o coração deixa-nos um pouco de si,

de sua experiência, compartilha sua cultura e nos ensina a ver o mundo com um olhar mais rico e fraterno.

Sigo com confiança porque acredito que podemos fazer a diferença na assistência e apoio aos mais frágeis, aos mais vulneráveis entre os vulneráveis – refugiados, migrantes, apátridas – e, nesse contexto, especialmente mulheres e crianças. Da força e resiliência destas pessoas de inquebrantável esperança em dias melhores, da graça de Deus e da inspiração do carisma scalabriniano vem, de modo particular, a energia necessária para seguir em frente e acreditar na humanidade.

Como começou o seu trabalho com migrantes?

Entrei na Congregação das Irmãs Missionárias Scalabrinianas nos anos '60. Naquele então não havia entre os espaços de missão no Brasil a atuação junto aos refugiados e migrantes. À época as Irmãs Scalabrinianas dedicavam-se ao magistério e à área da saúde. Eu optei pelo magistério, acreditando na possibilidade de ser professora de matemática, disciplina de minha preferência quando jovem estudante. De fato, meu primeiro espaço laboral foi na área educacional, onde atuei por 10 anos, embora distante da minha disciplina preferida. Mesmo assim, foram dez anos muito ricos e de muitas alegrias.

Transcorrido este período, atendendo a uma solicitação da Congregação, passei a atuar na área administrativa, na construção de um complexo hospitalar, tendo dedicado ali 12 anos de atuação.

É importante ressaltar, aqui, que a partir dos anos 1970, a Congregação decidiu reassumir o carisma, a missão fundacional do atendimento aos migrantes e refugiados, finalidade para a qual foi criada, em 1895. Nessa perspectiva, em 1986, a superiora geral me pediu um novo serviço – o de preparar a fundação do Centro de Estudos Migratórios da Congregação.

Apesar de estar muito ciente do desafio que isto representava, acolhi o pedido. Foi neste momento que se iniciou minha proximidade com o tema do refúgio e das migrações e, acima de tudo, com o carisma Scalabriniano. Passei, então, 2 anos em Roma e, no retorno ao Brasil, em 1988, fui enviada a me estabelecer em Brasília, local pelo qual eu não tinha muita simpatia, mas foi o decidido pela Congregação para sediar o Centro de Estudos Migratórios. Era, pois, meu local de missão. Aos

6 de junho de 1988 cheguei à Capital Federal. Prontamente, busquei caminhos e parcerias para viabilizar o Centro de Estudos. Simultaneamente, a pedido de D. Luciano Mendes de Almeida, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), abracei a missão de apoiar os missionários e missionárias, na assistência e orientação legal para a movimentação internacional. Eram brasileiros que partiam para missões em vários países do mundo e muitos outros que vinham de diversos países cumprir sua missão no Brasil.

Naquela época as pessoas em mobilidade enfrentavam muitas dificuldades. Não obstante, dediquei-me, com muita alegria e ânimo, a essa missão, conforme pedido e por delegação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Aliás, sigo até hoje prestando esse serviço quando missionários e missionárias encontram dificuldade frente à burocracia da documentação e dos pedidos de visto.

Sendo minha missão a fundação do Centro de Estudos, dediquei-me, com alegria, também ao serviço aos missionários e missionárias, mas priorizei a implementação do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM) junto ao qual estabeleci o Departamento de Direito e Cidadania, voltado à assistência legal aos migrantes e refugiados. Centenas de pessoas migrantes aguardavam há anos uma solução para seu status legal no Brasil. O regime de exceção de 21 anos havia terminado, mas a cultura da segurança nacional e do estrangeiro visto como um perigo, uma ameaça, ainda não haviam sido superadas. A demanda por atendimento jurídico aos migrantes cresceu muito e com o passar do tempo, foi necessário pensar em uma instituição específica para atendimento direto a esta população. Foi então que, junto a algumas pessoas amigas, pensamos na fundação do Instituto Migrações e Direitos Humanos. E este sonho partilhado tornou-se realidade em 1999 com o registro formal do IMDH (inicialmente com o nome de Instituto Solidário Migrações e alguns meses mais tarde, alterado para IMDH).

3 - Sabemos que trabalhar com migrantes e refugiados envolve enormes desafios, especialmente no contexto global atual. Quais são os principais obstáculos que você enfrentou e como superou essas dificuldades na sua missão?

Os desafios são muitos, e, no caso específico do Brasil, fornecer um primeiro serviço qualificado assim que as pessoas chegam ao país já passa por várias dificuldades. Nos últimos 15 anos, recebemos um número considerável de migrantes vindos de vários países, mas dois fluxos são particularmente significativos e muito numerosos: o dos haitianos e o dos venezuelanos.

A assistência e o suporte necessários são demandas fundamentais e desafiadoras, principalmente no caso dos venezuelanos, considerando que chegam em grande número e com muitas necessidades, sejam elas materiais, como alimentação, vestimenta, moradia ou abrigo, sejam de ordem pessoal, como fragilidades psicológicas ou condições de saúde precárias. O que temos feito é ampliar nosso olhar para as necessidades e oferecer o suporte que podemos, considerando os diferentes momentos da vida dos refugiados e migrantes que buscam o Brasil para nele estabelecer-se.

No momento da chegada e nos primeiros meses de estadia no país, a área socioassistencial é prioritária, incluindo a possibilidade de garantir o acesso das crianças à escola, assim como facilitar a obtenção de documentação para a estada regular no país.

Após essa fase inicial, é necessário investir em iniciativas para a integração e a promoção da autonomia das pessoas: cursos de português, formação profissional, trabalho e emprego, oportunidades de geração autônoma de renda e, de modo geral, avançar sempre com o objetivo de respeitar a dignidade das pessoas e oferecer condições para que adquiram independência e acessem as políticas públicas existentes. Globalmente, o que nos preocupa é o fato de que o número de refugiados, de pessoas forçadas a deixar sua terra não para de crescer. Além das guerras, um fator sensível que desloca milhões de pessoas são as desastrosas consequências das mudanças climáticas.

Hoje, existe uma retórica muito dura contra imigrantes ao redor do mundo. Na sua opinião, por que esse grupo tem sido alvo de tantos ataques?

Existe muita distorção na visão que a sociedade tem dos temas da migração e do refúgio e esse conjunto de equívocos tem a ver com vários fatores, como o desconhecimento sobre a causa, os medos infundados, posições preconceituosas,

e infelizmente, muitas vezes, com o uso político dessa pauta. É muito triste constatar que políticos mundo afora obtêm ganhos promovendo o ódio e a rejeição contra os migrantes, incentivando a divisão entre os seres humanos de maneira irresponsável. A imprensa também tem um papel importante a cumprir, e me sinto bem em propor ou mesmo pedir que refira e divulgue o máximo possível a dimensão construtiva da acolhida aos refugiados e migrantes, o contributo positivo destas pessoas na comunidade onde chegam com seus talentos, capacidades, experiência, dispostos a crescer e colaborar com o país que os acolhe. Vou repetir aqui um ponto que tenho sublinhado reiteradamente. Acredito na força da educação. Uma solução duradoura passa pela conscientização, através das novas gerações, a partir da educação transformadora das crianças e jovens, promovendo valores como o respeito e a riqueza da diversidade. A beleza do intercâmbio de experiências e da integração cultural são aspectos promissores de uma nova sociedade, inclusiva e culturalmente enriquecida.

Seu trabalho recebeu reconhecimento internacional, com o Prêmio Nansen 2024. O que isto representa para a missão Scalabriniana e para a causa dos migrantes e refugiados?

Agradeço o reconhecimento que isto representa não apenas em relação ao meu trabalho, mas à ação articulada e colaborativa de muito atores. Sinto-me feliz em dizer que a visibilidade dos movimentos forçados de pessoas e a realidade e as condições onde os refugiados e migrantes vivem é, para mim, o aspecto mais importante. Reitero que esse reconhecimento não é pessoal, até porque minha história só faz sentido enquanto compartilhada com outras pessoas, instituições parceiras, amigos e amigas de caminhada, voluntários, ativistas e, claro, os próprios migrantes e refugiados com quem fui construindo minha trajetória.

Então o verdadeiro prêmio é a visibilidade que alcançamos dar a esta causa, tanto pelo trabalho que fazemos, quanto pela consciência solidária da sociedade acolhedora.

Neste contexto, creio que a missão scalabriniana foi assumida com maior intensidade e a percepção de que não é apenas a missão de um grupo ou de uma congregação, mas da sociedade em geral e da comunidade local onde os

refugiados e migrantes se inserem. Temos recebido feedback de muitas pessoas que nos dizem não saber que as Irmãs estavam realizando atividades junto ao povo em mobilidade forçada e, em particular, que pudessem colaborar para a continuidade da missão que a Congregação desempenha.

Apraz-me sempre dizer que a visibilidade dos movimentos forçados de pessoas e da realidade vivida por refugiados e migrantes é, a meu ver, algo da maior importância. Considero que este reconhecimento não é pessoal, até porque minha história só faz sentido se compartilhada com vários atores, parceiros de caminhada, voluntários, militantes da causa, a Congregação à qual pertenço e, claro, os próprios migrantes e refugiados. O verdadeiro prêmio é a visibilidade que conseguimos, tanto do trabalho que realizamos quanto desta grande causa humanitária, bem como da sensibilização da sociedade, que em grande parte decorre dessa visibilidade e de um olhar positivo para essa população. Nesse contexto, acredito que a missão Scalabriniana foi percebida com maior intensidade. Recebemos retornos de muitas pessoas que desconheciam que as religiosas desenvolviam atividades nessa área e, em particular, que poderiam colaborar com a missão que a Congregação leva adiante. A visibilidade foi um grande avanço que alcançamos.

Como missionária scalabriniana, o que significa para você pertencer a uma congregação com uma missão tão focada em trabalhar com migrantes e refugiados? Como a espiritualidade e os valores da sua Congregação influenciam suas ações concretas no campo humanitário?

Foi na Congregação que meu caminho se abriu para o tema dos refugiados e migrantes. Uma vez que, por chamado de Deus, pertenço à Congregação das Irmãs Scalabrinianas, a escolha e a direção da minha vida é a fidelidade, o compromisso de responder à missão que nos chama ao serviço evangélico-missionário junto aos migrantes na acepção ampla da palavra – pessoas refugiadas, deslocadas, migrantes internos ou internacionais –, com preferência populações mais pobres e aquelas que se encontram em situações de grande vulnerabilidade.

A Congregação Scalabriniana à qual pertenço é orientada pelo carisma, dom de Deus à Igreja, a serviço da humanidade. Nas Constituições da Congregação revela-se a natureza e finalidades da Congregação, assim expressos:

“A Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, Scalabrinianas (MSCS), dom de Deus à Igreja e a serviço dos migrantes, foi fundada em Piacenza, Itália, dia 25 de outubro de 1895 e aprovada como Instituto Religioso de Direito Pontifício pelo Papa Pio XI, em 13 de janeiro de 1934. O Fundador da Congregação é Dão João Batista Scalabrin e são cofundadores, o Padre José Marchetti e a Beata Madre Assunta Marchetti. Fiel à sua herança carismática, a Congregação (...), Instituto de vida Apostólica, participa da vida da Igreja, da qual recebeu a missão de cooperar no plano de salvação com e para os migrantes (art. 1).

Este dom carismático imprime um estilo peculiar de santificação e de apostolado, torna-nos capazes de contemplar as migrações na ótica da fé e de ver nos migrantes a imagem de Cristo peregrino: ‘Era estrangeiro e me acolhestes’ (art.3).

O carisma nos interpela a viver a acolhida e a solidariedade, a assumir a itinerância apostólica sendo ‘migrante com os migrantes’ e a testemunhar a comunhão na diversidade” (art.3).

Sob este compromisso, a busca contínua pela vivência e prática dos valores scalabrinianos – acolhida, solidariedade, proteção, integração, universalidade, misericórdia – é fundamental. São estes valores que dão significado à nossa vida e sobre os quais se apoia nossa espiritualidade. Sob esta inspiração, na ação prática, temos sempre o desafio da fidelidade a pontos de referência sólidos, tanto espirituais como humanos. Acredito que manter a simplicidade, a imparcialidade, a caridade e a misericórdia no trato com as pessoas é um ponto crucial para uma verdadeira acolhida, com o mesmo amor, dispensada a homens e mulheres, crianças e adultos, jovens e idosos, sejam pessoas refugiadas, migrantes, apátridas ou deslocadas no interior do próprio país. Somos todos seres humanos, membros da mesma família.

Qual é, na sua opinião, o papel da Congregação Scalabriniana e de outras instituições religiosas no apoio e promoção dos direitos dos mi-

grantes e refugiados? Como eles podem melhorar a integração e o acolhimento dessas pessoas ao redor do mundo?

O espaço missionário da Congregação Scalabriniana, assim como de outras instituições dedicadas aos refugiados e migrantes, é imenso. Podemos intervir e colaborar nos campos social, jurídico, sanitário, educacional, na promoção de políticas públicas, enfim, em qualquer área de necessidade humana, tendo, porém, o foco específico de estar a serviço de pessoas que passaram por um processo de deslocamento, especialmente deslocamento forçado.

O mais importante é ter bem definidas e priorizadas as pessoas às quais devemos oferecer nossa ação humanitária e pastoral, nosso apoio, nosso acolhimento, a defesa dos direitos e a promoção incansável do respeito à sua dignidade, ou seja, refugiados, migrantes, deslocados, apátridas.

No caso específico da Congregação Scalabriniana, o carisma, o dom de Deus que recebemos por meio de São João Batista Scalabrini e dos cofundadores, está delineado em nossas Constituições. “Somos uma Congregação que é um dom de Deus à Igreja para o serviço evangélico-missionário aos migrantes e refugiados, de preferência os mais pobres que se encontram em situações de grande vulnerabilidade”.

Então, como podemos intervir para garantir que essa população seja melhor atendida? Sendo uma presença profética e ativa ao lado de migrantes, refugiados, deslocados, apátridas; oferecendo nossa força, nossa capacidade, nosso amor, nossa voz para denunciar as violações de direitos, as omissões do Estado, as situações de exploração, xenofobia, discriminação e rejeição às quais essa população é frequentemente submetida. Você pode nos contar um pouco sobre o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), vinculado à Fundação Scalabriniana?

Em 1988, por decisão do Governo Geral das Irmãs Scalabrinianas, à qual pertenço, passei a residir em Brasília, para viabilizar a fundação do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM) da Congregação. Na estrutura do Centro, em comum acordo com outras Irmãs e com o Governo Geral, foi constituído o Departamento de Direito e Cidadania (DDC/CSEM), voltado ao atendimento a refugiados e migrantes, particularmente no apoio à documentação,

ponto fundamental para a tranquilidade emocional da pessoa e assegurar sua estada regular no Brasil. Para facilitar o atendimento, foram constituídos Núcleos de Atendimento em vários pontos do País. Outro aspecto importante foi a atuação na incidência junto a Órgãos públicos e espaço legislativo a fim de avançar em políticas públicas com especificidade para esta população.

Voltada a esta finalidade, nos anos de 1996 e 1997, como coordenadora do DDC/CSEM, participei ativamente, juntamente com o ACNUR, no processo de elaboração e tramitação da primeira lei brasileira relativa ao Estatuto do Refugiado, que se concretizou com a aprovação da Lei 9.474, sancionada pelo Presidente da República em julho de 1997. Em continuidade a este importante avanço, tive a oportunidade de colaborar na instalação do CONARE, efetivada em outubro de 1998.

Aprovada a Lei de Refugiados, instalado o CONARE, sentiu-se a necessidade de uma organização da sociedade civil, sediada em Brasília, com a missão específica do apoiar, orientar e defender os direitos dos migrantes e refugiados de modo a facilitar seu acesso seja ao CONARE, seja a outros diversos caminhos de regularização migratória.

As demandas e pedidos de apoio de migrantes e refugiados cresceram na década de 90. E a necessidade de criação de uma instituição específica, igualmente. Aspecto importante sinalizando a necessidade de uma organização social se evidenciava também em favor da continuidade das ações de incidência e a demanda por políticas públicas voltadas à população migrante e refugiada.

Foi neste contexto que articulamos um grupo de colaboradores em favor da causa humanitária. Juntos, debruçamo-nos sobre a proposta de criação de uma instituição para atendimento a refugiados e migrantes. O direcionamento das ações que procurei empreender decorre, também, da adesão à Vida Religiosa na Congregação das Irmãs Missionárias de S. Carlos – Scalabrinianas, cuja missão é atender e assistir migrantes e refugiados, especialmente as pessoas mais necessitadas.

O trabalho ao longo desses anos se constituiu no embrião que gerou a fundação do IMDH. Em 1999, juntamente com Pe. Virgilio Leite Uchoa e Maria Luisa Shimano, aprovamos o Estatuto e formalizamos a fundação do Instituto Solidário

Migrações que, poucos meses depois, teve a denominação alterada para Instituto Migrações e Direitos Humanos.

O IMDH é uma instituição social, filantrópica, com sede em Brasília e uma filial em Boa Vista, Roraima, no norte do Brasil, fronteira por onde atualmente chegam grandes fluxos de refugiados e migrantes venezuelanos. A atuação do IMDH está integralmente voltada à atenção mais ampla possível aos migrantes e refugiados, atendendo pessoas procedentes de inúmeros países. Em Boa Vista, o atendimento prioritário está voltado a mulheres e crianças. Destaca-se, no Estado, também uma ação específica – o Projeto Angel Gabriel – que consiste no fornecimento de um kit nutricional para crianças na primeira infância de famílias em situação de alta vulnerabilidade.

O IMDH está organizado em 6 eixos de atuação: socioassistencial; proteção e documentação; inserção educacional; integração comunitária e econômica; pastoral e espiritualidade; incidência. Busca, assim, contribuir para o desenvolvimento humano integral de milhares de pessoas refugiadas e migrantes que atendemos ao longo de nossa trajetória.

A senhora foi a vencedora global do Prêmio Nansen e também houve quatro vencedoras regionais, todas mulheres. As mulheres são mais empáticas diante dessas realidades de sofrimento?

Sinto-me orgulhosa ao ver mulheres contempladas na edição do Prêmio Nansen 2024. E agradecida por estar entre elas. Sinto-me feliz em estar ao lado de outras quatro mulheres premiadas por expressivas obras em favor de públicos em situação de necessidade ou em precárias condições de proteção.

Desejo que este prêmio seja uma homenagem às mulheres refugiadas, migrantes e deslocadas. Em minha trajetória, tive a oportunidade de testemunhar sua resiliência, empatia, sensibilidade e profundo amor na luta persistente como agentes de transformação e ação, muitas vezes silenciosas e anônimas, buscando superar a discriminação e as injustiças sociais. Sem fazer uma comparação de gênero, considero sereno e justo afirmar que as mulheres não hesitam em ser solidárias com quem sofre e criativas na busca por soluções que melhorem a vida de seus filhos, da família, de pessoas em situação de necessidade e da comunidade que as acolhe.

A partir de sua experiência, você poderia citar os maiores desafios enfrentados pelos migrantes e refugiados e que políticas ou medidas podem ajudar a superá-los?

São vários os desafios e bastante diversas as políticas que ajudam a superá-los.

Como ponto geral, de grande importância, destaco a necessidade de políticas de integração, entre as quais se inclui a aprendizagem do idioma, a revalidação de diplomas e título, programas de capacitação e de acesso ao trabalho, apoio para atividades de geração autônoma de renda, principalmente para mulheres chefes de família, garantia de vagas para acesso das crianças à escola e o correspondente apoio material, capacitação das equipes escolares para a efetiva inserção das crianças e adolescentes na comunidade educacional, entre outros itens.

Muitos refugiados e migrantes possuem capacitações que poderiam contribuir com o país se tivessem seus diplomas reconhecidos bem como se conseguissem ter apoio para frequentar com facilidade cursos de português e orientações para o acesso ao mercado laboral. Vale ainda destacar a importância de apoiar, principalmente as mulheres, para que possam estabelecer pequenos projetos de geração autônoma de renda, pois, tendo elas que cuidar das crianças, não conseguem assumir empregos formais longe de casa.

O empreendimento de atividades de geração de renda são uma boa alternativa, valoriza as capacidades das mulheres e favorece a família inteira.

É de grande importância assegurar o acesso aos documentos de modo que a pessoa possa sentir-se tranquila por estar vivendo de forma regular, com sua documentação em dia, permitindo-lhe, com brevidade, o acesso aos benefícios sociais e ao trabalho. Em regra, é preciso que a legislação que hoje existe e as correspondentes medidas práticas sejam plenamente acessíveis, sem embaraços ou custos altos e burocracia rígida e complexa.

Vale mencionar também o desafio relativo ao funcionamento das instâncias administrativas, pois se estas são morosas ou não têm estrutura para atender a demanda, os migrantes e refugiados passam longos meses sem acesso a certos benefícios sociais de fundamental importância e urgência para as famílias, especialmente quando em relação às crianças, às pessoas doentes, aos idosos, às

mães que chegam com seus filhos e que têm a seu encargo a manutenção familiar. Frequentemente as pessoas não encontram abrigos ou casas de passagem. Muitas pessoas chegam fragilizadas, física e psicologicamente, e precisam de um atendimento completo, com estruturas sociais específicas e de acolhida pelo menos temporária, de modo a superar os traumas pelos quais passaram nos países de origem ou durante o trânsito nos processos migratórios.

Qual mensagem a senhora gostaria de deixar para o mundo?

É por meio da educação, especialmente de crianças, adolescentes e jovens, que podemos construir comunidades que reconheçam e valorizem a pluralidade e com ela se enriqueçam, cultural e socialmente. A novidade, em geral, encanta as crianças e os jovens que assimilam facilmente o que o outro tem a oferecer. É através da educação, especialmente junto às crianças, adolescentes e jovens, que facilmente se encontra espaço para construir comunidades interculturais que reconheçam e valorizem a alteridade e a contribuição de quem chega ao nosso país, às nossas comunidades. Embora cheguem, em geral, com pouco ou sem pertences, chegam com suas potencialidades e talentos. A troca de saberes e riquezas culturais é fundamental para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ademais, tenho a profunda convicção de que através da educação pode-se superar a xenofobia, a rejeição e a discriminação em relação aos refugiados e migrantes. O intercâmbio de aspectos e riquezas culturais é chave para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Permitam-me, também, que deixe um apelo às autoridades que em vários países e regiões do mundo utilizam as armas de guerra para destruir a vida: que as substituam pelo diálogo respeitoso e franco, na busca sincera da paz. É difícil e triste celebrar a beleza do Prêmio Nansen de Refugiados, criado em homenagem a um homem que usou sua lucidez, audácia e criatividade para salvar vidas, enquanto crianças inocentes estão sendo mortas pela insensatez das guerras ou definhando pela fome, num planeta tão rico em recursos e possibilidades. Minha homenagem a todas as pessoas e forças vivas que se colocam a serviço da vida e dão algo de si para acolher com empatia os refugiados, deslocados, migrantes

e apátridas que sofrem as consequências de situações para as quais não deram causa, ao contrário, delas são vítimas.

Tomo a liberdade também de sublinhar a preocupação pela necessidade de medidas urgentes no enfrentamento às mudanças climáticas que ameaçam a sobrevivência humana e são uma das maiores causas geradoras dos grandes contingentes de pessoas deslocadas e migrantes na atualidade. Valho-me aqui das palavras inspiradoras da carta de líderes religiosos de diversas tradições e espiritualidades, na qual afirmam:

“A natureza em suas múltiplas formas deve ser um elemento central em nossas práticas espirituais e na expressão de fé de nossas comunidades. Ao testemunharmos a destruição de ecossistemas essenciais, sentimos que não apenas a natureza está sendo violada, mas também os princípios espirituais que guiam nossas vidas. A proteção da natureza não é apenas uma questão ambiental, mas um dever espiritual e moral”.

Por fim, vale sempre lembrar a palavras do Papa Francisco de que “*a dignidade da pessoa não depende de ela ser cidadã, migrante ou refugiada*”. E que a atitude de salvar a vida de quem foge da guerra, da miséria e das situações de morte é um ato de humanidade.



“na ausência de políticas estruturais que garantam os direitos básicos numa perspectiva de equidade, as populações migrantes continuam dependendo do trabalho de organizações confessionais e seculares da sociedade civil, que muitas vezes estão sujeitas aos parâmetros estabelecidos por financiadores nacionais e internacionais”.

Tendências migratórias no Brasil: Desafios Pendentes⁶

Bela Feldman-Bianco⁷

Em outubro de 1988, a proclamação de uma nova constituinte simbolizou a redemocratização do Brasil. Baseada em direitos fundamentais, a assim chamada Constituição Cidadã afirma, em seu artigo 5, que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Brasil, 1988).

⁶ Trata-se de uma síntese do texto *Migration Trends in Brazil: Human Rights, Securitization and Outstanding Challenges*, que redigi em colaboração com Igor José de Renó Machado, Alexandre Branco Pereira e Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira, publicado In *Migration Trends: Contributions from a Human Rights Perspective*, organizado por Carmem Lussi, Brasília: CSEM, 2025, pp134-174.

⁷ Professora sênior do programa de pós-graduação em antropologia social da UNICAMP. E-mail: bfb@uol.com.br

Considerando o nosso passado colonial e escravocrata e a persistente desigualdade social racializada brasileira, buscamos examinar em que medida essa Constituição Cidadã influenciou a construção de políticas migratórias baseadas em direitos fundamentais e nas demandas dos movimentos sociais de migrantes, refugiados e apátridas. Dado esse objetivo, constatamos no decorrer da análise que para entendermos os desafios, as negociações e os conflitos subjacentes à formulação de políticas migratórias baseadas na noção de migrantes como sujeitos de direitos, teríamos de levar em conta as continuidades da ditadura civil-militar (1964-1985) no processo de redemocratização do país, o capitalismo neoliberal vigente, o contexto político brasileiro mais amplo e a construção de um novo regime global de controle migratório. Dessa perspectiva, tornou-se também crucial investigar as influências das organizações internacionais na construção das políticas migratórias securitárias no Brasil especialmente após o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer à presidência do país em agosto de 2016.

Vale lembrar que a Constituição Cidadã foi instituída no decorrer das crises globais das décadas de 1980 e 1990, que afetaram especialmente a América Latina, em uma conjuntura do capitalismo caracterizada por uma nova lógica de expulsão (Sassen, 2014) baseada na acumulação por despossessão (Harvey, 2005.) que reorganizou os processos de acumulação de capital, intensificou o uso extrativista de recursos e todos os tipos de deslocamento, ampliou as desigualdades sociais, criando contingentes maiores de despossuídos. Nesse cenário, o Brasil se tornou fornecedor de migrantes na economia política global, continuando ao mesmo tempo a atrair migrantes internacionais, embora em menor escala. Entre as décadas de 1980 e 2000, os maiores contingentes que chegaram e se estabeleceram no Brasil eram provenientes da Bolívia, Colômbia, Argentina e Paraguai.

Já as crises globais de 2009-2010 atingiram fortemente os países da União Europeia e os Estados Unidos originando mudanças dos trajetos das migrações do Sul Global para outros países do Sul Global. Embora representando hoje menos de 1% de sua população, o Brasil recebeu imigrantes de 197 nacionalidades, abrangendo contingentes significativos de venezuelanos, haitianos e cubanos. Muitos desses migrantes se valeram de novas rotas terrestres, especialmente

as do Arco Norte do país. Também afegãos, nepaleses e indianos, entre outros, que chegaram por via aérea seguiram essa mesma rota de trânsito terrestre para atravessar a selva de Darién, na Colômbia, e chegar à América Central e, posteriormente, à fronteira mexicana com os Estados Unidos, impondo novos desafios às autoridades migratórias brasileiras. Nessa conjuntura, o Brasil se transformou também país de trânsito.

Diante dessas transformações, pesquisadores começaram a focalizar a relação entre emigração e imigração (CNPD, 2001; Patarra, 1996; 2005), dedicando inicialmente maior atenção aos brasileiros que deixaram o país por motivos econômicos entre as décadas de 1980 e 2000. Esses movimentos migratórios ocasionaram a formação de uma “diáspora” brasileira predominantemente em situação indocumentada, em um período de mudança dos regimes de controle migratório pós-Schengen que transformaram a Europa comunitária em “Fortaleza Europa”. Também nos EUA, as políticas de deportação e criminalização dos imigrantes endureceram durante o governo Clinton, quando da aprovação, em 1996, da Lei de Reforma da Imigração Ilegal e Responsabilidade dos Imigrantes, conhecida também como a lei do crime. Subsequentemente a proclamação do *Patriot Act* de 2001, em resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro, motivou a transferência do controle imigratório do Departamento de Justiça para o Departamento de Segurança Interna. Essa lei, juntamente com o aumento de financiamento, engendrou a escalada do controle de segurança nacional, a detenção de longo prazo e uma “máquina de deportação” que tornaram ainda mais difícil a regularização da situação dos imigrantes nos EUA (Lind, 1996). Esses processos de securitização e criminalização da migração geraram novas formas de organizar e classificar os fluxos migratórios, através das quais antigas categorias “foram subsumidas às “novas ameaças” identificadas pela comunidade internacional, como o tráfico de drogas, o terrorismo, o tráfico de pessoas e a migração indocumentada (Domenech, 2015).

Comparativamente, no Brasil, ainda vigorava o Estatuto do Estrangeiro, criado em 1980 durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Essa legislação anacrônica, que categorizava os imigrantes como “casos de polícia” e lhes negava o direito de participar de manifestações políticas e sindicais, durou 37 anos, até 2017 em

virtude da política de conciliação que vigorou no país desde os estertores do regime autoritário. Basta lembrar que, ante a ampla manifestação popular contra a ditadura, o presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), se adiantou em proclamar a Lei nº 6.683/1979 a fim de conceder anistia aos agentes da repressão que cometiam torturas, assassinatos e desaparecimentos de presos políticos até 1979 e permitir o retorno dos dissidentes políticos o exílio sem correr o risco de prisão política⁸. Essa política de conciliação foi constitutiva da eleição presidencial indireta de 1985 realizada com o beneplácito dos militares, assim como das negociações na década de 2010 entre os que defendiam uma nova lei de migração baseada em migrantes como sujeitos de direito e os que priorizavam o viés securitário de Estatuto do Estrangeiro. Na atualidade, o Supremo Tribunal Federal está a deliberar, 46 anos após a instituição da Lei da Anistia, se essa lei poderá ser aplicada aos desaparecimentos ocorridos durante o regime militar.

Diante desse quadro, torna-se compreensível a decisão do governo FHC (1995- 2003) de evitar eventuais conflitos com os militares e recriar o Conselho Nacional da Imigração (CNIg), que fazia parte do Estatuto do Estrangeiro, em vez de formular uma nova legislação migratória. O CNIg, reconstruído com uma visão dos imigrantes como sujeitos de direitos, no espírito da constituição de 1988, foi durante 20 anos (1996-2016) o principal fórum de discussões da política migratória. Com sua composição quadripartite, congregando representantes governamentais, do patronato, das centrais sindicais, academia e sociedade civil, trouxe diferentes percepções sobre a problemática migratória na elaboração, coordenação e orientação das políticas de imigração que contornaram o obsoleto Estatuto do Estrangeiro (1980-2017) (Feldman-Bianco, 2018; Meunier, 2019). Além do CNIg, o governo FHC recriou, em 1997, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública responsável por decidir sobre os pedidos de reconhecimento da condição de refugiado.

Com a redemocratização, enfatizou-se essencialmente uma política de regularização de documentos e proteção trabalhista por meio de diferentes tipos

de vistos para estrangeiros que entram no país, sejam eles imigrantes, investidores, estudantes, trabalhadores temporários ou pessoas reconhecidas como refugiadas. No caso do CNIg, a preocupação em regularizar a documentação englobou ainda os processos de tomada de decisão em relação a casos omissos ou situações especiais que, embora não contemplados nas resoluções do Conselho, visam facilitar a concessão de vistos ou permanência no país, como no caso da criação do visto humanitário para os haitianos considerados refugiados climáticos em 2012, após o terremoto de 2010 (Feldman-Bianco, 2018; Oliveira, 2020). Considerado um exemplo de boa prática pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), este Conselho implementou e coordenou políticas migratórias por meio de decretos e resoluções baseados nos direitos humanos, especialmente no que diz respeito à regularização (e, portanto, ao controle) e à proteção laboral dos migrantes, tendo realizado ações relevantes neste âmbito, inclusive para a diáspora brasileira.

Desde a era FHC, lideranças dessa diáspora brasileira, no decorrer de suas lutas e ativismo nos países de acolhimento, se mobilizaram também pelos seus direitos de cidadania no Brasil. Dramatizadas pelo aumento das deportações, detenções, mortes e até assassinatos de brasileiros em situação indocumentada na Europa e nos Estados Unidos, bem como pelos conflitos fronteiriços na América do Sul, essas mobilizações contribuíram para a migração internacional ocupar posição central na agenda intergovernamental da era Lula (2003-2010). Além de ações dirigidas aos imigrantes no Brasil, o governo Lula criou uma Secretaria-geral da Emigração Brasileira em 2007 para ampliar os serviços consulares e estabelecer acordos bilaterais relativos aos brasileiros no exterior.

No ano seguinte, um Primeiro Encontro de Brasileiros no Mundo instituiu diálogos entre o Estado brasileiro e sua diáspora com o objetivo de garantir direitos de cidadania aos migrantes brasileiros. Com esse objetivo, a criação do Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior (CRBA), por meio do Decreto nº 7.214/2010, estabeleceu princípios e diretrizes para as comunidades brasileiras no exterior, incluindo a efetivação de Conferências “Brasileiros no Mundo” como modo de dar continuidade aos diálogos e políticas para a população diaspórica brasileira. Mas, paralelamente, em um aparente paradoxo, investimentos significativos em prol da transformação do país em um ator

global implicaram no alinhamento do Brasil às políticas globais restritivas à migração. Assim, as ratificações à Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (Decreto nº 5.640, de 2005) e ao Protocolo de Palermo (Decreto nº 5.017, de 2004) incidiram na aprovação de uma Política Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas e de dois Planos Nacionais que endossaram a agenda internacional de combate ao tráfico de drogas, ao tráfico de pessoas e ao contrabando (Dias, 2014; Dias, Sprandel, 2011; Dias, Sprandel, 2012; Lowenkron, 2015; Lowenkron, Piscitelli, 2015; Piscitelli, Lowenkron, 2015; Sprandel, 2011; Sprandel, Dias, 2010).

Essa sobreposição e, de certa forma, conciliação entre políticas contraditórias também caracterizou o governo Rousseff (2011-2016) em um período de chegada de novos contingentes de migrantes ao Brasil no contexto da crise global de 2008/2009 e de crescente mobilização por uma nova lei de migração. Naquela época, enquanto um novo projeto de lei (Portaria nº 2.162/2013) focalizava migrantes como sujeitos de direitos, a I Conferência sobre Migração e Refúgio (COMIGRAR), realizada em junho de 2014, promovia a participação social de migrantes e refugiados. Concomitantemente, o governo desenvolvimentista de Rousseff seguia de forma mais direta do que o de Lula, as diretrizes de organizações internacionais como a OIM, o UNODC e a ICPMD de proteção igualitária aos imigrantes e às fronteiras. Investimentos significativos em políticas de combate ao tráfico e na Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON) foram canalizados às políticas de segurança contra oponentes internos e políticas de defesa nacional contra inimigos externos, crime organizado transnacional, tráfico de pessoas, terrorismo e combate às drogas.

Nesse contexto, a aprovação da nova lei de migração pelo Congresso Nacional (Lei nº 3445/2017) foi, em última análise, uma conquista dos movimentos sociais de migrantes do Brasil e no país que, juntamente com organizações que trabalham com migrantes e refugiados, há muito exigiam uma legislação com enfoque nos direitos humanos. No entanto, essa aprovação da nova legislação migratória ocorreu num período de mobilizações em favor do impeachment de Dilma Rousseff e da ascensão de Michel Temer à presidência do Brasil quando se deu o rompimento da política de conciliação construída no final da ditadura civil-militar.

Consequentemente, os esforços dos movimentos sociais em favor da aprovação da nova lei sem sanções não surtiram efeito. Os vetos do presidente Temer e o processo de regulamentação trouxeram o espectro do anacrônico Estatuto do Estrangeiro para a nova legislação, sinalizando uma guinada para políticas de crescente securitização e militarização da migração, o enfraquecimento da proteção social e dos direitos fundamentais e a tentativa de excluir a CNIg da lei de migração. Tampouco o artigo 120 desta lei, que trata da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia e, portanto, dos direitos fundamentais dessa população, foi elaborado. Além do mais, a regulamentação da lei (Decreto nº 9199/2017) segmentou a política migratória entre os Ministérios da Justiça e Segurança Pública e das Relações Exteriores, limitando a atuação do CNIg às questões relacionadas à migração laboral. Ao mesmo tempo, a militarização da Operação Acolhida para venezuelanos com o apoio de organizações internacionais, especialmente OIM e ACNUR, resultou em uma política de externalização de fronteiras, calcada nas políticas de regulação tecnocrática do atual regime global das migrações.

Subsequentemente, durante o governo de extrema direita do presidente Bolsonaro (2019-2022), a polarização aumentou drasticamente. Com sua ênfase em destruir a democracia por dentro (Levitsky & Ziblat, 2018), Bolsonaro promoveu um capitalismo altamente destrutivo em detrimento do meio ambiente, da ciência, da educação, da tecnologia, das instituições democráticas e dos direitos humanos. Dessa forma, avançou ainda mais na securitização e na criminalização das minorias, minando a própria noção de direitos humanos em favor da “liberdade de expressão”. Seu governo também destruiu as políticas criadas para os migrantes brasileiros no exterior, ao mesmo tempo em que apoiou a repatriação de brasileiros pelos EUA de volta ao Brasil. Além disso, logo após a sua posse, a extinção do Ministério do Trabalho e a transferência do CNIg para o Ministério da Justiça e Segurança Pública (Decreto nº 9873/2019), juntamente com a securitização exacerbada das questões migratórias e de refugiados, reduziram ainda mais a estrutura e o campo de atuação desse conselho. Embora os casos omissos ou excepcionais continuem a ser de responsabilidade do CNIg, seu principal objetivo parece ser incentivar a vinda de migrantes com capital social e econômico que possam trazer renda e investimentos para o Brasil.

Após o retorno de Lula à presidência do Brasil em 2023, seu governo sequer tentou rever ou revogar os vetos e a regulamentação da Lei de Migração de 2017, nem desmilitarizar ou descontinuar a Operação Acolhida, que, embora inicialmente planejada para ser temporária, já dura oito anos. Tampouco foram canceladas as ações da era Bolsonaro, que criminalizam ainda mais os migrantes transnacionais residentes no Brasil (como a Portaria nº 770/2019 do ex-ministro Sérgio Moro) e os brasileiros que deixaram o país, como o acordo que facilitou a deportação de brasileiros dos Estados Unidos.

Há, portanto, uma continuidade de Temer a Lula 3, no que tange às políticas de securitização e criminalização, como demonstram as recentes decisões que restringem as autorizações de entrada no Brasil. A Nota Técnica DEMIG 18/2024, que favorece a externalização das fronteiras, afirma que “os passageiros sem autorização serão obrigados a retornar ao seu país de origem ou continuar para o destino indicado no bilhete”. Em contrapartida, os pedidos de vistos temporários e autorizações de residência por motivos humanitários, no caso dos afgãos (Brasil: MJSP/MRE 42/2023) e dos haitianos (Brasil: Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 51/2024), passaram a estar sujeitos à “existência de capacidade de acolhimento por uma organização da sociedade civil com a qual a União tenha celebrado acordo de cooperação, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em um edital de seleção promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública”. Além de representar uma afronta aos direitos humanos e ao reagrupamento familiar, essa delegação de responsabilidades do Estado à sociedade civil incorre o perigo de incentivar a expansão de uma indústria migratória. De modo geral, essas políticas, juntamente com a subordinação à externalização das fronteiras articulada pelas principais agências internacionais no interesse dos países europeus e dos Estados Unidos, assinalam a submissão do Brasil à regulação tecnocrática dos fluxos migratórios promovida pelo regime global de controle da migração internacional, pelo menos desde a criação da Operação Acolhida.

Essas recentes resoluções governamentais parecem ter sido elaboradas e assinadas sem muita discussão, aparentemente com consultoria ou influência da OIM. Desde a regulamentação da Lei de Migração de 2017, a política migratória tem sido dividida principalmente entre o Ministério da Justiça e Segurança

Pública e o Ministério das Relações Exteriores. Atualmente, a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública concentra, além do Departamento de Migração, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), a Coordenação de Combate ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes, o CNIg reformado e a Coordenação de Política Migratória, responsável pelo desenvolvimento da política nacional de migração, refúgio e apátridas, conforme o Decreto MJSP/2023. Assim, essa centralização de diferentes órgãos no Ministério da Justiça e Segurança Pública simboliza a força do paradigma da securitização, que está longe da perspectiva dos imigrantes como sujeitos de direitos, conforme estabelecido no artigo 5º da Constituição de 1988.

Dadas essas segmentações, apesar das muitas propostas apresentadas na Segunda COMIGRAR, ainda não há informações sobre como esse material ajudará a formular a política nacional de migração, refúgio e apatridia no que diz respeito aos direitos fundamentais. Enquanto isso, na ausência de políticas estruturais que garantam os direitos básicos numa perspectiva de equidade, as populações migrantes continuam dependendo do trabalho de organizações confessionais e seculares da sociedade civil, que muitas vezes estão sujeitas aos parâmetros estabelecidos por financiadores nacionais e internacionais, como a exigência de atendimento exclusivo a migrantes venezuelanos em projetos financiados pela OIM, USAID e pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (Branco-Pereira, Balieiro, 2024) — fundos que, nesta nova era Trump, estão desaparecendo.

O contexto atual, portanto, apresenta desafios urgentes que requerem a mobilização das lideranças migrantes e das organizações e coletivos que atuam em defesa dos direitos dos migrantes. Neste período de luta, precisamos nos mobilizar em prol da recriação de um fórum para assumir o papel de guardião da legislação migratória responsável até mesmo pela avaliação e revogação das políticas e ações, muitas delas inconstitucionais, estabelecidas desde o governo Temer, e construir uma Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia de forma democrática, com base em recomendações legislativas, na transversalidade dos direitos humanos e no respeito à Constituição de 1988 no que tange aos direitos fundamentais dos brasileiros e estrangeiros. Para isso, é necessário: a)

trazer uma composição multipartidária e interministerial — com representantes de diferentes órgãos governamentais, trabalhadores, empresários, acadêmicos e observadores da sociedade civil — para incluir diferentes visões na construção de políticas públicas; b) realizar fóruns de participação social que reúnam o governo, migrantes, refugiados e apátridas, bem como organizações que trabalham com essas pessoas deslocadas e a academia. É preciso também considerar experiências anteriores na articulação dos direitos dos brasileiros e dos imigrantes no processo legislativo, bem como na articulação de questões relacionadas à emigração e imigração, como políticas baseadas nos direitos fundamentais e voltadas para a “diáspora” brasileira no exterior (de fato incluídas na atual Lei de Migração) e a formulação de políticas para acompanhar os imigrantes que chegam ao Brasil.

Da mesma forma, considerando que a maioria dos migrantes internacionais, refugiados e apátridas vive em cidades, propomos a formulação de políticas locais baseadas na transversalidade dos direitos fundamentais, visando à formação de cidades solidárias. Acima de tudo, nestes tempos sombrios, com a ascensão da extrema direita e o retorno de Trump à presidência dos Estados Unidos, com suas políticas de criminalização e deportação contra imigrantes, o governo brasileiro precisa urgentemente repensar as políticas de segurança vigentes, direcionando-as aos migrantes internacionais, imigrantes, refugiados e apátridas brasileiros no Brasil, como sujeitos de direitos e, por extensão, à defesa da democracia.

Referências Bibliográficas

Alexandre Branco-Pereira. Entre a crença e o saber: cultura como falseamento da BRANCO-PEREIRA, Alexandre; QUINTANILHA, Karina. **Deportação e trabalho escravo: governo e exército transformam política migratória em desastre humanitário.**

The Intercept Brasil, 2021. Disponível em:<<https://theintercept.com/2021/07/23/deportacao-trabalho-escravo-governo-exercito-migrantes-desastre-humanitario/>>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 62^a edição. Brasília: Edições Câmara, 1988.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Caminhos da cidadania: emigração, mobilizações sociais e políticas do Estado brasileiro. In: Feldman-Bianco, Bela; Rivera-Sanchez, Liliana; Stefoni, Carolina; Villa Martinex, Marta Ines (eds.). *La Construcción del Sujeto Migrante en América Latina: Prácticas, Representaciones y Catálogos*. Quito: Flacso, 2011, p. 235-280.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: direitos humanos, securitização e violências**. Travessia: Revista do Migrante, v. 83, p. 11-36, 2018. DOI: <https://doi.org/10.48213/travessia.i83.642>.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **Democracia e direitos humanos ameaçados: políticas migratórias nacionais e políticas globais, de Lula a Bolsonaro (2002-2019)**. Desde la Región, v. 59, p. 18-36, 2019. Disponível em: <<http://www.region.org.co/index.php/publicamos/libros/item/432-democracias-y-derechos-humanos-amenazados>>.

FELDMAN-BIANCO, Bela; SANJURJO, Liliana; MANSUR DA SILVA, Douglas. **Migrações e Deslocamentos: Balanço bibliográfico da produção antropológica brasileira entre 1940 e 2018**. BIB 1-58, 2020. Disponível em:<http://anpocs.com/images/BIB/n93/BIB-bib9309-2020_Bela.pdf>.

FENAMI. 2023. Relatório Final. 1ª Conferência Nacional Livre de Saúde das Populações Migrantes. Disponível em: <https://www.fenami.org/_files/ugd/7848d7_fef99226ca2f481eb00cc8268da941ee.pdf>. HIRATA, Daniel. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do Arco Norte. In: FELDMAN_BIANCO, Bela (Ed.). **Deslocamentos [dossiê]**. Ciência e Cultura, v. 67, n. 2, 2015. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200011&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>.

LIND, Dara. **The disaster that was forgotten and created today's immigration problem, 1996**. Disponível em: <<https://www.vox.com/2016/4/28/11515132/iirira-clinton-immigration>>.

LOWENKRON, Laura. **Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para exploração sexual**. Cadernos Pagu, v. 45, p. 225-258, 2015. SciELO Brasil.

Lowenkron, Laura; Piscitelli, Adriana. Trabalhadoras sexuais, polícia, migração e tráfico internacional de seres humanos em dois lados do oceano. In: DAICH, Deborah; SIRIMAICO, Mariana (Orgs.). **Gênero e violência no mercado do sexo**. Buenos Aires: Biblos, 2015.

MACHADO, Igor José de Renó. **Cárcere público: processos de exotização entre brasileiros no Porto**. 1. ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

MACHADO, Igor José de Renó. Brasileiros no exterior e cidadania (1980-2005). **Revista Tomo**, p. 211-245, 2015.

MACHADO, Igor José de Renó. **Securitização (re)turn: análise das novas leis migratórias brasileiras (2016-2019)**. Middle Atlantic Review of Latin American Studies, v. 4, n. 2, p. 213-234, 2020.

MACHADO, Igor José de Renó; Branco-Pereira, A. **Políticas de refugiados em um governo de extrema direita: o caso dos venezuelanos no Brasil**. Latin American Perspectives, v. 51, p. 1-31, 2025.

MACHADO, Igor José de Renó; PARDUE, Derek. Migrantes refugiados e suas espacialidades vividas e legisladas em São Paulo. In: Brandellero, Sarah; Pardue, Derek; Wink, Georg (Org.). **Living (Il)legalities in Brazil: Practices, Narratives and Institutions in a Country on the Edge**. Londres: Routledge, 2020. v. 1, p. 80-99.

MACHADO, Igor José de Renó; VASCONCELOS, Iana dos Santos. Recepção militar e migrantes venezuelanos no extremo norte do Brasil: novas políticas de securitização e campos híbridos de refugiados. **Journal of International Migration and Integration**, v. 23, p. 1217-1234, 2022.

MENJÍVAR, Cecilia. **Lei de imigração além das fronteiras: externalização e internalização dos controles de fronteira em uma era de securitização**. Annual Review of Law and Social Science, v. 1, n. 1, p. 353-369, 2014.

MEUNIER, Isabel. **O Estado em Interação: O Conselho Nacional de Migração na Coordenação da Política Migratória Brasileira**. RPPI, v. 4, n. 3, p. 219-240, 2019.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de. A transição na legislação migratória: um estudo empírico para o período de 1980 a 2019. In: Cavalcanti, Leonardo; Oliveira,

Tuila; Macedo, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

PATARRA, Neide L. **Emigração e imigração no Brasil.** VI - FNUAP, 1996.

PATARRA, Neide L. **Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas.** São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Entre os discursos do tráfico e a agência sexual. In: Tian Tian Zheng (org.). **Tráfico sexual, direitos humanos e justiça social.** Londres: Routledge, 2010. p. 1-25.

PISCITELLI, Adriana. Procurando vítimas do tráfico de pessoas: brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **REMHU**, v. 19, n. 37, p. 11-26, 2011.

PISCITELLI, Adriana. **Migração, gênero e sexualidade. Brasileiras nos mercados do sexo e do casamento na Espanha.** Mora, v. 18, p. 1-15, 2012.

PISCITELLI, Adriana; Lowenbron, L. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Deslocamentos [dossiê].** Ciência e Cultura, v. 67, n. 2, 2015.

BRASIL. **Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra).** Brasília: OBMigra, 2024 (micrdados). Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/base-de-dados/datamigra>>.

REIS, Rossana Rocha. **A política do Brasil para as migrações internacionais.** Contexto Internacional, v. 33, p. 47-69, 2011.

RUANO, Elizabeth; Botelho, Tuila. “Participação e representação na 1ª Conferência sobre Migrações e Refúgio no Distrito Federal”. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 75, p. 115-126, 2014. DOI: <https://doi.org/10.48213/travessia.i75.102>.

SPRANDEL, Márcia Anita. Tráfico de seres humanos: novas categorias, antigos problemas. In: Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). **Travessia na desordem global.** São Paulo: Paulinas, 2005.

SPRANDEL, Márcia Anita. Armadilhas do discurso: A criminalização das migrações na legislação brasileira e internacional. In: SOUZA, Nair Heloísa Bicalho de Sousa; MIRANDA, Adriana Andrade; GORENSTEIN, Fabiana (Orgs.). **Desafios e perspectivas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

SPRANDEL, Márcia Anita; DIAS, Guilherme Mansur. A temática do tráfico de pessoas no contexto brasileiro. **REMHU**, v. 18, v. 35, p. 155-170, 2010.

VASCONCELOS, Iana dos Santos; Machado, Igor José de Renó. Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos em Boa Vista, RR. **REMHU**, v. 29, n. 107-122, 2022. SciELO Brasil.



“Ao enfrentar as vulnerabilidades estruturais e promover a resiliência, as sociedades podem se preparar melhor para os desafios da migração induzida pelo clima, assegurando que indivíduos e comunidades possam prosperar em um mundo marcado por profundas transformações.”

Os Impactos das Mudanças Climáticas na Migração Humana⁹

George Martine¹⁰

Introdução

As mudanças climáticas provocam uma variedade de padrões migratórios, tanto internos quanto internacionais. Elas agravam as vulnerabilidades existentes e desencadeiam deslocamentos a partir de regiões mais afetadas por esse fenômeno. São reconhecidas como fator crítico que influencia os padrões de deslocamento e reassentamento de população em todo o mundo. À medida em que o planeta aquece, os impactos das mudanças climáticas — como a elevação do nível do

⁹ Esse texto é baseado na literatura e em vários anos de trabalho e pesquisa do autor, tanto sobre migrações humanas como na questão ambiental.

¹⁰ Sociólogo e Demógrafo. Consultor Independente. Ex-Diretor de Projeto da ONU sobre População e Desenvolvimento para América Latina e Caribe. E-mail: georgemartine@hotmail.com

mar, eventos climáticos extremos e mudanças nas zonas ecológicas — tornam-se mais pronunciados, levando indivíduos e comunidades a abandonarem seus lares numa busca, muitas vezes desesperada, de segurança e estabilidade nas suas vidas.

As pesquisas neste campo sugerem que as ligações entre a migração e o clima são intrincadas. Compreender essa relação complexa é crucial para o desenvolvimento de políticas e estratégias eficazes para enfrentar os desafios da migração induzida pelo clima. Este breve texto examina os impactos multifacetados das mudanças climáticas na migração humana, baseando-se em pesquisas e estudos de caso recentes para ilustrar a complexa relação entre as mudanças ambientais e a mobilidade humana.¹¹

Mudanças Climáticas como Fator de Migração

Os impactos das mudanças climáticas estão prejudicando os meios de subsistência e obrigando um grande número de pessoas em diferentes partes do mundo a deixarem suas casas e comunidades. Os deslocamentos podem ser relacionados com mudanças ambientais de transformação lenta - como desertificação, elevação do nível do mar e degradação do solo - ou com eventos ambientais esporádicos cada vez mais frequentes, como furacões, ciclones tropicais, chuvas torrenciais e inundações. Mas as consequências do fator climático geralmente se agregam e interagem com várias outras causas - como pobreza, conflitos e falta de oportunidade - criando uma rede complexa de determinantes do deslocamento de grupos e comunidades.

As Nações Unidas estimam que as mudanças climáticas devem deslocar até 200 milhões de pessoas até 2050, sendo que as populações mais vulneráveis serão afetadas desproporcionalmente neste contingente (OIM, 2024). O relatório Groundswell (2021) também destaca que a migração interna relacionada ao clima está se tornando cada vez mais comum, com centenas de milhões de pessoas potencialmente forçadas a se deslocarem devido a fatores relacionados ao clima, caso planos de ação climáticos e de desenvolvimento imediatos e

11 Para uma das primeiras e mais completas discussões da relação entre a questão ambiental e o deslocamento de pessoas, ver Piguet et al, 2011.

eficazes não forem colocados em prática. Os fatores principais por trás desta previsão incluem:

1. Elevação do nível do mar: As áreas costeiras são particularmente vulneráveis à elevação do nível do mar, que ameaça submergir terras e deslocar comunidades. Por exemplo, nações insulares como as Maldivas e áreas de baixa altitude como Bangladesh, enfrentam ameaças existenciais devido à elevação do nível do mar, o que leva à migração para regiões supostamente menos vulneráveis, mas causando frequentemente a acentuação dos problemas sociais, econômicos e ecológicos nas áreas de destino.
2. Eventos climáticos extremos: O aumento da frequência e da intensidade de desastres dito “naturais” — como furacões, inundações e secas periódicas — se conjugam com mudanças climáticas de longa procedência, levando as pessoas a migrarem. Por exemplo, o furacão Katrina, em 2005, resultou no deslocamento de milhares de moradores em Nova Orleans, demonstrando como eventos climáticos repentinos podem levar a migrações em larga escala.
3. Mudanças ecológicas: Mudanças climáticas, sejam de curto prazo ou de longa maturação, podem alterar a produtividade agrícola, levando à insegurança alimentar e à instabilidade econômica. À medida que certas regiões se tornam menos viáveis para a agricultura devido às secas ou às mudanças nos padrões climáticos, aumenta a probabilidade de que as populações sejam obrigadas a migrar em busca de melhores oportunidades.

Vale reconhecer que todos esses deslocamentos forçados acarretam enormes dificuldades e danos para as pessoas e para os grupos envolvidos nesse êxodo climático. Implicam não somente na perda inevitável de posses materiais, mas também trazem enormes prejuízos psicológicos e sociais, devido à separação de famílias e amigos, e ao distanciamento de comunidades, costumes e tradições do lugar de origem. Isso sem falar nas excruciantes dificuldades para encontrarem

e se adaptarem a um novo habitat. Por outro lado, existe um contingente enorme de pessoas “atrapadas” que são incapazes de migrar devido à falta de recursos ou outras restrições.

Finalmente, as comunidades que recebem grandes quantidades de migrantes também passam por consequências nas áreas de emprego, habitação, saúde e organização social. Os migrantes podem se ver deslocados para áreas urbanas de maior risco, como assentamentos informais propensos a inundações ou deslizamentos. Os migrantes também podem se tornar mais vulneráveis a choques nos locais de destino, devido à dificuldade em encontrar trabalho, à falta de conhecimento do seu novo contexto, e à desconexão das redes de apoio e da sua identidade. Todas essas complicações se multiplicam quando se trata de migrações que atravessam fronteiras nacionais.

Vulnerabilidade e Resiliência

É essencial considerar o papel da vulnerabilidade e da resiliência no contexto de migrações por mudanças climáticas. Nem todas as comunidades são igualmente afetadas pelas mudanças climáticas; fatores socioeconômicos desempenham um papel significativo na determinação da capacidade de um indivíduo ou comunidade de se adaptar e se recuperar de estresses ambientais.

- **Fatores Socioeconômicos:** Nações e indivíduos mais ricos geralmente têm mais recursos para lidar com os efeitos das mudanças climáticas, o que lhes permite adaptar-se ou realocar-se com maior facilidade. No entanto, essa vantagem não garante que as vítimas de catástrofes climáticas sejam devidamente assistidas por seus respectivos governos. Haja vista como o governo Trump, nos Estados Unidos, vem desmantelando diversos programas e iniciativas na área ambiental, inclusive aqueles voltados à assistência às populações afetadas por tais eventos. Em contraste, comunidades mais pobres muitas vezes não dispõem sequer de meios financeiros para migrar ou reconstruir, o que as torna particularmente vulneráveis às dificuldades do deslocamento.

- Estratégias de Adaptação: Algumas comunidades adotam diversas estratégias de adaptação para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Essas estratégias podem incluir, inter alia, a implementação de práticas agrícolas sustentáveis, o investimento em infraestrutura ou o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce para desastres naturais. No entanto, quando a adaptação falha, a migração, assim como a migração repetida em várias etapas, se tornam uma opção necessária na busca de sobrevivência.

Países Mais Afetados

Muitos países ao redor do mundo enfrentam desafios significativos devido às mudanças climáticas, particularmente no que diz respeito à migração forçada por questões ambientais. Com base em dados recentes, podemos relacionar alguns dos países mais afetados pelas migrações decorrentes das mudanças climáticas:

- **Bangladesh:** Este país é o exemplo mais evidente de uma nação que enfrenta migrações induzidas pelo clima. Em 2023, o país sofreu aproximadamente 1,8 milhão de novos deslocamentos internos devido a desastres naturais, incluindo ciclones e inundações que forçaram muitos moradores a migrarem para áreas urbanas, como Dhaka, em busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego. Esse tipo de migração pode também levar à superlotação e à pressão sobre os recursos disponíveis nas cidades ou em outros locais de destino.
- **China:** Em 2023, a China sofreu aproximadamente 4,7 milhões de novos deslocamentos internos devido a desastres relacionados às mudanças climáticas. A enorme população e a diversidade climática do país o tornam particularmente vulnerável a eventos climáticos extremos.
- **Turquia:** Com cerca de 4,1 milhões de deslocamentos internos, a Turquia também é fortemente impactada por desastres relacionados ao clima. O país enfrenta uma série de desafios ambientais, incluindo secas e inundações.

- **Filipinas:** As Filipinas são propensas a tufões, inundações e elevação do nível do mar. Em 2023, o país relatou 2,6 milhões de novos deslocamentos internos, destacando a ameaça contínua que as mudanças climáticas representam para sua população.
- **Somália:** As mudanças climáticas agravaram a insegurança alimentar e os conflitos na Somália. O país viu cerca de 2 milhões de pessoas deslocadas internamente devido a fatores relacionados ao clima.
- **Síria:** A guerra civil síria, agravada por uma seca severa relacionada às mudanças climáticas, resultou em uma migração significativa, tanto interna quanto internacional. Milhões de sírios fugiram para países vizinhos e além, ilustrando como o estresse ambiental pode se entrelaçar com fatores políticos e sociais para impulsionar a migração.
- **Nações Insulares do Pacífico:** Países como Tuvalu e Kiribati enfrentam a perspectiva de se tornarem inhabitáveis devido à elevação do nível do mar. Essas nações estão explorando opções para “refugiados climáticos”, participando de discussões sobre a garantia de terras para suas populações em outros países.

Esses países exemplificam as tendências mais amplas de migração induzida pelo clima, particularmente em regiões onde as comunidades mais carentes são cada vez mais afetadas por eventos climáticos extremos, pela elevação do nível do mar e por mudanças ecológicas. Enfrentar esses desafios requer atenção política e cooperação internacional urgentes para apoiar as populações deslocadas e aumentar a resiliência contra os impactos climáticos.

O Caso Brasileiro

No Brasil, a maioria dos estudos sobre migrações e mudanças climáticas têm enfocado a longa história de grandes movimentos migratórios a partir da Região Nordeste. Esta região, historicamente a mais pobre, é acometida por secas sucessivas e desastrosas que reduzem a atividade agrícola e motivam fluxos migratórios, estimados em 60 mil por ano, especialmente para o Sudeste e a Amazônia.

Entretanto, os deslocamentos mais significativos nas últimas décadas no Brasil têm a ver com desastres “naturais” que fazem parte da configuração das mudanças climáticas atuais. As áreas urbanas, de maior concentração demográfica, são as áreas mais afetadas por fortes tempestades, enchentes e deslizamentos, em termos dos custos humanos e monetários das mudanças climáticas. Assim, de acordo com a IOM (Organização da ONU para Migrações), o Brasil está enfrentando um aumento na frequência de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e intensas chuvas, que afetam a vida da população e a economia, influenciando decisões migratórias. Entre 1980 e 2016, o país sofreu 142 enchentes e 18 secas, afetando 80 milhões de pessoas e causando danos estimados em US\$11.2 bilhões.

Embora secas e chuvas sejam características de alguns ecossistemas, a mudança climática intensifica esses eventos, impactando a mobilidade humana. Entre 2012 e 2022, o país registrou 2,3 milhões de deslocamentos internos devido a desastres, com 708.000 desses deslocamentos ocorrendo apenas em 2022, o que representa 37,5% do total nesse período. Em 2023, houve 745.000 novos deslocamentos, indicando uma tendência de aumento. Na região amazônica, a variabilidade climática, o aumento dos incêndios florestais, o desmatamento, o aumento das temperaturas, as mudanças nos padrões de precipitação (secas e inundações) e a crescente degradação ambiental afetam severamente os meios de subsistência, a segurança alimentar e a saúde das comunidades amazônicas, fatores que impulsionam migrações ambientais, tanto transitórias como permanentes.

Implicações para a Formulação de Políticas

Abordar os impactos das mudanças climáticas na migração exige respostas políticas abrangentes em nível local, nacional e internacional. As principais recomendações incluem:

- **Integrar as Mudanças Climáticas nas Políticas de Migração:** Os governos devem reconhecer as ligações entre as mudanças climáticas e a migração em suas políticas e estruturas de planejamento. Isso inclui

o desenvolvimento de estratégias que facilitem a migração segura e ordenada, especialmente para populações vulneráveis.

- Apoiar a Adaptação e o Desenvolvimento da Resiliência: Investimentos em estratégias de adaptação podem ajudar as comunidades a suportar os impactos climáticos, reduzindo a necessidade de migração. Isso pode envolver financiamento para infraestrutura, agricultura sustentável e iniciativas de preparação para desastres.
- Aprimorar a Cooperação Internacional: A migração induzida pelo clima é um desafio global que exige colaboração multilateral. Os países vão precisar trabalhar juntos para abordar as causas profundas do deslocamento, compartilhar as melhores práticas e apoiar as populações afetadas.

Conclusão

Os impactos das mudanças climáticas na migração humana são profundos e multifacetados. As consequências para as populações afetadas por esses deslocamentos, tanto nas regiões de origem quanto nas de destino, são amplas e profundamente transformadoras para a sociedade. À medida que as condições ambientais continuam a se alterar, compreender a dinâmica migratória no contexto das mudanças climáticas torna-se essencial para o desenvolvimento de políticas e respostas eficazes. Ao enfrentar as vulnerabilidades estruturais e promover a resiliência, as sociedades podem se preparar melhor para os desafios da migração induzida pelo clima, assegurando que indivíduos e comunidades possam prosperar em um mundo marcado por profundas transformações. Como já alertado por Piguet et al. (2011, p. 23):

“Em suma, a mudança climática é um processo que agrava algumas das questões mais urgentes do nosso tempo. Não ocorre no vácuo, mas está intimamente associada ao subdesenvolvimento, às desigualdades dentro e entre os países, à justiça global e à falta de solidariedade entre Estados, aos direitos humanos ou à segurança humana”.

Referências Bibliográficas

- GROUNDSWELL REPORT. (2021). **Internal Climate-linked Migration. Climate Change Could Force 216 Million People to Migrate Within Their Own Countries by 2050.** World Bank Group, September 13, 2021. <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/09/13/climate-change-could-force-216-million-people-to-migrate-within-their-own-countries-by-2050>
- OIM. 2024. **World Migration Report 2024.** <https://worldmigrationreport.iom.int/msite/wmr-2024-interactive/>
- OIM e Associação Brasileira dos Municípios. (2022). **Mobilidade humana e mudança do clima nas políticas públicas dos municípios brasileiros.** chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzb_11496/files/documents/2024-08/policy-brief_mobilidade-humana-e-mudanca-do-clima-nas-politicas-publicas-dos-municipios-brasileiros.pdf.
- OLIVEIRA, J.; PEREDA, P. (2020). The impact of climate change on internal migration in Brazil. **Journal of Environmental Economics and Management.** Volume 103, September 2020, 102340. <https://doi.org/10.1016/j.jeem.2020.102340>
- PIGUET, E., PE'COUD A., AND GUCHTENEIRE P. (2011). **Migration and climate change: an overview.** Refugee Survey Quarterly, Vol. 30, No. 3. DOI:10.1093/rsq/hdr006



“Devido a sua localização geográfica, Madagascar se torna vulnerável a desastres naturais, com períodos de seca escaldante alternado com chuvas intensas, muitas vezes seguidas por inundações.”

Mudanças climáticas em Madagascar: uma breve análise sobre Insegurança Alimentar

Ana Carolina da Luz Ribeiro¹²

Introdução

Madagascar é a maior ilha do continente africano, localizada no Oceano Índico, a cerca de 400 km da costa leste de Moçambique. É classificada como um dos países mais pobres do mundo, segundo Southall. Além disso, enfrenta abalos recorrentes relacionados ao clima, como secas severas, inundações e ciclones.

O sul da ilha enfrentou uma severa estiagem por três anos consecutivos, que destruiu colheitas, afetou negativamente a pecuária e impediu a distribuição de

¹² Assistente de Proteção no Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) desde 2022. Graduada em Relações Internacionais pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), e pós-graduada em Gestão Sustentável e Meio Ambiente pela PUC-PR. E-mail para contato: caarool.ribeiro@gmail.com.

alimentos por diversos locais da região (World Food Programme, 2021). Em 2021 o fenômeno se agravou com a baixa taxa de chuvas, que vem diminuindo desde 2015. E, combinado com o cenário pandêmico de COVID-19 e as quebras de safra, levaram essa região a uma crise alimentar; de acordo com a *Food and Agriculture Organization* (FAO) cerca de 1,14 milhões de pessoas vivem atualmente em situação de insegurança alimentar aguda (Chakrabarty).

Em 2018, através do Índice Global de Risco Climático (CRI) da Germanwatch, Madagascar foi indicado como um dos países mais afetados pelas mudanças climáticas, contando com manifestações de eventos climáticos mais extremos, como os dois ciclones que atingiram o país naquele mesmo ano (Eckstein, et al., 2020).

Todavia, um estudo de 2021 da *World Weather Attribution*, que reuniu cientistas da África do Sul, Nova Zelândia, Índia, Holanda e diversos outros países, incluindo Madagascar, avaliaram até que ponto as mudanças climáticas são a principal razão da emergência alimentar que o país tem sofrido. O estudo aponta que fatores como pobreza, variabilidade natural do clima e o cenário pandêmico tiveram mais efeitos na crise alimentar do que as mudanças climáticas propriamente ditas (Harrington, 2021).

Diante do cenário observado em Madagascar, este artigo busca analisar, a partir de uma breve contextualização sócio-geográfica, econômica e de governança, se as mudanças climáticas influenciam a insegurança alimentar enfrentada na região entre 2021 e 2022 —fator que pode desencadear movimentos migratórios — ou se essa vulnerabilidade alimentar e os fluxos migratórios decorrem de outras variáveis, além das alterações climáticas.

De acordo com a Universidade das Nações Unidas, em dezembro de 2021, estimava-se que mais de 1,6 milhão de pessoas no sul de Madagascar enfrentavam altos níveis de insegurança alimentar, com centenas sendo forçadas a abandonar suas casas e migrar em busca de meios de subsistência mais seguros.

As crianças menores de cinco anos estavam entre as mais vulneráveis: entre abril e junho de 2021, ao menos 14 mil foram tratadas por desnutrição aguda grave. Diante do agravamento da crise alimentar nesse período, justifica-se a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre os fatores que contribuem para essa realidade.

A análise adota uma abordagem metodológica descritiva, utilizando o estudo de caso como estratégia principal, com base em métodos qualitativos e pesquisa bibliográfica. A pesquisa é qualitativa por buscar compreender fenômenos complexos por meio da interpretação de contextos, relações e significados, e não por meio de dados numéricos ou análises estatísticas, permitindo uma compreensão mais profunda do fenômeno no contexto em que ocorre (Godoy, 1995). É também descritiva, pois apresenta e explica o que ocorreu no sul de Madagascar, identificando o cenário, os fatores envolvidos e seus impactos sociais e ambientais. Por fim, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica por se fundamentar em fontes secundárias, como artigos acadêmicos, relatórios, livros e publicações especializadas.

O artigo foi originalmente escrito em 2022, com base na literatura disponível até então. Três anos depois, foi atualizada sua versão, incorporando novas fontes e dados mais recentes.

Contextualização Socio-Geográfica, Econômica e de Governança de Madagascar

A pobreza é um fenômeno essencialmente rural em Madagascar, afetando uma proporção significativa da população malgaxe que prevalece nessas áreas (International Monetary Fund, 2017). Embora a migração sazonal interna seja comum nas épocas de seca, especialmente no Sul – região foco desse artigo –, as migrações têm sido cada vez mais permanentes em áreas afetadas pela forte estiagem. Consequentemente, a urbanização tem crescido rapidamente (Federal Ministry for Economic Cooperation and Development). De acordo com o *World Bank*, 61% da população se concentra nos campos, e a agricultura representa mais de 80% da atividade econômica do país (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, 1987). A população está distribuída de forma desigual pela ilha, com taxas de crescimento variando regionalmente. As regiões de maior densidade populacional estão, principalmente, nas terras altas centrais (onde se localiza a capital e cidade mais populosa, Antananarivo) e nas planícies costeiras orientais. Em grandes áreas do oeste e do sul do país, as densidades populacionais são muito baixas, e é onde se concentra as áreas de cultivo de

arroz e as áreas de cultivo itinerante. Essas variações e os padrões de uso da terra, amplamente diferentes em partes desiguais da ilha, levam a diferenças regionais marcantes, impactos e problemas ambientais.

As pessoas que vivem na região sul – conhecida como *le Grand Sud* – são, principalmente, pastores com gado de pequena escala, que vivem à base da agricultura de subsistência. A infraestrutura de água e estradas em *le Grand Sud* é extremamente pobre, com muitas passagens que se tornam intransitáveis durante a estação chuvosa, separando a região do restante do país (Harrington, 2021).

A agricultura é caracterizada por pequenas operações com baixa produtividade (International Monetary Fund, 2017). Embora Madagascar possua terra arável, não é autossuficiente na produção de alimentos e importa toneladas de arroz anualmente (GTZ, 2009). Um fator que reflete na baixa produtividade são os meios de produção obsoletos, como a dificuldade de acesso à fertilizantes e sementes de boa qualidade, além os riscos climáticos e flutuações de preços internacionais que acabam por atrair poucos investimentos. Além do arroz, os produtos mais cultivados no país são mandioca (representando 30% das terras cultivadas) e milho - representando 12% das áreas cultivadas, sendo 75% para consumo da população e 25% para alimentação animal (International Monetary Fund, 2017).

O país também sofre uma das piores crises hídricas do mundo, com desafios associados à infraestrutura de gestão de água: mais de 20% da população rural utiliza água de superfície (lagos, rios e córregos) para beber; apenas 27% dos domicílios possuem água potável local e 53% das famílias rurais relatam que leva, pelo menos, trinta minutos para buscar água e retornar para casa (USAID, 2021).

A pecuária também é uma atividade de produção relevante em partes do sul e oeste da ilha. Porém, sua importância econômica acaba sendo mais limitada em comparação à agricultura devido à baixa produtividade (International Union for Conservation of Nature Resources, 1987).

Em termos econômicos, a taxa média de crescimento do país foi de 3,5% do período de 2013 até o início da pandemia de COVID-19, seguida por uma recessão em 2020 que foi cerca de três vezes maior em comparação ao restante da África Subsaariana. Como resultado, a recessão reverteu mais de uma década de ganhos de renda per capita, empurrando a taxa de pobreza para o novo recorde de

81% (The World Bank). O crescimento iniciou uma recuperação em 2021, porém, foi interrompido em 2022 por uma terceira onda da pandemia, seguido pelas adversidades do conflito na Ucrânia e por uma sequência de eventos climáticos severos; cerca de 450 mil pessoas foram afetadas por tempestades tropicais que atingiram o país, sendo a temporada ciclônica mais impactante desde 2008.

Devido a sua localização geográfica, Madagascar se torna vulnerável a desastres naturais, com períodos de seca escaldante alternado com chuvas intensas, muitas vezes seguidas por inundações. É possível observar que os efeitos sobre a economia, a sociedade e a infraestrutura já precárias – colapso de habitações, falta de moradia, destruição de infraestruturas de comunicações, interrupção de tráfego –, acentuam a pobreza por causa de prevenção inadequada. Segundo o Banco Mundial, seis períodos de seca ocorreram no período de 1990 a 2013, resultando na morte de 200 pessoas; durante o mesmo período ocorreram três grandes inundações que resultaram em 45 mortes e perdas econômicas estimadas em \$150 milhões de dólares (International Monetary Fund, 2017).

Apesar do cenário desfavorável, é possível observar os esforços do governo malgaxe para implementar estratégias governamentais e parcerias internacionais, como o Plano Estratégico Nacional (2024–2028). O Ministério da Agricultura e Pecuária de Madagascar e o Programa Mundial de Alimentos (*World Food Programme* - WFP) desenvolveram um plano estratégico focado na transformação dos sistemas alimentares e na proteção social. O plano visa fortalecer a resiliência das comunidades rurais, melhorar a nutrição e promover sistemas alimentares sustentáveis através do investimento em capital humano, que exige um esforço conjunto na interseção crítica entre educação, saúde e nutrição (*World Food Programme*, 2004-2008). Esse Plano Estratégico faz parte da busca para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 e 17.

Existe também uma força-tarefa nacional para transformação dos Sistemas Alimentares chamada de Coalizão Fome Zero, que reúne governos, agências da ONU, ONGs e parceiros técnicos para coordenar ações voltadas à transformação dos sistemas alimentares de Madagascar e outros países do continente africano (The Zero Hunger Coalition). Em adição, a Estratégia Nacional para Enfrentar as Mudanças Climáticas na Agricultura, Pecuária e Pesca (2012-2025), desenvolvida

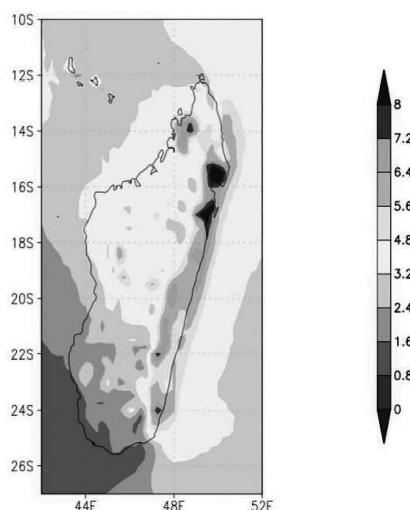
pelo governo de Madagascar em parceria com a FAO, pretende adaptar os setores agrícola, pecuário e pesqueiro às mudanças climáticas. As ações incluem adaptação das práticas produtivas, geração de benefícios socioeconômicos por meio da mitigação, desenvolvimento de mecanismos financeiros sustentáveis e promoção de pesquisas aplicadas (Food and Agriculture Organization).

As Mudanças Climáticas e Eventos Extremos

Em 2021, *le Grand Sud* atingiu nível crítico na crise de segurança alimentar, e um primeiro ponto a ser levado em consideração é a escassez das chuvas que tem preocupado a população malgaxe.

Metade de toda precipitação anual geralmente ocorre nos meses da estação chuvosa, que duram de dezembro a fevereiro, enquanto apenas 20% da precipitação anual ocorre nos meses de abril a setembro. No entanto, nas duas últimas estações chuvosas (correspondente a 2019/20 e 2020/21), apenas 60% da chuva normal caiu em toda a região, causando prejuízos significativos na agricultura de subsistência e pastorícia (Harrington).

Figura 1 – Média da precipitação anual (em unidade de mm/dia) entre 1951-2020 em Madagascar



FONTE: HARRINGTON *et al.* (2021, p.7)

Todavia, não é possível atribuir somente a escassez de chuvas como fator propulsor da desertificação, tendo em vista que este é um evento extremo que depende de inúmeros fatores climáticos e não climáticos, e suas interações para se consolidar (Harrington). Em termos técnicos, existem diversas categorias de seca; além da seca meteorológica (que é o déficit de precipitação), deve-se levar em consideração a seca hidrológica (baixa vazão do solo) e seca agrícola e ecológica (baixa umidade do solo combinado com a alta demanda evaporativa).

Como a maioria da população depende principalmente das águas superficiais, o abastecimento depende fortemente das chuvas e, portanto, fica muito sensível às reduções de precipitação (USAID, 2021). Além da escassez das precipitações ser uma preocupação, há também o aumento das temperaturas como fator de suposição para a desertificação.

Sob o cenário de uma RCP6 (*Representative Concentration Pathways*¹³), é estimado que a temperatura na ilha aumente 1,5°C até 2030, seguido por um aumento de 2,0°C até 2050 e 2,8°C até 2080, dependendo dos futuros níveis de emissões de gases de efeito estufa (GEE) (Federal Ministry for Economia Cooperation and Development). Consequentemente, o número anual de dias muito quentes (temperatura máxima diária acima de 35°C) é projetado para aumentar substancialmente. Além disso, é estimado que Madagascar experimente um aumento relativo do nível do mar de 20 para 50 centímetros, podendo aumentar a intrusão de água salgada nas águas subterrâneas ao longo das partes da costa, proporcionando uma piora na disponibilidade de recursos hídricos (USAID, 2021).

Madagascar é o país da África que tem o maior risco de ciclones e, atualmente, é atingido por 3 a 4 ciclones por ano, entre novembro e abril. Sendo as regiões ocidentais (leste e noroeste) como as mais afetadas por esse fenômeno.

Diante das mudanças climáticas previstas, é de se esperar que os ecossistemas venham a ser afetados, podendo impactar as populações locais que dependem deles. Por exemplo, algumas espécies de plantas são muito sensíveis às mudanças

13 Trajetórias Representativas de Concentração foram adotadas pelo IPCC para representar a trajetória de concentração de gases de efeito estufa. Foram utilizadas quatro vias para modelagem climática, sendo que o RCP6 representa um cenário de emissões intermediárias a altas, em que as emissões de GEE atingem o pico por volta de 2060 e depois diminuem ao longo do século.¹⁴

de precipitações – suas folhas caem quando as precipitações aumentam – e podem se tornar particularmente vulneráveis a essa variabilidade. Como as plantas estão na base da cadeia alimentar, pode impactar os vertebrados que dependem delas para se alimentar.

Outro evento preocupante na região sul são as tempestades de areia – *Tiomena* (vento vermelho), como são localmente conhecidas. Segundo o *Response Overview* publicado pela FAO, além do contexto semiárido da região, há o alto nível de devastação ambiental causada pelo esgotamento do solo e erosões, aliado ao desmatamento – 80% da floresta tropical original de Madagascar foi derrubada. As tempestades de areia têm coberto lavouras e pastagens com depósitos de areia, transformando terras aráveis em terrenos baldios e tornando os meios de subsistência baseados na agricultura extremamente precários (Food and Agriculture Organization of the United Nations).

O serviço de meteorologia registrou pelo menos cinco tiomenas até janeiro de 2021. Porém, o número pode estar incompleto, pois não há redes de observatórios nas áreas afetadas. A falta de observatórios também significa que há poucos dados históricos que indiquem se as tiomenas estão se tornando mais frequentes ou mais destrutivas (Razafison, 2021).

Conceitos de Insegurança Alimentar e sua Propagação em Madagascar

A insegurança alimentar resulta tanto da insuficiência na qualidade e na quantidade dos alimentos disponíveis quanto de fatores psicológicos relevantes, como a preocupação constante e a incerteza sobre a possibilidade de garantir alimento para a família nos próximos meses (Correa).

No Brasil, através de legislação federal, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definido como a garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. Nesse contexto, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) é entendida como a ausência deste acesso adequado à alimentação, geralmente relacionada a limitações de renda (Bezerra, 2020). No contexto global, para a WFP segurança alimentar refere-se à ausência de acesso

a alimentos seguros e nutritivos em quantidade suficiente para o crescimento e o desenvolvimento normais. A organização ainda aponta a existência da insegurança alimentar crônica, que ocorre quando uma pessoa é incapaz de consumir alimentos em quantidade suficiente por um longo período para manter uma vida normal, ativa e saudável. E a insegurança alimentar aguda, que é qualquer tipo de insegurança que ameaça a vida ou os meios de subsistência das pessoas (World Food Programme, 2025).

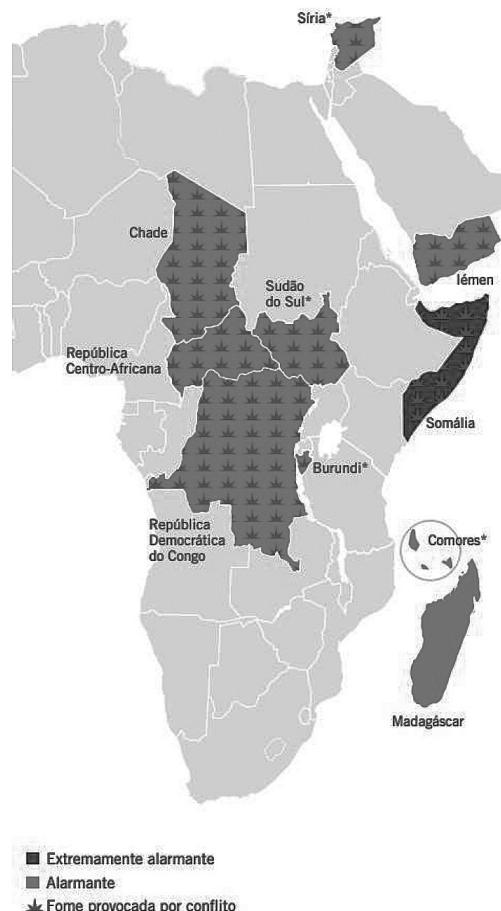
A insegurança alimentar em Madagascar tem sido disseminada pelas principais agências de alimentos das Nações Unidas e a *International Federation of Agricultural Producers* (IFAP), que alertaram que 46% da população de oito regiões do país – composta por 1,9 milhões de pessoas – sofre de insegurança alimentar, incluindo as 450 mil pessoas que sofrem de insegurança alimentar crônica. A WFP afirmou que a população local estava se alimentando de gafanhotos, frutas e folhas de cactos (Nações Unidas, 2021). A WFP, por meio da ONU, explicou que em localidades que ainda é possível cultivar, a população tenta plantar batata-doce, que é o quarto vegetal mais lavrado no país (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources).

Um estudo sobre Plantas Alimentares Silvestres no Sudeste de Madagascar, publicado pela *Frontiers in Sustainable Food Systems*, identificou que na “época da fome”, mais precisamente na região de Manombo, residentes locais e grupos focais consomem plantas como araruta polinésia, conhecida localmente como tavolo, e grande arácea aquática, também chamada de banana-d’água, conhecida localmente como via. Ou seja, os residentes consomem alimentos que normalmente não são comidos como estratégia de sobrevivência. Para esse estudo, foram realizadas entrevistas com grupos focais em outubro de 2021, que denunciaram um alto nível de insegurança alimentar entre os domiciliados da região: 91,1% dos entrevistados temiam que os alimentos acabassem, e 66,7% foram dormir com fome no mês anterior (Moore, 2022).

Todavia, a insegurança alimentar sofrida pelos malgaxes não é recente e causada apenas pela seca meteorológica, mas também por uma série de fatores não climáticos como demografia, pobreza e falta de infraestrutura (Harrington, 2021). Em 2021, de acordo com o Índice Global da Fome (IGF), Madagascar ocupava o

nível de fome alarmante junto a outros quatro países: República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo e Iémen. Porém, o que torna a situação de Madagascar diferenciada em comparação aos demais países que estão nessa categoria, é por ser o único que sofre de insegurança alimentar e não está inserido em um contexto de conflito armado (Brandão, 2021).

Figura 2 - Sobreposição da fome e de conflito em 10 países com Índice de Fome alarmante e extremamente alarmante



FONTE: BRANDÃO; SANTO (2021, p.26)

Em 2020, a pontuação de Madagascar de IGF era de 36,0, que é considerada alarmante, tendo sido a terceira mais alta de acordo com a classificação daquele ano. Foi registrado no país um aumento preocupante na sua prevalência de subalimentação: de 30% no período 2009-2011 para 41,47% no período de 2017-2019. A taxa de raquitismo infantil também é bastante elevada, sendo de 41,6% em 2020 (Brandão, 2020).

De acordo com relatório da FAO, ciclones e chuvas no início de 2015 inundaram 25 mil hectares de campos de arroz, reduzindo a produção em 6%. A produção de mandioca e milho tiveram suas produções reduzidas em uma média de 10%. Paralelamente, as instalações hidroagrícolas foram destruídas e as terras foram cobertas por sedimentos e lodo; na época, a FAO estimou que 1.9 milhão de pessoas na ilha foram afetadas pela insegurança alimentar em 2015, dos quais 1.4 milhão enfrentavam insegurança alimentar moderada e quase 450 mil enfrentavam insegurança alimentar grave (International Monetary Fund, 2017).

A pandemia de COVID-19 foi um importante multiplicador de risco na crise de insegurança alimentar. Em março de 2020 os primeiros casos de COVID foram relatados na capital Antananarivo, e, no intuito de reduzir a propagação do vírus, o governo promulgou medidas como a limitação do transporte público e bloqueios de curto prazo. A ação interferiu diretamente no abastecimento e reduziu drasticamente as oportunidades de geração de renda entre os trabalhadores assalariados diários, contribuindo para o aumento do êxodo urbano em grande escala, em que as pessoas optaram por voltar para a área rural e retomar as atividades agrícolas e ganhar uma renda reduzida (Harrington, 2021).

Os salários dos trabalhadores agrícolas caíram à medida que o número de pessoas procurando emprego localmente aumentava devido ao êxodo, e a migração para áreas mais longe, como o norte e o oeste do país, tornou-se difícil. Isso porque as únicas estradas disponíveis passam pelas cidades que permaneceram confinadas. Inspeções sanitárias nos portos também aumentaram o preço de bens importados, principalmente o arroz, afetando as populações mais pobres que dependem desse produto durante os anos de colheita abaixo da média.

Considerações Finais

O clima semiárido de *le Grande Sud* é um cenário desafiador para a agricultura, mesmo em anos meteorologicamente “normais”. A vulnerabilidade na região é alta devido à interação da pobreza, o baixo investimento em estrutura de desenvolvimento e eventos climatológicos que são comuns de observar na região – e, em alguns casos, ainda não foi possível estabelecer se estão aumentando de intensidade e número com o passar dos anos.

Esse cenário foi combinado com uma série de anos de chuvas reduzidas, e as limitações impostas pela pandemia de COVID-19, tornando o desafio da insegurança alimentar em *le Grande Sud* ainda maior. Embora o relatório da *World Weather Attribution* aponte que as mudanças climáticas, especificamente, não tenham desempenhado um papel estatisticamente significativo na redução das chuvas, os impactos atualmente sentidos pela combinação de fatores diversos – como meios de produção obsoletos, tiomenas, ciclones e aumento das temperaturas –, são um alerta para o futuro da ilha.

Isso também aponta para uma oportunidade de evitar danos futuros: investimento estrutural, como os que estão em andamento por organizações como WFP e FAO, tem potencial para melhorar a infraestrutura, fortalecer os sistemas de proteção social e diversificar as oportunidades de subsistência. Tais investimentos se tornam ainda mais cruciais com as previsões de aquecimento global (Harrington, 2021). As mudanças climáticas podem estar associadas à diminuição dos níveis das chuvas, a elevação do nível do mar e o aumento de ciclones anuais, porém é imprescindível levar em consideração todo o cenário histórico-político de Madagascar que contribui para o cenário atual de insegurança alimentar alarmante.

A diversidade de fatos que, mesmo indiretamente, possam contribuir para a migração malgaxe, evidencia a complexidade e a interdependência entre elementos climáticos e não-climáticos. Embora o agravamento das condições climáticas, especialmente a seca prolongada, tenha desempenhado um papel visível na eclosão da crise, os dados e a literatura especializada indicam que fatores socioeconômicos, políticos e estruturais exerceram um peso determinante

na vulnerabilidade da população local. Mais do que buscar uma causa isolada, a compreensão da crise exige uma abordagem integrativa.

É fundamental pensar em soluções adaptadas à realidade local de Madagascar. Isso inclui investimentos estruturais de longo prazo, como o fortalecimento dos sistemas de irrigação, a diversificação das fontes de renda agrícola e a ampliação do acesso a serviços públicos básicos. Contudo, tais medidas devem ser articuladas com ações de curto prazo voltadas à segurança alimentar emergencial, à reconstrução dos meios de subsistência e ao empoderamento das comunidades locais na gestão de riscos. Portanto, a crise no sul de Madagascar deve ser entendida não apenas como um reflexo das mudanças climáticas, mas como resultado da sinergia entre múltiplos fatores que se reforçam mutuamente.

Referências Bibliográficas

- BEZERRA, Mariana Silva. et al. **Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade.** Ciênc. saúde coletiva 25 (10), outubro de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>.
- BRANDÃO, Joana; SANTO; Mário. AJUDA EM AÇÃO PORTUGAL. **Índice Global da Fome: Fome e sistemas alimentares em situações de conflito – 2021.** Portugal, 2021.
- BRANDÃO, Joana; SANTO; Mário dos. AJUDA EM AÇÃO PORTUGAL. **Índice Global da Fome: Uma década até “fome zero” ligando a saúde aos sistemas alimentares sustentáveis – 2020.** Portugal, 2020.
- CHAKRABARTY, Malancha. **Plight of Madagascar: Severe drought, raging famine and lack of adaption funds.** ORF - Observer Research Foundation, NOV. 2021. Disponível em: <https://www.orfonline.org/expert-speak/plight-of-madagascar-raging-famine-causes-rise-in-food-insecurity/>.
- CORRÊA, A. M. S. **Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas.** Estudos Avançados, 21(60), 143-154. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10244>.

ECKSTEIN, David. et al. **Global Climate Risk Index 2020: Who suffers most from extreme weather events? Weather-Related Loss Events in 2018 and 1999 to 2018.** Germanwatch, 2020. Disponível em: https://www.germanwatch.org/sites/default/files/20-2-01e%20Global%20Climate%20Risk%20Index%202020_14.pdf.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Cadre de Programmation Pays 2014-2019 Republique de Madagascar.** Version finale du 8 Mai 2014. Disponível em: https://climate-laws.org/documents/national-strategy-to-face-climate-change-in-agriculture-livestock-fishery_8f98?q=disaster&id=national-strategy-to-face-climate-change-in-agriculture-livestock-fishery_aba6.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Southern Madagascar: Response Overview.** October 2021. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/madagascar/southern-madagascar-response-overview-october-2021>.

FEDERAL MINISTRY FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Climate Risk Profile: Madagascar.** Publicado por Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). Disponível em: https://agrica.de/wp-content/uploads/2021/01/GIZ_Climate-Risk-Profile-Madagascar_EN_fin.pdf.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n.3, p. 20-29, São Paulo, mai/jun 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>.

GTZ. **Work of Division 45 - Agriculture, fisheries and food.** Eschborn, December 2009. HARRINGTON, Luke J. et al. **Attribution of severe low rainfall in southern Madagascar, 2019-21.** World Weather Attribution, 2021. Disponível em: https://www.worldweatherattribution.org/wp-content/uploads/ScientificReport_Madagascar.pdf.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Republic of Madagascar: Economic Development Document.** IMF Country Report No. 17/225. Washington, D.C., July 2017.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCES. **Madagascar: An Environmental Profile.** United Nations Environment Programme, 1987. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/1987-Jenk-001.pdf>.

MOORE, Maya et al. **Finding food in the hunger season: A mixed methods approach to understanding wild plant foods in relation to food security and dietary diversity in southeastern Madagascar.** *Front. Sustain. Food Syst.*, 27 September, 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **Madagascar: seca severa pode gerar a primeira fome por mudanças climáticas.** 25 de outubro de 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/153126-madagascar-seca-severa-pode-gerar-primeira-fome-por-mudanças-climáticas>.

RAZAFISON, Rivonala. **Dusty winds exacerbate looming famine in Madagascar's deep south.** Mongabay (online), 29 January 2021. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2021/01/dusty-winds-exacerbate-looming-famine-in-madagascar-s-deep-south/>.

SOUTHALL, Aidan William. **Madagascar: History, population, languages, maps & facts.** Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Madagascar>.

THE WORLD BANK. **Rural population (% of total population) – Madagascar.** World Bank, 2020. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/talent-blog/referencia-bibliografica-abnt/#:~:text=Para%20fazer%20a%20refer%C3%A7%C3%A3o%20de,data%20de%20publica%C3%A7%C3%A3o%20da%20obra>.

THE WORLD BANK. **The World Bank in Madagascar: The World Bank is helping the Madagascar government to fight poverty and improve the living standards.** Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/madagascar/overview>.

THE ZERO HUNGER COALITION. **Pathways for food systems transformation in Madagascar.** Disponível em: https://www.zerohungercoalition.org/en/pathways-food-systems-transformation-madagascar?utm_source=chatgpt.com.

UNITED NATIONS UNIVERSITY – INSTITUTE OF ENVIRONMENT AND HUMAN SECURITY. **Southern Madagascar Food Insecurity.** Disponível em: <https://interconnectedrisks.org/2022/disasters/southern-madagascar-food-insecurity>.

USAID. **Madagascar Country Development Cooperation Strategy (CDCS)** Annex: Climate Change Analysis. March 15, 2021. Disponível em: https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2021-03/2021_USAID_CDC%20Annex-Madagascar.pdf.

WORLD FOOD PROGRAMME. **Climate risk insurance:** Annual report 2021.

WORLD FOOD PROGRAMME. **Draft Madagascar country strategic plan (2024–2028).** Rome, 26 February–1 March 2024. Disponível em: https://executiveboard.wfp.org/document_download/WFP-0000154696.

WORLD FOOD PROGRAMME. **Food security – what it means and why it matters.** 20 March 2025. Disponível em: <https://www.wfp.org/stories/food-security-what-it-means-and-why-it-matters>.



“Os deslocados enfrentam a realidade de um planeta em mudança climática acelerada, que os obriga a deixar seu espaço afetivo para migrar para um local (possivelmente) seguro, necessitando que o Estado nacional tenha condições suficientes para protegê-los.”

A Ausência de Políticas Públicas Efetivas para os Deslocados Ambientais no Brasil

Bruno Iury dos Reis Basílio¹⁴, Letícia Britto dos Santos¹⁵, Rafael Balardim¹⁶

Introdução

Contemporaneamente, a dinâmica da imigração entre Estados tem tido grande destaque na atenção global, em especial as crises humanitárias que resultam em milhares de refugiados que saem de seus países para um outro. Há, porém, um número mais elevado de pessoas que migram dentro do próprio país (Rigaud *et al.*, 2018).

¹⁴ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: bruno.basilio@ufrgs.br

¹⁵ Professora efetiva de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: leticiasantos@unipampa.edu.br

¹⁶ Professor efetivo de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: rafaelbalardin@unipampa.edu.br

Em termos de conceitualização teórica, os refugiados são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a temor fundado de perseguição relacionada a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados. Um deslocado interno é a pessoa deslocada dentro de seu próprio país de origem, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas também devido a questões ambientais (deslocado ambiental). Um migrante é a pessoa que se desloca do seu local habitual de residência de forma temporária ou permanentemente, por várias razões, incluindo as decorrentes de desastres ambientais (migrante climático), cruzando uma fronteira internacional (migrante internacional) ou dentro do próprio país (migrante interno) (OIM, 2023; ACNUR, 2024 e Princípios Norteadores sobre Deslocamentos Internos, 1998).

Para Rigaud *et al.* (2018) diversas são as razões para o deslocamento: econômicas, sociais, políticas, ambientais e climáticas. Nos últimos anos, as organizações internacionais, em especial a OIM (Organização Internacional para as Migrações) e o IDMC (sigla em inglês para Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos), apontam que a mudança do clima se manifesta como impulsionadora da migração interna, forçando pessoas a se deslocarem de áreas vulneráveis para áreas seguras do próprio país. Para Huang (2023), embora não detenha a atenção global, a migração ligada a fatores ambientais não é um fenômeno novo. Porém, a emergência climática tem desencadeado mais movimentos internos e, em menor número, movimentos internacionais. Huang (2023) e o IDMC (2024a) nos apresentam que, em todo o mundo, desastres levam a mais deslocamentos do que conflitos.

Magalhães (2024) afirma que na última década a quantidade de pessoas deslocadas internamente mais que dobrou, passando de 33 milhões para 71 milhões. Atualmente, cerca de metade dos países do mundo acolhe indivíduos deslocados internamente em função dos efeitos das mudanças climáticas, conflitos e outras adversidades. Além disso, o número de deslocados internos tende a triplicar nas próximas décadas, em razão da falta de ações eficazes referentes ao clima (Ehui e Rigaud, 2022).

Segundo a OIM (2017), nos últimos anos, a sociedade brasileira, especialmente as populações mais vulneráveis, têm enfrentado grandes perdas socioeconômicas e ambientais devido a fenômenos meteorológicos extremos, que ocorrem de Norte a Sul do país. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo descrever a conjuntura das migrações ambientais no período entre 2014 e 2023 e identificar as políticas e estratégias adotadas pelo Brasil para a proteção e o fornecimento de assistência a estes migrantes.

A fim de atender o objetivo proposto foi realizada uma pesquisa documental considerando documentos governamentais, relatórios de organismos internacionais, decretos e leis migratórias, além de plataformas de dados como o IDMC. Após leitura analítica dos textos os dados foram organizados e o artigo apresentado nas seguintes seções: 1) conjuntura das migrações ambientais no Brasil e 2) políticas públicas e estratégias adotadas no Brasil e intersecção com a proteção e acolhimento de deslocados ambientais.

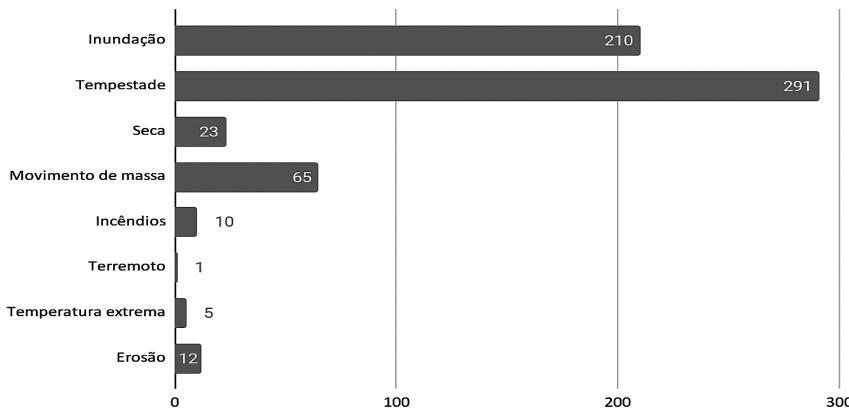
Conjuntura das migrações ambientais no Brasil

Segundo a OIM (2017), nos últimos anos, a sociedade brasileira, especialmente as populações desfavorecidas, têm enfrentado grandes perdas socioeconômicas e ambientais devido a fenômenos meteorológicos extremos com consequências distintas em diferentes regiões do país.

Ao considerar as características geográficas e ambientais do Brasil, observa-se diversos desafios em termos de bem-estar socioeconômico e adaptação às mudanças climáticas. Ao longo da história, esses fatores têm influenciado as formas de ocupação humana e a utilização dos espaços no país, com maior concentração nas regiões Sudeste e Nordeste, enquanto as regiões Centro-Oeste e Norte, que abrigam biomas importantes como o Pantanal e a Amazônia, são menos populosas.

Dante do cenário apresentado, passamos a exemplificar os deslocamentos internos causados por desastres no Brasil a partir das informações obtidas ao longo da pesquisa documental. O gráfico 1 apresenta o cenário brasileiro quanto a incidência de desastres entre janeiro de 2014 e dezembro de 2023 que provocaram deslocamentos internos.

Gráfico 1 - Número de desastres com deslocados no Brasil (2014-2023)



Fonte: elaborado pelos autores, adaptado de IDMC (2024b)

Nota-se que os três tipos de desastres que mais deslocaram pessoas no território brasileiro estão relacionados a eventos pluviais rigorosos. Conforme o IDMC (2024a), as tempestades intensas foram os fenômenos climáticos mais assíduos no período pesquisado, seguido por inundações e movimentos de massa (ou deslocamento de terra).

As chuvas intensas foram responsáveis por deslizamentos de terra devastadores, como o ocorrido em dezembro de 2021, nos estados de Minas Gerais e Bahia. As fortes precipitações causaram deslizamentos que deixaram 12 mortos e desalojaram mais de 6.000 pessoas. Esse tipo de evento é recorrente em regiões montanhosas, onde o acúmulo de chuvas provoca instabilidade no solo, resultando em danos a infraestruturas e moradias, e forçando evacuações em massa (INMET, 2021; OCHA, 2021).

Um dos casos mais recentes e significativos de inundações e tempestades no Brasil ocorreu em setembro de 2023, quando um ciclone extratropical trouxe chuvas intensas, ventos fortes e tempestades de granizo para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O evento afetou pelo menos 340.928 pessoas em 93 municípios. Além disso, 20.498 pessoas foram deslocadas de suas casas e outras

4.794 ficaram desabrigadas. O impacto do ciclone foi exacerbado pelas condições meteorológicas influenciadas pelo *El Niño*, o que trouxe um volume de chuvas acima da média histórica para o período (Azevedo, 2023; OCHA, 2023).

Embora menos frequentes que os eventos pluviais, a reincidência de seca também é um fator que induz ao deslocamento de pessoas. A seca extrema, que assolou o Brasil entre 2015 e 2017, é um exemplo marcante. Considerada a pior seca em 35 anos, afetou regiões densamente povoadas no sudeste do país, como São Paulo e Minas Gerais, além do Nordeste, que já enfrentava secas consecutivas desde 2012. A falta de chuvas baixou drasticamente os níveis dos reservatórios e aquíferos, afetando o abastecimento de água e forçando deslocamentos internos, especialmente nas áreas rurais dependentes da agricultura (OCHA, 2017; IDMC, 2020).

Em relação ao Nordeste, embora tenha geografia diversa, mais da metade de seu território é semiárido, tornando as secas recorrentes. Os impactos sociais das frequentes secas na região são agravados pela alta densidade populacional e pela pobreza e pelo fato das comunidades dependerem da agricultura para a subsistência (Capellini *et al.*, 2011 *apud* Miralles; Piñeiro, 2022). Assim, a vulnerabilidade social interage com as condições climáticas para gerar e intensificar as crises ambientais na região (Barbieri *et al.*, 2010).

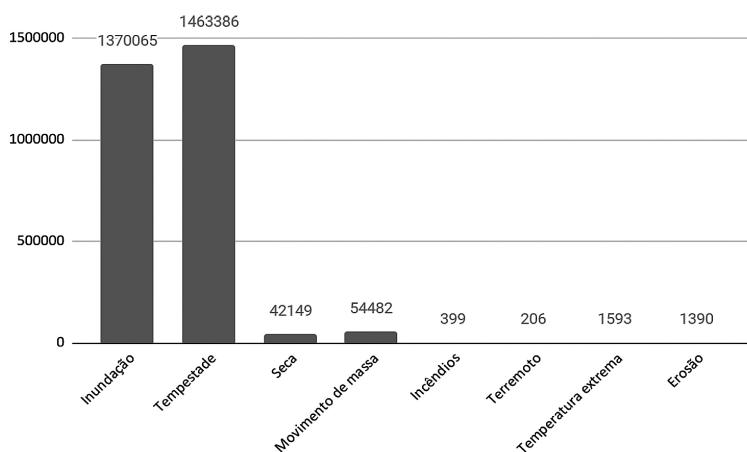
Quanto aos incêndios, o número catalogado pelo IDMC (2024a) chegou a 10 casos. Em 2020, mais de 50.000 hectares da floresta amazônica foram destruídos por incêndios durante a estação seca. Apesar de não haver dados exatos sobre o número de deslocados, há evidências de que comunidades indígenas foram severamente afetadas, sendo forçadas a abandonar suas terras devido à degradação ambiental e à perda de recursos naturais. Esses incêndios estão diretamente ligados ao desmatamento e conversão das terras ao agronegócio (IDMC, 2020; OCHA, 2023).

Especificamente na Amazônia, o aquecimento global, intensificado por atividades humanas, tem agravado tanto as altas temperaturas e a seca, quanto às inundações. A expansão desordenada das populações em áreas não habilitadas e de floresta tem fomentado o desmatamento e os incêndios, práticas usadas para viabilizar a agricultura e a construção de infraestrutura, provocando o aumento da exposição a eventos climáticos extremos (OIM, 2017). O IDMC (2020, p.

57, tradução nossa¹⁷), em 2020, relatou que “com a chegada da estação seca, os incêndios florestais destruíram mais de 50.000 hectares da floresta amazônica”, e ainda que “não havia dados disponíveis sobre deslocamentos, mas há evidências de que as comunidades indígenas foram duramente atingidas pelos incêndios” (IDMC, 2020, p. 57, tradução nossa). A combinação de insegurança sanitária, perda da biodiversidade e degradação ambiental força as famílias a migrarem para vilas e cidades próximas (Soares, 2019 e Ojima; Nascimento, 2008 apud Miralles; Piñeiro, 2022). Segundo Folly e Ramos (2021), as mulheres indígenas enfrentam desigualdades no acesso à terra e complicações de saúde relacionadas ao clima, como anemia e desnutrição, devido à escassez de alimentos e água.

As informações do gráfico 2 evidenciam o número de deslocamentos internos causados por desastres no Brasil entre 2014 e 2023, detalhando as principais causas e a magnitude desses eventos.

Gráfico 2 - Deslocamentos internos por desastres no Brasil (2014-2023)



Fonte: elaborado pelos autores, adaptado de IDMC (2024b)

17 As the dry season arrived, wildfires destroyed more than 50,000 hectares of Amazon rainforest. No displacement figures were available, but evidence suggests indigenous communities were hard hit by the fires. IDMC, 2020, p. 57)

Os desastres mais recorrentes que resultaram em deslocamentos no período foram tempestades, inundações e movimentos de massa, assim como mostrado no Gráfico 1. Ao analisar os dois gráficos observa-se que, embora o Brasil enfrente uma variedade de desastres naturais, as inundações e tempestades são os fenômenos que mais contribuíram para a mobilidade forçada da população, destacando-se em termos de frequência e impacto. A crescente intensidade e frequência desses eventos climáticos extremos, muitas vezes associadas ao fenômeno *El Niño* e *La Niña*, refletem a vulnerabilidade ambiental e social do país. Em 2020, o Brasil registrou um aumento significativo nos deslocamentos causados por desastres, totalizando mais de 358.000 novos deslocamentos. Este aumento pode ser atribuído principalmente às chuvas intensas e às inundações, com destaque para a tempestade subtropical Kurumí, que afetou severamente o sudeste do país. O estado de Minas Gerais foi o mais impactado, com chuvas recordes que provocaram deslizamentos de terra e a inundação de bairros inteiros, resultando no deslocamento de mais de 112.000 pessoas em uma semana (IDMC, 2021).

No ano de 2021 um total de 411.000 novos deslocamentos foram causados principalmente pelas inundações. O estado da Bahia foi o mais afetado, com mais de 143.000 pessoas deslocadas devido às chuvas intensas de dezembro, consideradas as mais severas em

15 anos. Comunidades vulneráveis, como indígenas e quilombolas, foram gravemente impactadas, enfrentando dificuldades para acessar água potável e alimentos. (IDMC, 2022).

Em 2022, o Brasil experimentou um dos piores anos em termos de deslocamentos internos, com 708.000 pessoas sendo forçadas a deixar suas casas. Esse número foi impulsionado por dois eventos climáticos extremos: as enchentes em Pernambuco, que provocaram 131.000 deslocamentos, e as chuvas intensas em Minas Gerais, que resultaram em mais de 107.000 deslocamentos nas primeiras semanas do ano. (IDMC, 2023).

Já em 2023, o Brasil enfrentou uma série de desastres climáticos que resultaram em 745.000 deslocamentos, o maior número registrado no país desde 2008. A transição de *La Niña* para *El Niño* agravou a situação, alternando entre períodos de chuvas intensas e secas severas. No norte do Brasil, a seca na região amazônica

foi a mais severa em um século, provocando o deslocamento de 32.000 pessoas. Simultaneamente, as chuvas recordes nos estados do sul, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, causaram 183.000 deslocamentos, com o transbordamento de rios e danos significativos à infraestrutura local (IDMC, 2024a).

Ao fim de abril e início de maio de 2024¹⁸, chuvas de intensas proporções atingiram o Rio Grande do Sul em quase sua totalidade (418 de 497 municípios), configurando a pior tragédia climática vivenciada nesse estado: a chuva superou 1000 mm em regiões específicas, enquanto a média histórica anual em todo o estado varia entre 1.299 e 1800 mm. Segundo Rückert, Vicente e Gomes (2024, p. 2), “as mudanças climáticas, o bloqueio atmosférico sobre o sul do país, a saída do El Niño, os oceanos aquecidos e uma grande onda de calor provocaram essa alta precipitação”. Conforme dados preliminares e ainda não consolidados do IDMC (2024b), foram milhões de pessoas atingidas e aproximadamente 700 mil deslocados internos.

Em suma, os dados ilustram que de fato há um aumento na incidência de eventos climáticos extremos no Brasil com importante impacto nos deslocamentos internos. Desta forma, este cenário reforça a necessidade de políticas públicas e estratégias para lidar de forma preventiva e efetiva para reduzir o impacto destes eventos assim como para assistir adequadamente os deslocados internos, considerando suas especificidades e vulnerabilidades.

Políticas Públicas e Estratégias Adotadas no Brasil e Intersecção com a Proteção e Acolhimento de Deslocados Ambientais

Segundo Souza (2006), a construção do conceito de “política pública” é dada como um campo introduzido nos estudos de política que tem por viés analisar as ações do governo, que por sua vez, irão produzir efeitos específicos, influenciando a vida dos cidadãos. A autora elenca que abordar política pública, de maneira simples, é entendê-la como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (Souza, 2006, p. 24).

18 Embora não faça parte do recorte temporal desta pesquisa, é de relevância relacionar o desastre climático que atingiu o estado do Rio Grande do Sul como um dos eventos recentes que mais deslocaram pessoas no Brasil.

Conforme Calmon (2012), as políticas públicas são decisões que resultam em normas ou ações que irão afetar a sociedade ou parte dela. Calmon (2012, p. 9-10) continua: “políticas públicas são normalmente propostas e implementadas pelo governo, mas podem também resultar de iniciativas e da atuação de outros atores sociais [...] devem ser planejadas, implementadas e avaliadas por um organismo”.

Assim, coloca-se firmemente a importância da gestão da migração e a governança da migração sob a jurisdição do Estado. A priori, o Estado brasileiro não possui uma política pública que aborde especificamente a migração ou o deslocamento interno por motivos ambientais (deslocados ambientais). A seguir serão apresentadas as políticas públicas identificadas no período investigado e em seguida um quadro resumo sobre a relação destas políticas com os deslocados ambientais.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei 12.187/2009, oficializa o compromisso espontâneo do país juntamente à UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas). A priori, o principal objetivo era a redução de emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020¹⁹ (Brasil, 2010). Vinhas (2024) destaca que a ausência de mecanismos adequados para a execução das ações propostas indica uma deficiência no modelo de gerenciamento. A governança da PNMC não foi efetiva como guia de políticas públicas e programas governamentais no combate às mudanças climáticas. Em junho de 2024, o governo brasileiro publicou a Lei 14.904/2024²⁰, que altera a PNMC e sua lei de origem, estabelecendo novas diretrizes para planos de adaptação à mudança climática, mas que também não provém ações concretas a curto prazo.

19 Entretanto, no ano de 2020, ao contrário dos compromissos firmados, viu-se o nível de emissões de gases de efeito estufa aumentar. Sem cumprir as metas, em 2023, o governo ampliou o compromisso de reduzir a emissão de gases de efeito estufa de 37% para 48% até 2025 e de 50% para 53% em 2030 (Agência Gov, 2023a).

20 “Esta Lei estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima, com o objetivo de implementar medidas para reduzir a vulnerabilidade e a exposição a riscos dos sistemas ambiental, social, econômico e de infraestrutura diante dos efeitos adversos atuais e esperados da mudança do clima, com fundamento na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)” (Brasil, 2024, art. 1).

Ao contrário da política anterior, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estabelecida pela Lei 12.608/2012, tem como foco prioritário prevenir e reduzir desastres, e atuar em emergências e recuperar áreas afetadas. Os pontos principais foram: prever desastres; criação de sistemas de alerta; planos de contingência e resposta a desastres; ações de mitigação dos impactos causados por eventos naturais; e relocação de comunidades de áreas de risco (Brasil, 2012). De acordo com esta lei, os municípios são responsáveis por fornecer abrigos provisórios adequados em termos de higiene e segurança para a população afetada (Brasil, 2012). Várias ações de reassentamento são realizadas em conjunto com a Defesa Civil como a reconstrução de moradias destruídas ou, se necessário, o custeio do reassentamento definitivo dessas pessoas em locais seguros. Em 2023, após as enchentes catastróficas no Rio Grande do Sul, a PNPDEC²¹ foi atualizada, incluindo a obrigação de recuperação de áreas degradadas e a promoção da reparação de danos civis e ambientais, tendo em vista minimizar os impactos e garantir a segurança das comunidades afetadas, o que podemos considerar como um avanço em relação aos deslocados internos (Agência Gov, 2023b; Brasil, 2023a).

A Primeira Contribuição Determinada Nacionalmente (NDC, sigla em inglês para *Nationally determined contribution*²²) de 2015, não traz em seu escopo a questão de mobilidade humana, porém assinala que a dimensão social é o centro da estratégia de adaptação do Brasil. Considera também que proteger as populações mais vulneráveis, especialmente os mais pobres, dos efeitos adversos da mudança no clima é um pilar da NDC brasileira. Além disso, a atualização da NDC em 2023 considera os impactos negativos das mudanças climáticas no processo de planejamento da mitigação (Brasil, 2023b, art. 4, II, a). Entretanto,

21 Lei nº 14.750 de 12 de dezembro de 2023 que altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14750&ano=2023&ato=a6cITVE90MZpWT317>

22 Segundo a ONU (2021) “a sigla NDCs significa Contribuições Nacionalmente Determinadas, o plano do que se espera que cada país faça, a fim de reduzir a quantidade dos gases de efeito estufa”.

embora em sua redação exalte que a proteção de populações vulneráveis está no centro da estratégia brasileira, ainda não considera a necessidade de proteção dos migrantes forçados.

Por sua vez, o Plano de Adaptação Nacional do Brasil de 2016, assim como a NDC brasileira, reconhece a relevância do aspecto social e destaca que é necessário aumentar a capacidade de resposta e resiliência, principalmente das populações mais vulneráveis, citando comunidades rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e pessoas em situação de pobreza. Apesar desse plano considerar importantes questões de mobilidade humana em um contexto de vulnerabilidade, em seu relatório final do ciclo 2016 - 2020²³, não há nenhuma política ou ação direta para proteção ou assistência aos deslocados internos. Há um avanço em ações de gestão de riscos, a partir do monitoramento e observação dos impactos climáticos, como parte do projeto AdaptaBrasil MCTI, destinado a fornecer dados para ações de adaptação frente a eventos extremos.

A Lei de Migração de 2017, arcabouço jurídico que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, tem sua redação voltada aos direitos e deveres de imigrantes, solicitantes de refúgio, asilados e apátridas. A lei não aborda em seus 110 artigos menção a migrantes internos, tampouco a deslocados internos o que foi observado por Nunes (2021), embora seja previsto o direito à solicitação de visto temporário para acolhida humanitária em caso de desastre ambiental para apátridas ou imigrantes. A partir disso, ao recordar os refugiados ambientais (Claro, 2015; Ramos, 2011), pode-se considerar a proteção desses pelo Estado brasileiro²⁴.

A quarta submissão brasileira à UNFCCC em 2020 apresenta importantes considerações sobre a proteção de migrantes por meio da assistência financeira, mapeamento de mobilidade humana e sistema de comunicação de riscos. Em seu escopo, o documento exalta a fundamentalidade de programas de transferência de renda para uma política de redução de vulnerabilidades em um contexto de migração (Brasil, 2020, p. 301) possibilitando maior resiliência e adaptação da

23 Pode ser lido na íntegra em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima/clima/arquivos/relatorio_final_pna_web.pdf

24 É importante elucidar que o exposto trata-se uma perspectiva nossa, afinal, não há no arcabouço jurídico brasileiro a definição de refugiado ambiental.

população. Por fim, o documento relata que, com os cenários atuais de desastres em larga escala cada vez mais frequentes, especialmente relacionados a chuvas intensas e ou secas duradouras, considera-se necessidade de aperfeiçoar e modernizar os sistemas de gestão e comunicação de riscos a desastres (Brasil, 2020). Em suma, houve avanços significativos do papel brasileiro frente a resiliência e adaptação às mudanças climáticas.

Complementarmente às políticas apresentadas, durante a pesquisa instrumentos relevantes para a promoção de moradias e prevenção aos desastres foram identificados. Os programas de habitação social, como o programa Minha Casa, Minha Vida podem ser considerados instrumentos de política pública que, de maneira complementar, garantem o direito à moradia aos deslocados.

Quanto à prevenção, o CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) visa identificar riscos de deslizamentos, inundações e secas prolongadas, permitindo a adoção de medidas preventivas, como evacuação e realocação temporária de populações. Por meio de seu site oficial disponibiliza, em tempo real, alertas para movimento de terra, chuvas intensas, inundações, entre outros eventos climáticos.²⁵ Além de monitorar as ameaças naturais em áreas de risco de municípios brasileiros vulneráveis a desastres naturais e desenvolve pesquisas e tecnologias para aprimorar seu sistema de alerta antecipado, tendo como objetivo minimizar fatalidades e prejuízos materiais no Brasil (Brasil, 2022). Assim, o órgão contribui como salvaguarda da sociedade, protegendo vidas e diminuindo as vulnerabilidades social, ambiental e econômica (Brasil, 2022). A redução de fatalidades e prejuízos materiais pode mitigar o impacto desses eventos, permitindo uma resposta mais eficiente e a preservação de vidas em emergências.

O quadro 1 apresenta de forma sucinta e crítica os aspectos relacionados aos deslocados ambientais nas políticas mencionadas.

25 Há também o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), uma plataforma do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, que fornece informações para a gestão de riscos e desastres no Brasil (<https://s2id.mi.gov.br/paginas/index.xhtml>).

Quadro 1 - Deslocados ambientais nas políticas públicas e estratégias no Brasil

Política/ Estratégia	Descrição
Política Nacional sobre Mudança do Clima (2009)	Não aborda diretamente os deslocados ambientais, mas reconhece que os impactos das mudanças climáticas podem afetar comunidades vulneráveis, mencionando a necessidade de planos de adaptação que possam minimizar riscos de deslocamentos.
Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (2012)	Foca na prevenção e resposta a desastres, promovendo a realocação de comunidades de áreas de risco e fornecendo moradia provisória às populações atingidas por desastres, mas não menciona especificamente deslocados ambientais. Contribuição Nacionalmente
Determinada (NDC) do Brasil (2015 e 2023)	Não menciona diretamente a mobilidade humana, mas foca na proteção de populações vulneráveis. A atualização de 2023 reconhece o impacto das mudanças climáticas como um catalisador do deslocamento ambiental, embora não trate diretamente da proteção dos migrantes forçados.
Plano de Adaptação Nacional do Brasil (2016)	Reconhece a migração como um possível impacto de eventos extremos, como secas e inundações, e propõe o desenvolvimento de ações para uma melhor compreensão do fenômeno. No entanto, não há políticas diretas para proteger ou assistir os deslocados internos.
Lei de Migração (2017)	Embora ofereça proteção a apátridas e refugiados em situação de desastre ambiental, a lei não aborda a questão dos deslocados internos, incluindo os deslocados ambientais.
Quarta submissão à UNFCCC (2020)	A submissão menciona o impacto das mudanças climáticas em fluxos migratórios e a importância do mapeamento da mobilidade humana, mas não há ações específicas para proteção de migrantes forçados.
Programa Minha Casa, Minha Vida	Inclui a oferta de moradias para famílias desabrigadas por desastres ambientais, o que pode mitigar o impacto das migrações forçadas devido a eventos climáticos extremos.
Cemaden (2024)	Monitora e emite alertas sobre desastres naturais, contribuindo para a relocação e evacuação de populações em risco, ajudando a minimizar o impacto dos deslocamentos ambientais causados por desastres.

Fonte: elaborado pelos autores.

Todas as políticas apresentadas omitem a conjuntura dos deslocamentos por desastre, tratando-os como efeitos colaterais de eventos climáticos adversos. Ademais, o concreto que se pode considerar está presente na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil de 2012, que tem como objetivo a prevenção e a resposta a desastres, fazendo a realocação de comunidades em risco e provendo moradia provisória, complementada pelo reconhecido trabalho do CEMADEN e pela oferta de moradias para famílias desabrigadas por desastres no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Considerações finais

A realidade dos deslocados internos ambientais é retratada por meio de dados e casos concretos de fenômenos climáticos extremos que causam deslocamentos. A conjuntura demonstra, factualmente, a emergência da mudança no clima e a existência de migrantes dela derivados. Primeiro, aborda-se a conjuntura global das migrações ambientais, em que o clima emergente desencadeia a migração de milhões de pessoas, muitas vezes de forma temporária. Embora a atenção global geralmente se concentre nas migrações transfronteiriças, a maior parte das migrações causadas por desastres ocorre dentro dos próprios países, principalmente em resposta a fenômenos extremos, como ciclones, inundações e incêndios florestais.

A partir desse cenário e com as informações levantadas do IDMC e do OCHA, é notório que há um crescente número de deslocamentos internos, reflexo da vulnerabilidade de alguns países, incluindo o Brasil, frente à intensificação e recorrência dos desastres naturais. No período estudado, chama a atenção a frequência de eventos de rápida ocorrência que, embora parecidos, mostram-se a cada ano mais intensos. Os deslocados enfrentam a realidade de um planeta em mudança climática acelerada, que os obriga a deixar seu espaço afetivo para migrar para um local (possivelmente) seguro, necessitando que o Estado nacional tenha condições suficientes para protegê-los.

É importante destacar que as mudanças climáticas afetam as dimensões de raça, gênero e classe social de maneiras distintas e que a compreensão sobre diferentes vulnerabilidades aos deslocamentos ambientais no contexto brasileiro

ocorre em função dessas disparidades. No que tange as mulheres e meninas, as diferentes realidades precisam ser reconhecidas e consideradas como a diminuição de chuvas e secas que impedem mulheres quilombolas de plantar e aumenta a chance de serem expulsas de sua terra pela devastação da natureza (Observatório do Clima, 2021). Embora não seja o foco deste trabalho, é considerável citar que a população negra, periférica, racializada têm sido colocada à margem e em maior proporção aos riscos e aos impactos ambientais conforme estudo apresentado por Mariana Belmont (2023).

De certo modo, o Estado brasileiro tem implementado algumas estratégias e políticas embrionárias para lidar com a migração ambiental, incluindo medidas preventivas, de proteção e programas de assistência, especialmente em resposta ao aumento gradual na frequência e intensidade dos desastres nos últimos anos. Ao fim, embora existam várias políticas de proteção e mitigação de riscos, o Brasil necessita de instrumentos jurídicos específicos que reconheçam, protejam e assistam formalmente os deslocados ambientais, e só por meio da mobilização popular e política por propostas legislativas (como Projeto de Lei nº 1594/2024 da Câmara dos Deputados e Projeto de Lei nº 2038/2024 do Senado Federal) é possível uma consolidação de uma política nacional abrangente e eficaz. Em resposta a emergências ou no planejamento a longo prazo, é fundamental a preparação local, incluindo sistemas de alerta acessíveis a todos, programas de seguro populares e normas de construção para áreas de risco que assegurem infraestruturas resilientes. Simultaneamente, é preciso garantir moradias dignas em comunidades socialmente integradas, com serviços básicos e oportunidades de trabalho para os deslocados. Para isso, o fortalecimento das políticas públicas e a criação de leis específicas que incluam o deslocado ambiental são essenciais para promover a migração segura, ordenada e regular em tempos de emergência climática.

Assim como no estudo de Magalhães (2024), as análises apresentadas no presente estudo ressaltam os desafios que o Brasil enfrenta diante do aumento da frequência e da intensidade dos eventos climáticos extremos. A falta de políticas eficazes para mitigar os deslocamentos causados de forma crescente por fatores climáticos e para adaptar o país às suas consequências expõe parte da população brasileira a riscos significativos.

Para enfrentar esse cenário, é essencial que o Brasil implemente políticas que não apenas respondam aos desafios imediatos, mas também fortaleçam a infraestrutura de resiliência e proteção da população, especialmente as mais vulneráveis. Sugere-se como objeto de um próximo estudo a análise do papel de organizações da sociedade civil, comunidades locais e dos próprios migrantes como agentes ativos na elaboração de estratégias de adaptação às mudanças climáticas, indo além da ação estatal.

Referências Bibliográficas

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Quem ajudamos - Refugiados.** 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>.

AGÊNCIA Gov. **Governo amplia para 48% a meta de redução da emissão de gases de efeito estufa até 2025.** 20 set. 2023a. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/governo-amplia-para-48-a-meta-de-reducao-da-emissao-de-gases-de-efeito-estufa-ate-2025>.

AGÊNCIA Gov. **Lei que aprimora os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres é sancionada.** 13 dez. 2023b. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/presidente-lula-saciona-lei-que-aprimora-os-instrumentos-de-prevencao-de-acidentes-ou-desastres>

AZEVEDO, Ana Lucia. Os extremos que fizeram de 2023 o ano com pior clima do Brasil. O Globo. 31 dez. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/especial/os-extremos-que-fizeram-de-2023-o-ano-com-o-pior-clima-do-brasil.ghtml>

BARBIERI, Alisson Flávio; DOMINGUES, Edson; QUEIROZ, Bernardo Lanza; RUIZ, Renato Maurício; RIGOTTI, José Irineu; CARVALHO, José Alberto Magno de; RESENDE, Marcelo Ferreira. Climate change and population migration in Brazil's Northeast: scenarios for 2025–2050. **Population and Environment**, v. 31, n. 5, p. 344–370, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.187/2009.** Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 29 dez. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm

BRASIL. Lei nº 12.608/2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC [...] e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 10 abr. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm

BRASIL. Lei nº 13.445/2017. Institui a Lei de Migração. Brasília: Presidência da República, 24 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm

BRASIL. Lei nº 14.620/2023. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida [...] e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021. Brasília: Presidência da República, 13 jul. 2023c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14620.htm

BRASIL. Lei nº 14.750/2023. Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados. Brasília: Presidência da República, 12 dez. 2023a. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14750&ano=2023&ato=a6cIT VE90MZpWT317>

BRASIL. Lei nº 14.904/2024. Estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima; altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 27 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14904.htm#:~:text=LEI%20N%C3%83O%2014.904%20DE%202027,Art.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/composicao/rede-mcti/centro-nacional-de-monitoramento-e-alertas-de-desastres-naturais#:~:text=O%20Cemaden%20tem%20como%20miss%C3%A3o,com%20o%20objetivo%20final%20de>

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Quarta Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2020. Disponível

em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/comunicacoes-nacionais-do-brasil-a-unfccc/arquivos/4comunicacao/4_com_nac_brasil_web.pdf

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) para o Acordo de Paris no âmbito da UNFCCC**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 27 out. 2023b. Disponível em: <http://educaclima.mma.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/NDC-1.4-Brasil-27-out-2023-portugues.pdf>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional sobre Mudança do Clima**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima.html>

BELMONT, Mariana. **Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil**. 2023. Instituto de Referência Negra Peregum. Disponível em: <https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil/>

CALMON, Paulo Carlos Du Pin. **Introdução às Políticas Públicas: uma introdução**. Disciplina D 4.1 – Introdução às Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2012. 20 horas-aula.

CEMADEN. **Painel de alertas**. 18 out. 2024. Disponível em: <https://painelalertas.cemaden.gov.br/>

CLARO, Carolina de Abreu Batista. **A Proteção dos “Refugiados Ambientais” no Direito Internacional**. 2015. 328 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-08042016-155605/pt-br.php>.

EHUI, Simeon; RIGAUD, Kanta Kumari. **Climate migration - deepening our solutions**. 2022. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/en/climatechange/climate-migration-deepening-our-solutions>

FOLLY, Maiara; RAMOS, Erika Pires. Climate change is already driving migration in the Brazilian Amazon. **Climate Diplomacy**, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://climate-diplomacy.org/magazine/conflict/climate-change-already-driving-migration-brazilian-amazon>.

HUANG, Lawrence. Climate Migration 101: An Explainer. **Migration Policy**, 2023. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/climate-migration-101-explainer>

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre. **Global Report on Internal Displacement 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2020/>

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre. **Global Report on Internal Displacement 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2021/>

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre. **Global Report on Internal Displacement 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2022/>

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre. **Global Report on Internal Displacement 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2023/>

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre. **Global Report on Internal Displacement 2024**. 2024a. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2024/>.

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre. **IDMC Portal Data**. 2024b. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/database/displacement-data/>

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia. **Análise das chuvas na Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo em Dezembro de 2021**. Brasília: INMET, 2021. Disponível em: [https://portal.inmet.gov.br/noticias/an%C3%A1lise-das-chuvas-na-bahia-minas-gerais-e-espir%C3%A3o-santo-em-dezembro-de-2021#:~:text=O%20m%C3%AAs%20de%20dezembro%20de,do%20At%C3%A9ntico%20Sul%20\(ZCAS\).](https://portal.inmet.gov.br/noticias/an%C3%A1lise-das-chuvas-na-bahia-minas-gerais-e-espir%C3%A3o-santo-em-dezembro-de-2021#:~:text=O%20m%C3%AAs%20de%20dezembro%20de,do%20At%C3%A9ntico%20Sul%20(ZCAS).)

MAGALHÃES, Bruno. **Mudanças Climáticas, Migração e Deslocamento. Sumário Executivo**. Soberania e Clima, 2024. Disponível em: <https://soberaniaeclima.org.br/publicacoes/estudos/mudancas-climaticas-migracao-e-deslocamento/>

MIRALLES, Pablo Escribano; PIÑEIRO, Javier. **Mapeo sobre Migración, Medio Ambiente y Cambio Climático en América del Sur**. Buenos Aires: Organización Internacional para las Migraciones, 2022.

NUNES, Rafaella Sousa. **A proteção aos deslocados internos ambientais: análise comparada dos casos de Brumadinho (Brasil, 2019) e Hidroituango (Colômbia, 2018)**. 2021. 141 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3803>

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Infográfico. **Por quê gênero e clima? Gênero e clima**. 2021. Disponível em: <https://generoeclima.oc.eco.br/infografico-porque-genero-e-clima/>

OCHA - United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. **Brazil: Floods** - Sep 2023. 2023. Disponível em: <https://reliefweb.int/disaster/fl-2023-000169-bra>

OCHA - United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. **Brazil: Floods** - Dec 2021. 2021. Disponível em: <https://reliefweb.int/disaster/fl-2021-000204-bra>

OCHA - United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. South America: **Drought - 2015-2017**. 2017. Disponível em: <https://reliefweb.int/disaster/dr-2016-000002-col>. Acesso em: 1 out. 2024.

OIM - Organización Internacional para las Migraciones. **Migraciones, ambiente y cambio climático: estudios de caso en América del Sur**. Buenos Aires: OIM, 2017.

OIM. **Estratégia institucional sobre migração, meio ambiente e mudança do clima 2021-2030: Em prol de uma abordagem de migração abrangente e baseada em evidências e direitos num contexto de degradação ambiental, mudança do clima e desastres, para o benefício de migrantes e sociedades**. Genebra: OIM, 2023. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/estrategia-institucional-sobre-migracao-meio-ambiente-e-mudanca-do-clima-2021-2030>

PRINCÍPIOS Norteadores sobre Deslocamentos Internos. 1998. Disponível: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Documentos_da_ONU/Principios_orientadores_relativos-aos_deslocados_internos_1998.pdf

RAMOS, Érika Pires. Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo Direito Internacional. 2011. 105 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-10082012-162021/publico/TESE-versao_integral_ERIKA_PIRES_RAMOS.pdf.

RIGAUD, Kanta Kumari; SHERBININ, Alex de; JONES, Bryan; BERGMANN, Jonas; CLEMENT, Viviane; OBER, Kayly; SCHEWE, Jacob; ADAMO, Susana; McCUSKER, Brent; HEUSER, Silke; MIDGLEY, Amelia. **Cenário: Preparing for Internal Climate Migration (Groundswell: A Preparação para a Migração Climática Interna).** Washington, Estados Unidos: Banco Mundial, 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/2be91c76-d023-5809-9c94-d41b71c25635>

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; VICENTE, Francisco Jorge; GOMES, Luis Fabiano Ribeiro. A tragédia climática no Rio Grande do Sul em 2024: anotações sobre uma catástrofe anunciada. **Geografaires**, v. 4, n. 39, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografaires/article/view/46646>

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>

VINHAS, Guilherme. **A (má) governança da Política Nacional sobre Mudança do Clima.** Jota, 20 jul. 2024. Disponível em: <https://www.jota.info/artigos/a-ma-governanca-da-politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima>



“O que torna particular a prática do IMDH é sua capacidade de perceber que cada narrativa migratória resulta da intersecção complexa de múltiplas dimensões - gênero, raça, classe, idade, território e religião - que não operam isoladamente, mas se articulam para produzir configurações específicas de vulnerabilidade e resistência.”

Travessias, Raízes e Renascimentos: Três Vidas que Tecem os 25 Anos do IMDH

Vanessa Ponte²⁶, Thais Alpires²⁷, Ariadiny Lima²⁸

“Caminhante, não há caminho, faz-se o caminho ao caminhar.”
Antônio Machado

²⁶ Consultora de projetos no Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Doutora em Ciências sociais e pós-doutoranda em antropologia na UNB. E-mail: nessaponte@gmail.com

²⁷ Assessora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Mestra em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: thais.alpires@gmail.com

²⁸ Gerente de Integração do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Pós-graduada em Políticas Públicas e Direitos Sociais pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). E-mail: ariadinnylima@gmail.com

Introdução

Nas fronteiras invisíveis que atravessam corpos, sonhos e memórias, onde se entrelaçam histórias de partida e chegada, de perdas e reconstruções, encontramos narrativas que transcendem números e estatísticas para revelar a profunda dimensão humana das migrações contemporâneas. Este artigo convida a uma imersão nas experiências biográficas de três pessoas migrantes cujas trajetórias se entrecruzaram com o trabalho do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) ao longo de seus 25 anos de existência.

A primeira protagonista é Nada Jabbour, que aos doze anos deixou Damasco, na Síria²⁹, para sobreviver à guerra e, nesse movimento, tornou-se tradutora de sonhos familiares e, posteriormente, farmacêutica no Brasil. O segundo protagonista é Lucson Pierre, que aos 34 anos migrou do Haiti³⁰ em busca de dignidade e documentos que lhe permitissem “ser cidadão” em terra estrangeira. Rosa Paulina Bravo, nossa terceira história, é artesã da Venezuela³¹ que, grávida e com um filho pequeno, transformou a urgência da sobrevivência em arte de recomeçar.

Por meio dessas três narrativas biográficas, buscamos compreender questões fundamentais que orientam nossa reflexão: como diferentes marcadores sociais - gênero, raça, território, classe social e idade - se articulam configurando experiências migratórias singulares? De que maneiras as práticas de acolhimento podem considerar e responder a essas vulnerabilidades específicas sem reproduzir vícios assistencialistas? Como os processos de documentação, integração social e inserção laboral são atravessados por essas múltiplas dimensões identitárias? E, fundamentalmente, que transformações produz o encontro entre trajetórias individuais e práticas humanitárias, tanto para os sujeitos migrantes quanto para as próprias instituições de acolhimento?

Para responder a essas perguntas, adotamos uma perspectiva interseccional, como propõe Collins (2000) ao reconhecer que as experiências sociais emergem

29 <https://data.unhcr.org/en/country/syr>

30 <https://dataviz.unhcr.org/product-gallery/2024/10/haiti-a-multi-dimensional-crisis-leading-to-continued-displacement/>

31 <https://data.unhcr.org/en/situations/venst>

da articulação complexa e situada de múltiplas categorias de diferença. As interseccionalidades revelam como diferentes sistemas sociais se entrecruzam para produzir configurações específicas de vulnerabilidade e, simultaneamente, estratégias singulares de resistência e reconstrução identitária.

As migrações contemporâneas nos convocam para além de análises estritamente macroestruturais, demandando olhares atentos às micropolíticas dos afetos, das resistências cotidianas e das reconfigurações identitárias que emergem nos encontros transformadores entre pessoas e instituições. É neste entrelaçamento entre o macro e o micro, entre estruturas globais de desigualdade e experiências incorporadas dos sujeitos, que situamos nossa perspectiva analítica, compreendendo que as biografias migrantes são simultaneamente produtos e produtoras de realidades sociais em constante transformação.

O IMDH, em seus 25 anos de atuação, construiu um repertório de práticas de acolhimento que se materializam nos encontros cotidianos com pessoas em situação de mobilidade. Estes encontros, longe de configurarem relações unidirecionais de assistência, constituem campos relacionais onde saberes, afetos e subjetividades se reconfiguram mutuamente. As três narrativas aqui apresentadas evidenciam como, nos interstícios destes encontros, emergem possibilidades de agência, de ressignificação do sofrimento e de reconstrução de horizontes existenciais que pareciam obstruídos pelas violências da jornada migratória.

Nossa reflexão se alinha aos estudos contemporâneos que reconhecem a centralidade da escuta das trajetórias dos sujeitos migrantes para o desenvolvimento de políticas públicas verdadeiramente efetivas e humanizadas. Como argumentam Baeninger (2018), Fernandes e Faria (2017) e Silva (2017), é fundamental desenvolver pesquisas realizadas com os migrantes e não apenas sobre eles, rompendo com perspectivas que os reduzem a objetos de estudo ou beneficiários passivos de políticas assistenciais. Essa abordagem participativa reconhece os sujeitos migrantes como portadores de saberes, experiências e estratégias que devem informar tanto a produção acadêmica quanto a formulação de políticas públicas.

Metodologicamente, partimos de entrevistas em profundidade realizadas com atenção aos princípios da dignidade narrativa e da escuta sensível, reconhecendo

cada pessoa como intérprete legítima de sua própria história. As narrativas foram posteriormente recompostas em formato biográfico, preservando as singularidades discursivas e as camadas interpretativas trazidas pelos próprios sujeitos sobre suas experiências.

Ao analisarmos os efeitos transformadores produzidos pelo encontro entre trajetórias individuais e práticas humanitárias, este artigo propõe reflexões mais amplas sobre o próprio sentido do trabalho humanitário contemporâneo. Este trabalho se inscreve no esforço coletivo de construir epistemologias migratórias que honrem a complexidade das experiências vividas, reconhecendo nas narrativas biográficas não apenas fontes de conhecimento sobre realidades sociais, mas também potentes instrumentos de sensibilização e transformação política. Como afirma Santos (2019), trata-se de mobilizar o poder das histórias para “criar zonas de contato onde a humanidade compartilhada emerge como horizonte ético frente às fronteiras materiais e simbólicas que segmentam existências e hierarquizam sofrimentos”.

Nas páginas que seguem, convidamos o leitor a percorrer conosco os caminhos de vida que se entrelaçam com a própria história do IMDH, atentando às nuances afetivas, às estratégias de resistência e às reconfigurações identitárias que emergem desses encontros transformadores. Mais que celebrar trajetórias individuais de superação, buscamos compreender como essas experiências nos ensinam sobre a construção de práticas de acolhimento verdadeiramente transformadoras - práticas que reconhecem que, nos encontros entre pessoas migrantes e instituições humanitárias, não apenas vidas individuais se reconstroem, mas também se redefinem os próprios sentidos da solidariedade, da justiça e do cuidado em sociedades cada vez mais atravessadas pela mobilidade humana.

Três Jornadas, Múltiplas Travessias: Narrativas de Reconstrução e Pertencimento

As três narrativas que seguem são mais que relatos individuais de migração, são testemunhos vivos de como diferentes marcadores sociais se entrelaçam para produzir experiências singulares de deslocamento, resistência e construção. Nada Jabbour, Lucson Pierre e Rosa Paulina Bravo chegaram ao Brasil em

momentos diferentes de suas vidas e da própria história do IMDH, mas suas trajetórias se entrecruzaram na demonstração eloquente de como a escuta atenta e o acolhimento humanizado podem transformar vulnerabilidades em agências, medos em esperanças, e, sobrevivência em renascimento. Suas vozes, preservadas em suas tradições e singularidade discursiva, nos convidam a compreender as migrações contemporâneas não como observações abstratas, mas como experiências profundamente humanas, que desafiam, transformam e enriquecem tanto quem migra quanto as sociedades que acolhem.

“Da Guerra ao Cuidado: A Jornada de Nada Jabbour”

Nada Jabbour nasceu na Síria, país que carrega em sua memória como um lugar de saudades. Sua infância foi brutalmente interrompida quando tinha apenas doze anos. “Foram momentos marcantes”, relembra, e em sua voz há o peso de quem amadureceu cedo demais. Em 2012, a guerra chegou à Síria, e com ela, o fim da “normalidade” que conhecia. *“Ficou perigoso ir para escola e para o trabalho, começou a ter atentados nas cidades menores e maiores, e aí passou a ter vários atentados na mesma semana”*.

Ser cristã em meio ao conflito representava um risco adicional para sua família. *“Nossa família era cristã, e quando sabiam que as famílias eram cristãs, tinha esse risco maior ainda – eles matavam”*. Seu pai, engenheiro civil, começou a ser perseguido no trabalho justamente por ser cristão, recebendo ameaças que tornaram impossível continuar exercendo sua profissão. Sua mãe, professora, também enfrentava as mesmas dificuldades. A sensação de segurança se desfez completamente. *“Certa vez, meu pai ficou preso no trabalho por causa da perseguição, lembro do desespero de minha mãe”*, conta, e nessa memória está condensado o terror de uma criança de doze anos sentindo ruir o desejo de permanecer em sua terra.

O trauma mais profundo veio quando testemunhou a explosão de um carro-bomba. *“Teve um atentado, ouvi o carro explodir, pedaços de cadáveres, fumaça espalhados no bairro”*. Um episódio na escola cristalizou esse horror: durante um atentado próximo, a professora tentou tirá-la de lá, mas ela recusou sair sem a irmã. Esse momento definiu o dilema constante entre autopreservação e amor familiar que marcaria suas decisões futuras. Todos esses episódios fizeram a família buscar outro

país. A partir disso, pesquisaram na internet países onde imigrantes não fossem, conforme suas palavras, “*tratados como cidadãos de segunda classe*”, e decidiram vir para o Brasil.

A chegada ao Brasil revelou desafios que transcendiam a adaptação cultural e linguística. Mesmo sendo profissionais qualificados – ele engenheiro civil, ela professora –, os pais de Nada viram seus diplomas não reconhecidos, perdendo subitamente suas identidades profissionais. A família navegava perdida pela burocracia migratória brasileira. As dificuldades se aprofundaram quando o pai adoeceu, esgotando as últimas reservas financeiras trazidas da Síria. Durante esse período, ele enfrentou um episódio cruel de xenofobia: após um erro médico que o prejudicou, quis processar a responsável, mas o advogado foi categórico – por ser estrangeiro enquanto a médica era brasileira, seria inútil tentar.

Foi nesse momento de extrema vulnerabilidade, quando não tinham nem mesmo o básico para comer, que o pai de Nada declarou com uma determinação desesperada que ecoaria na família: “*Eu não vou sair do meu país para morrer de fome em outro lugar*”. Essa frase revelava tanto o desespero quanto a força interior que os sustentaria nos momentos mais desafiadores que ainda estavam por vir.

Foi precisamente nesse momento de maior vulnerabilidade que o contato com o IMDH chegou, através de um encontro que mudaria tudo. Irmã Rosita se tornaria muito mais que a diretora de uma instituição humanitária – ela se transformou numa segunda mãe para a família. “*A gente começou a ver a Irmã Rosita como alguém da família, e [minha] mãe chamava ela de mãe, e eu chamei de vó*”, conta Nada. A presença de Irmã Rosita “trazia muito conforto”, especialmente para uma família desesperada. “*Lembro de ser muito bem recebida, e até hoje ela é amiga da família*”.

O IMDH se revelou fundamental em múltiplas frentes. Além do apoio emocional, a instituição forneceu assistência material concreta: alimentos e agasalhos nos momentos mais difíceis, criando uma rede de proteção que permitiu à família se concentrar na adaptação. Mais importante ainda, ofereceu o reconhecimento da dignidade familiar em um momento em que se sentiam invisíveis em terra estrangeira.

A instituição ofereceu também apoio com documentação, que representou muito mais que regularização para Nada – significou a possibilidade de sonhar

com o futuro. “A gente estava muito perdida em relação aos documentos, e eu fui muito bem recebida pela Irmã para resolver o visto”. Irmã Rosita não apenas apoiou nos destraves dos processos burocráticos, mas teceu pontes fundamentais para a integração familiar. Foi ela quem conectou Nada e sua irmã com uma professora de português da Universidade de Brasília, proporcionando aulas que acelerariam significativamente seu aprendizado.

Com esse apoio educacional estruturado, Nada e sua irmã aprenderam português rapidamente, com mais facilidade que os pais, transformando-se nas tradutoras oficiais da família. “*Contratos de aluguel, vistoria de aluguel... eu traduzia frase por frase*”, relembra Nada, carregando aos doze anos responsabilidades de adultos, mediando entre sua família e um país que ainda estava aprendendo a conhecer. Mas Nada traduzia muito mais que palavras – ela se tornou a tradutora dos sonhos familiares, transformando incertezas em possibilidades, burocracias em pontes para o futuro.

“*Irmã, quero muito ser brasileira logo*”, dizia Nada para Irmã Rosita, expressando um desejo profundo de pertencimento que ia muito além da documentação. Durante esse período, Nada desenvolveu uma maturidade precoce. Essa experiência a ensinou que “quando [alguém] vem nessa situação, amadurece mais rápido.” Paralelamente ao apoio dado às filhas, o IMDH também ofereceu à mãe de Nada um curso de empreendedorismo que mudaria fundamentalmente a trajetória econômica da família.

A mãe começou a trabalhar com venda de comida árabe, inicialmente em pequena escala, vendendo para vizinhos e conhecidos. Reconhecendo o potencial desse empreendimento e a qualidade excepcional dos pratos, o IMDH mobilizou doadores para conseguir uma máquina de quibe profissional, equipamento que permitiu à família ampliar significativamente seus negócios. Esse apoio estratégico transformou uma necessidade de sobrevivência em um empreendimento próspero que não apenas sustentou a família, mas também se tornou uma ponte cultural viva, levando sabores da Síria para paladares brasileiros.

Durante toda jornada no Brasil, a educação tornou-se refúgio de Nada contra as adversidades. Apesar das dificuldades, nunca reprovou, demonstrando resiliência acadêmica notável. A escola transformou-se em esperança de futuro e

porto seguro. Esse investimento cuidadoso frutificou quando passou no vestibular para Farmácia. A escolha profissional seguiu caminho natural alinhado com sua vocação: “*Gostei de fato de cuidar e ter o olhar voltado pro cuidado*”, explica.

Na pandemia de COVID-19, Nada retornou ao IMDH como voluntária, “*para retribuir de alguma forma*”. “*Participei no setor do trabalho e na documentação, de tudo aquilo que a família tinha precisado*”. Essa volta representou o fechamento de um ciclo profundamente significativo: de quem precisou de ajuda para quem oferece apoio.

O Brasil tornou-se verdadeiramente seu novo lar. “*Por mais triste que seja a situação... sinto que o Brasil me acolheu, da forma que meu país me acolheria, eu me sinto bem aqui*”. Nada reconhece que existe xenofobia, mas encontrou brasileiros “gentis” e “acolhedores” que superaram as experiências negativas. Hoje, Nada, que era refugiada assustada, encontra-se mulher que acolhe outros que vivem a mesma vulnerabilidade que conheceu. Sua mãe também inspirou outras famílias migrantes, compartilhando experiência de reconstrução e resiliência. O que a Nada de hoje diria para sua versão de 12 anos? “*Eu diria que [ela] tá muito orgulhosa, eu nem sei se aguentaria [o] que ela aguentou*”, refletindo sobre a força extraordinária que teve criança, apoiando os pais em todos os momentos, sobretudo com aprendizado da língua.

A história de Nada nos ensina integração que não apaga origens, mas permite recomposição em nova síntese criativa. Aos 23 anos, está sendo efetivada no laboratório Sabin, onde estagiou, fechando ciclo de conquistas que parecia impossível aos doze. É mulher síria, árabe, mas também brasileira – não por negação de sua história, mas por ampliação de possibilidades de ser e pertencer. Sua experiência evidencia que acolhimento verdadeiro cria ciclos virtuosos: quem foi acolhido torna-se acolhedor, quem recebeu cuidado aprende a cuidar. Como tradutora de sonhos, Nada ajuda outras famílias a decifrar possibilidades que o Brasil oferece e prova ser possível transformar medos e traumas em esperança, como fez para sua família.

“Documentos, Dignidade e Recomeço: A História de Lucson Pierre”

A infância de Lucson Pierre, no Haiti, foi moldada pela responsabilidade precoce e necessidade de sustentar a família. “*geralmente os pais gostam de ter*

muitos filhos, né? E, nesse aspecto, ter muito filho é difícil eles darem conta de tudo que precisava”, relembra. Sendo o segundo filho, desde os doze anos ajudava sua mãe, dona de casa, vendendo amendoim e cocada para complementar a renda familiar. “Eu ajudava quando tinha doze anos, ajudava minha mãe, quando saía pra trabalhar eu ajudava, fazia comida, lavava roupa, e isso ajudou quando cheguei aqui no Brasil”.

Sua estrutura familiar se completou quando conheceu o pai, aos doze anos, mas foi com o padrasto que desenvolveu vínculo mais profundo. “*O meu pai eu conheci quando eu tinha 12 anos, e meu padrasto, que é uma ótima pessoa, eu chamo ele de pai, e ele é ajudante de pedreiro*”. Sua trajetória incluiu período na República Dominicana, onde cresceu, mas mudanças políticas os forçaram a retornar ao Haiti. “*Depois o presidente não queria e aí voltei pro Haiti, e aí tive que aprender tudo de novo*”.

No Haiti, Lucson presenciou situações dolorosas que marcaram sua percepção sobre vulnerabilidade infantil. “*Muitas crianças passavam pela mesma situação que eu, e às vezes davam para outras pessoas para cuidar, e as pessoas às vezes sacrificavam as crianças*”.

Essa vivência despertou consciência social profunda e desejo de proteger outras crianças.

A decisão de migrar surgiu através de oportunidade missionária que o trouxe pela primeira vez ao Brasil. “*Quando eu tava no Haiti, uma missionária brasileira, projeto de missão e escola, e comecei a trabalhar organização que recebia vários países*”. O projeto envolvia construir igreja e escola de alfabetização, permanecendo seis meses trabalhando nessa iniciativa. Quando o financiamento acabou, voltou ao Haiti, mas a experiência havia plantado uma semente. Em 2012, aos 33 anos tomou a decisão definitiva de migrar.

A chegada no Brasil, em 2013, representou um recomeço. Inicialmente estabeleceu-se em Salvador, Bahia, onde viveu a primeira fase de adaptação brasileira. A transição foi facilitada pela experiência prévia durante o trabalho missionário, quando “*me identifiquei e me senti como em casa*”. Contudo, os desafios práticos da vida migrante logo se apresentaram, especialmente relacionados à documentação e integração social.

Posteriormente mudou-se para Brasília, onde conheceu sua esposa, que já conhecia organizações de apoio a estrangeiros. Foi através dela que chegou ao IMDH, enfrentando dificuldades com renovação de documentos. “*A gente veio aqui em Brasília, e minha esposa, e perdi meu documento, e estou com dificuldade, e conhece uma organização que ajuda nessa parte, e ela me trouxe no IMDH*”. O instituto tornou-se fundamental em sua jornada: “*Documentação, procura de emprego, pedir socorro, eu fui abençoado por essa organização*”.

A questão da documentação representou muito mais que regularização migratória para Lucson - significou liberdade e dignidade. “*Depois que toquei nos documentos, foi uma sensação de liberdade, tenho meus documentos, eu posso trabalhar, posso ir no banco abrir minha conta, posso fazer no campo, posso me integrar na sociedade*”. Para ele, a documentação é fundamental como para qualquer migrante: “*A primeira coisa que vai fazer é o documento, e os haitianos, a documentação eu dou muito valor. Quando a pessoa mora no país e não tem documento não pode fazer nada, é um cidadão que está caminhando*”.

Sua experiência com perda e renovação de documentos foi particularmente desafiadora. Os primeiros documentos que recebeu duraram cinco anos e, quando venceram, enfrentou dificuldades para renová-los em Salvador. “*No momento que perdi meu documento, não tem documentos não pode fazer nada*”. O IMDH foi essencial nesse processo, oferecendo não apenas orientação e serviços para documentação, mas principalmente acolhimento humano. “*Isso é muito bom um estrangeiro sair do seu país e se pedir socorro, atender socorro*”.

A inserção laboral seguiu caminhos diversos, sempre marcados pela disposição para o trabalho. “*Eu trabalhei como garçom, eu procurei emprego e trabalhei pedreiro, e aí veio a fábrica de refrigerante*”. Sua experiência prévia ajudando a família na infância mostrou-se valiosa: “*isso ajudou quando cheguei aqui no Brasil, era um tipo de escola*”.

Sobre o racismo, Lucson desenvolveu uma perspectiva resiliente: “*Sempre falo pra mim mesmo, a partir do momento que tem racismo no país que tem pele mais clara... porque racismo tem em todo lugar... às vezes acontece alguma coisa, mas quando acontecia não dava muito importância aí não afeta*”. Desta forma, Lucson escolhe não dar peso a episódios pontuais, concentrando-se em sua adaptação,

crescimento e na família, da qual sente profunda saudade – uma presença constante em sua vida. *“Eu tento não pensar muito na saudade, final de ano lembro de minha família, a distância, o gosto, a foto da minha mãe, minha mãe e minhas irmãs. Eu falo com WhatsApp, melhorou, fora celular, chamada de vídeo não é a mesma coisa.”* Mesmo diante das perdas e da distância, a lembrança da família permanece viva em sua rotina, e o desejo de reencontro continua sendo uma de suas maiores motivações.

Em 2024, aos 46 anos, Lucson obteve a naturalização brasileira, processo em que conseguiu a cidadania e que significou não apenas mais um passo em sua integração, mas representou a realização de um sonho. *“A naturalização era um desejo meu, de ser cidadão e ter a cidadania brasileira”.*

Sua avaliação do Brasil é fundamentalmente positiva: *“Pra mim, o Brasil, ele fez, não me deixou desamparado, o básico necessário, e o que saiu do país precisa, nosso documento, Brasil grande mão de obra”*. Reconhece que *“A única coisa não é encontro familiar, trazer familiares”* como uma limitação, mas valoriza profundamente o acolhimento recebido: *“Brasil, recebe com dignidade que acolhe o estrangeiro”*.

No presente, Lucson tem 12 anos de Brasil e reflete sobre sua jornada com gratidão e realismo. Por fim, se Lucson pudesse falar com o menino que foi, qual seria sua mensagem de esperança? *“Força! As coisas não vão ficar do mesmo jeito. Você não tem culpa! Você pode mudar sua história!”*. Sua trajetória no Brasil é testemunho vivo de que é possível reconstruir a vida, em qualquer fase, transformando desafios em oportunidades e construindo nova identidade, sem esquecer as raízes.

Rosa Paulina Bravo: Artesã de Sonhos, Tecelã de Esperanças

Rosa Paulina Bravo, hoje com 30 anos, carrega em sua história a força de gerações de mulheres guerreiras. Filha de uma família venezuelana do interior, cresceu aos cuidados da mãe e da avó - uma empreendedora que criou 14 filhos vendendo sorvetes e se dedicando integralmente à família. Essa herança de determinação e luta moldaria profundamente o caráter de Rosa. Durante sua infância, Rosa observava a avó, *“uma mulher empreendedora nas possibilidades”*,

que se dedicou muito à família e enfrentou desafios com uma força que inspiraria as gerações seguintes.

Rosa sempre nutriu curiosidade pela arte, mesmo enfrentando preconceitos que cercavam os artistas em seu país. *“Aqueles preconceitos de que quem é artista morre de fome”*. Ainda assim, concluiu seus estudos e levava uma vida estruturada na Venezuela, cursando química. Porém, a crise econômica e política que se aprofundou no país transformou o cotidiano em uma batalha diária pela sobrevivência.

A decisão de partir surgiu quando Rosa se viu incapaz de alimentar adequadamente seu filho de um ano e sete meses, estando grávida do seu segundo filho. *“Às vezes a gente estava se alimentando uma vez ao dia”*, relembra. A perspectiva de não conseguir comprar roupas para os filhos ou trocar uma geladeira - necessidades básicas que pareciam inalcançáveis - foi a gota d'água. Rosa passou a questionar a situação vivida: *“Eu tenho um filho que tô mal conseguindo alimentar, eu tô grávida, como é que vou me alimentar, será que um dia trocar geladeira, comprar roupa dos meus filhos, o básico, eu não estava nem aspirando nada.”*

Em 24 de dezembro de 2018, Rosa embarcou na jornada que mudaria sua vida para sempre. Grávida, acompanhada do companheiro José, do filho pequeno e de um casal de amigos, partiram de Caripé, uma cidade do interior venezuelano, rumo ao Brasil. Levavam apenas alguns reais guardados da venda de artesanatos.

Os primeiros passos em solo brasileiro foram marcados por extrema vulnerabilidade. A família ergueu uma barraca improvisada, sobrevivendo da bondade de desconhecidos que ofereciam um prato de comida e da força de suas mãos na criação de artesanatos. Com apenas 32 reais - suficientes para uma única passagem de ônibus - chegaram a Boa Vista, onde as noites eram passadas na praça, vendendo artesanatos por valores que mal sustentavam a esperança. A sorte começou a se transformar quando encontraram uma conterrânea venezuelana que os acolheu no quintal de sua casa. Ali, Rosa e José puderam respirar, trabalhar, vender seus produtos e reunir forças suficientes para seguir viagem até Manaus. Em Manaus, a família encontrou seu primeiro porto seguro. Conquistaram os documentos essenciais - protocolo de refúgio, CPF, cartão de saúde - e descobriram organizações de apoio. Foi também ali que Rosa deu à luz sua filha em uma maternidade pública. Motivados pelo sonho de trabalhar com

arte venezuelana, a família decidiu explorar outros horizontes. Percorreram Piauí, Ceará e Bahia, sempre com a mesma estratégia: chegavam a uma cidade, alugavam um hotel ou apartamento, trabalhavam vendendo artesanatos e seguiam viagem. “A gente desenvolveu um senso de organização e sobrevivência incrível”, reflete Rosa. “Nunca tivemos dívidas com ninguém, sempre conseguimos nos virar.”

Após um ano e meio na Bahia, um acidente com José forçou Rosa a carregar sozinha o peso financeiro da família - um período que testou sua força mental e emocional, mas também forjou seu caráter resiliente. Quando José se recuperou, decidiram tentar a sorte em Brasília, atraídos pelas possibilidades que a capital federal poderia oferecer.

Sua chegada foi marcada pelo início da pandemia de COVID-19. Após uma semana em Brasília, tudo fechou. Rosa e a família se viram em situação desesperadora: alugaram uma casa, compraram o essencial (fogão, colchão), mas não conseguiam trabalhar devido às restrições sanitárias. Foi através da Cáritas, organização que já conheciam de Manaus, que chegaram ao Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

O encontro com o IMDH representou um divisor de águas na jornada da família. Rosa conheceu a Irmã Rosita e compartilhou sua situação. O instituto não apenas forneceu doação de itens essenciais, como também ofereceu apoio financeiro crucial para o pagamento do aluguel nos momentos mais sombrios. “O instituto nos deu apoio financeiro a gente, outras coisas, cesta básica, foram várias vezes, épocas difíceis pra gente”, relembra Rosa. Ela considera a Irmã Rosita um oásis que, em tempo de aridez econômica e emocional, ofereceu esperança e possibilidades.

Através do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Rosa e sua família foram encaminhadas para uma casa de acolhida. Rosa logo percebeu que aquela era uma oportunidade de reconstrução. Foi nesse espaço que teve um encontro que mudaria sua trajetória: um dos jovens que acompanhava as famílias era fotógrafo e ofereceu um ensaio gratuito.

O ensaio fotográfico marcou o início de uma nova fase. Com o material recebido, Rosa começou a usar o Instagram para divulgar seus trabalhos e, através das aulas de empreendedorismo oferecidas na casa de acolhida, aprendeu

a realizar vendas online e enviar produtos pelo correio - algo que nunca havia feito antes. O sucesso nas vendas online trouxe confiança renovada. Em um final de semana memorável, Rosa montou uma mesa no estacionamento da Feira da Torre e vendeu toda sua produção. “*Botei a mesa no estacionamento com a cara e a coragem*”, lembra com orgulho.

Atualmente, Rosa vive com os filhos em uma casa própria, conquistada gradualmente. As crianças estudam em escola pública pela manhã e, à tarde, participam de atividades como: aulas de inglês, música, centro olímpico. “*A gente tem que ter organização*”, enfatiza Rosa. “*Meus filhos são aguerridos, se adaptam a tudo*”. Lembra especialmente, de sua coragem quando criança: “*Para aquela criança que eu fui, se você dar asas para ela, ela sente saudade delas porque ela é muito corajosa, fantástica.*”

Rosa carrega consigo a filosofia que a sustentou nos momentos mais difíceis: “Sempre que a gente passava por uma dificuldade, eu pensava: isso é passageiro, isso não é definitivo. Eu estou passando por isso, alguma coisa tenho que aprender.” Sua história é um testemunho da capacidade humana de reconstrução e da importância das redes de apoio. “Pessoas passam pela vida para nos ajudar”, reflete Rosa. “Eu já passei por situações limite - dormir na rua, grávida aos 24 anos, fazendo uma passagem difícil - mas sempre tive pessoas que me acolheram.”

A história de Rosa Paulina Bravo é mais que uma narrativa de migração - é um relato de resistência, adaptação e esperança. Sua trajetória ilustra como a determinação individual, combinada com o apoio de instituições e pessoas solidárias, pode transformar uma situação de extrema vulnerabilidade em uma história de reconstrução e sucesso. Hoje, estabelecida em Brasília, Rosa não apenas sobreviveu às adversidades da migração, mas criou uma identidade: artesã-empreendedora, mãe dedicada e exemplo vivo de que é possível recomeçar, não importa quão difíceis sejam as circunstâncias iniciais. Como uma verdadeira artesã de sonhos e tecelã de esperanças, ela continua criando não apenas peças de arte, mas também construindo um futuro melhor para sua família e inspirando outros que trilham caminhos semelhantes.

As três jornadas aqui narradas revelam que as experiências migratórias transcendem categorizações simplificadas para constituir processos complexos

de transformação mútua entre pessoas e contextos. Suas narrativas evidenciam como diferentes interseções de gênero, raça, idade, classe social e território de origem possuem configurações específicas de vulnerabilidade e resistência que exigem respostas igualmente específicas das instituições de acolhimento. É sobre essas interseções e sobre as práticas desenvolvidas pelo IMDH para reconhecê-las e enfrentá-las que nossa análise se debruçará a seguir, revelando como a escuta atenta das singularidades pode fundamentar um humanitarismo verdadeiramente transformador.

O Encontro Transformador: Trajetórias Migratórias e Práticas Humanitárias no IMDH

As trajetórias apresentadas revelam que o trabalho humanitário do IMDH se fundamenta em uma prática central: a escuta atenta das singularidades das trajetórias que chegam à instituição. Ao longo de seus 25 anos, o Instituto consolidou uma abordagem que vai além da aplicação de protocolos padronizados de atendimento, oferecendo respostas sensíveis às histórias, vulnerabilidades e potencialidades de cada migrante. A figura do IMDH, presente nos três relatos, e em especial de Irmã Rosita, simboliza esse acolhimento humanizado que transforma vínculos institucionais em relações de cuidado e confiança.

O que torna particular a prática do IMDH é sua capacidade de perceber que cada narrativa migratória resulta da intersecção complexa de múltiplas dimensões - gênero, raça, classe, idade, território e religião - que não operam isoladamente, mas se articulam para produzir configurações específicas de vulnerabilidade e resistência. A instituição desenvolveu, através da experiência acumulada, a habilidade de “ler” essas intersecções e responder de maneira integrada e humanizada. A trajetória de Nada revela como gênero e idade se entrelaçam na experiência migratória infantil, quando aos doze anos ela se tornou “tradutora oficial da família” e mediadora entre dois mundos culturais, carregando responsabilidades que aceleraram dramaticamente seu amadurecimento. Sua reflexão *“quando [alguém] vem nessa situação, amadurece mais rápido”* sintetiza como a migração infantil feminina produz configurações específicas de maturidade precoce e responsabilização familiar.

A Instituição compreendeu que uma criança de doze anos traduzindo “*contratos de aluguel, frase por frase*” precisava de proteção especial para que pudesse ser criança enquanto exercia funções de adulta, e providenciou apoio com aulas de português para que não perdesse sua trajetória escolar. Paralelamente, a experiência de Lucson, como homem negro haitiano, revela como raça e território de origem se articulam para produzir formas específicas de discriminação e estratégias de resistência. Sua perspectiva sobre o racismo evidencia o desenvolvimento de mecanismos psicológicos de proteção, que são, simultaneamente, estratégias de sobrevivência e formas de preservação da dignidade pessoal.

O IMDH, ao acolher Lucson, reconheceu que um homem negro adulto, migrando do Haiti, enfrentaria desafios específicos no contexto brasileiro. A instituição não apenas facilitou seus processos de documentação, mas ofereceu o que Lucson denomina de “*acolhimento humano*” - um reconhecimento de sua dignidade que transcende as categorias burocráticas. Para Lucson, o IMDH representou “*ser abençoado por essa organização*”, revelando como práticas humanitárias sensíveis podem contrabalançar experiências de discriminação social.

De forma complementar, a trajetória de Rosa evidencia como maternidade, classe social e condição migratória se intersectam para produzir tanto vulnerabilidades extremas quanto estratégias criativas de resistência. Chegando grávida ao Brasil, com um filho pequeno e sem recursos, Rosa desenvolveu o que ela própria define como “*um senso de organização e sobrevivência incrível*”. Sua transformação de artesã de rua em empreendedora digital revela como saberes populares podem se reconfigurar em estratégias de adaptação em novos contextos.

O IMDH reconheceu em Rosa não apenas uma mãe em situação de vulnerabilidade necessitando de assistência básica, mas uma mulher com potencial empreendedor que precisava de apoio estratégico. O apoio à sua iniciativa empreendedora conectou-se com os seus saberes, amplificando suas capacidades ao invés de criar dependência assistencial. Esse apoio evidencia como a escuta atenta pode identificar e potencializar as agências já existentes nos sujeitos migrantes.

Nas três trajetórias, a questão documental emerge não como mera regularização burocrática, mas como acesso à dignidade e possibilidade de sonhar com o futuro. Para Lucson, a documentação representou “*uma sensação de liberdade*” que

permitiu “*se integrar na sociedade*”. Para Nada, desejar a nacionalidade brasileira “*Irmã, quero muito ser brasileira logo*” significou o sonho de ampliar o seu senso de pertencimento. Para Rosa, representou acesso aos direitos básicos de saúde durante sua gravidez. A compreensão de que a documentação opera como “*tecnologia de poder*” (Torpey, 2000) que pode incluir ou excluir, dignificar ou vulnerabilizar, faz com que a instituição não apenas facilite processos burocráticos, mas ofereça orientação que permite aos migrantes compreenderem seus direitos e navegarem no sistema brasileiro com maior autonomia.

Concomitantemente, a inserção laboral das três pessoas revela como o IMDH desenvolveu práticas que reconhecem e potencializam os saberes que cada migrante traz consigo. Para a mãe de Nada, o curso de empreendedorismo conectou-se com suas habilidades culinárias, transformando a “comida árabe” em ponte cultural e fonte de sustento familiar. A mobilização de doadores para conseguir a “máquina de quibe profissional” demonstra como a instituição reconheceu o potencial econômico e cultural desse empreendimento.

Para Rosa, as aulas de empreendedorismo na casa de acolhida ensinaram-na a “*gerar vendas online e enviar produtos pelo correio*”, conectando seus saberes artesanais com tecnologias digitais. Essa abordagem revela como práticas humanitárias sensíveis podem criar oportunidades de inserção que respeitam as identidades culturais dos migrantes.

Essa sensibilidade para as necessidades afetivas evidencia como o trabalho humanitário do IMDH se diferencia de abordagens puramente assistencialistas. A instituição reconhece que os migrantes não são apenas portadores de necessidades materiais, mas seres humanos integrais que precisam reconstruir redes sociais, vínculos afetivos e sentimentos de pertencimento em terra estrangeira.

A volta de Nada ao IMDH como voluntária durante a pandemia ilustra como práticas humanitárias sensíveis podem criar ciclos virtuosos de solidariedade. Nada retornou “*para retribuir de alguma forma*”, trabalhando justamente nos setores que haviam sido fundamentais para sua família. Essa transformação de “assistida” em “assistente” revela como o acolhimento verdadeiro pode produzir sujeitos empoderados que se tornam multiplicadores de solidariedade e fortalecem as redes de acolhida.

Lucson, por sua vez, indica o IMDH para “outros amigos” que precisam de apoio, transformando-se em articulador de redes de apoio. Rosa, estabelecida como empreendedora, se tornou ponte cultural através dos seus artesanatos, torna-se inspiração para outras mulheres migrantes e evidencia como a integração exitosa pode enriquecer culturalmente a sociedade brasileira.

As três experiências também revelam como o IMDH se transforma através do encontro com as trajetórias singulares. A capacidade da instituição de mobilizar doadores para conseguir equipamentos específicos (como a máquina de quibe) demonstra uma flexibilidade institucional que permite respostas criativas a demandas não convencionais. Essa flexibilidade só é possível quando se está atento às surpresas e às lições que cada nova trajetória pode trazer.

A interseccionalidade, nessa perspectiva, não opera apenas como ferramenta analítica acadêmica, mas como sensibilidade prática que permite à Instituição “ler” as múltiplas dimensões que atravessam cada trajetória migratória e responder a elas de maneira integrada. Gênero, raça, classe, idade e território de origem não são categorias abstratas, mas dimensões vivas que se articulam para produzir vulnerabilidades e resistências específicas que demandam respostas igualmente específicas. As práticas do IMDH evidenciam que é possível desenvolver um trabalho humanitário que rompe com hierarquias assistencialistas tradicionais, criando campos relacionais onde tanto quem acolhe quanto quem é acolhido se transformam mutuamente. Esse modelo sugere caminhos para políticas migratórias que sejam simultaneamente sensíveis às especificidades interseccionais e comprometidas com a construção de sociedades mais justas e acolhedoras.

Mais fundamentalmente, as experiências analisadas demonstram que a escuta atenta não é apenas uma metodologia de trabalho, mas um princípio ético que reconhece a dignidade de cada pessoa humana e sua capacidade de transformar, através de sua própria trajetória, tanto a si mesma quanto os contextos nos quais se insere.

A Escuta Atenta como Fundamento de um Humanitarismo Transformador

A análise das trajetórias de Nada, Lucson e Rosa revela como a expertise do IMDH em 25 anos pode fundamentar transformações profundas nas práticas

humanitárias e políticas migratórias. As narrativas evidenciam que gênero, raça, território, classe e idade se intersectam para produzir configurações específicas de vulnerabilidade e resistência. Nada, criança síria, tornou-se “tradutora de sonhos familiares”, assumindo responsabilidades de adulta aos doze anos. Lucson desenvolveu estratégias de proteção psicológica contra o racismo, optando por “não dar muita importância” a episódios discriminatórios. Rosa transformou a maternidade - tradicionalmente vista como vulnerabilidade extrema - em força motriz para empreender, desenvolvendo “um senso de organização e sobrevivência incrível”.

A experiência do IMDH demonstra que a escuta atenta constitui o fundamento de práticas não hierárquicas. Quando Irmã Rosita se torna “segunda mãe” para Nada, “referência de acolhimento humano” para Lucson e ponte de reconstrução e oásis para Rosa, ela rompe com a lógica assistencial tradicional, estabelecendo vínculos afetivos que reconhecem a dignidade radical de cada pessoa. O Instituto desenvolveu a capacidade de “ler” as intersecções específicas de cada trajetória e responder com flexibilidade - desde aulas de português para Nada até equipamentos específicos como a máquina de quibe que transformou a culinária árabe em empreendimento próspero.

As três experiências revelam que documentação, integração social e inserção laboral constituem processos indissociáveis. Para Lucson, a documentação significou “uma sensação de liberdade” que permitiu “se integrar na sociedade”. Para Nada, poder expressar: “Irmã, quero muito ser brasileira logo”. A inserção laboral respeitou e potencializou saberes prévios: a mãe de Nada transformou conhecimentos culinários árabes em ponte cultural, enquanto Rosa conectou técnicas artesanais venezuelanas com ferramentas digitais brasileiras.

As narrativas evidenciam que os encontros entre trajetórias individuais e práticas humanitárias produzem ciclos virtuosos de transformação mútua. Nada retornou como voluntária “para retribuir de alguma forma”, trabalhando nos setores que foram fundamentais para sua família. Lucson se tornou articulador de redes de apoio, indicando o IMDH para compatriotas. Rosa se estabeleceu como empreendedora inspiradora, provando que “pessoas passam pela vida para nos ajudar” - filosofia que agora ela mesma encarna.

A interseccionalidade emerge como sensibilidade prática que permite responder às múltiplas dimensões de cada trajetória migratória. Esse modelo fundamenta-se na compreensão de que a escuta atenta não é apenas metodologia, mas princípio ético que reconhece a dignidade radical de cada pessoa e sua capacidade de transformar a si mesma e os contextos nos quais se insere.

Orientações para Políticas Públicas: Lições da Expertise Humanitária

Vinte e cinco anos de atuação humanitária do IMDH revelam que políticas migratórias realmente eficazes emergem quando a escuta atenta às trajetórias singulares se torna fundamento metodológico e ético do trabalho institucional. A transformação de Nada de “tradutora de sonhos familiares” em farmacêutica e multiplicadora de acolhimento; de Lucson, que descobriu que documentos significam “sensação de liberdade”; e de Rosa, que desenvolveu “senso de organização e sobrevivência incrível” para se tornar artesã-empreendedora, expressam o acolhimento transformador transcende a assistência emergencial para constituir processo de reconhecimento e potencialização de agências preexistentes. Essas experiências fundamentam orientações estratégicas: protocolos de escuta interseccional que substituem padronizações burocráticas por atendimentos sensíveis às especificidades de gênero, raça, idade e território, reconhecendo que uma criança síria cristã, um homem negro haitiano e uma mãe venezuelana grávida exigem abordagens diferenciadas; programas integrados de documentação-integração-inserção laboral que operam como processo contínuo, evitando fragmentação que vulnerabiliza trajetórias; estratégias de valorização de saberes que conectam conhecimentos culinários árabes, técnicas artesanais venezuelanas e experiências haitianas com demandas brasileiras, transformam diferenças culturais em pontes econômicas; acompanhamento longitudinal flexível que reconheça a integração como processo complexo de construção identitária que exige apoio adaptável ao longo do tempo; redes de multiplicadores que transformam migrantes integrados em agentes de políticas públicas, como evidenciado pelo retorno de Nada como voluntária e pela atuação de Lucson como articulador de apoio; e indicadores qualitativos que meçam transformações

na autonomia, dignidade e qualidade de vida ao invés de apenas números de atendimentos.

Fundamentalmente, a expertise do IMDH demonstra que políticas migratórias humanizadas emergem quando as instituições desenvolvem capacidade institucional de se transformar através de encontros com trajetórias singulares, criando ciclos virtuosos onde tanto os migrantes quanto a sociedade de acolhimento se fortalecem mutuamente, apontando para a construção de um humanitarismo decolonial que honra a complexidade das experiências migratórias e contribui para a transformação das estruturas que produzem desigualdades.

Referências Bibliográficas

- BAENINGER, R. (2018). **Migrações contemporâneas: desafios conceituais e metodológicos**. Campinas: Nipo/Unicamp.
- BOURDIEU, P. (1986). The forms of capital. In: RICHARDSON, J. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport: Greenwood, p. 241-258.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. (2022). **Relatório Anual 2022 – Observatório das Migrações Internacionais**. Brasília: OBMigra/UNB.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. (2020). **Dicionário de Migrações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/OBMigra.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. (2019). **Imigração e Refúgio no Brasil: Relatório Anual 2019**. Brasília: OBMigra/UNB.
- COLLINS, P. H. (2000). **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. 2nd ed. New York: Routledge.
- DE GENOVA, N. (2002). Migrant “illegality” and deportability in everyday life. **Annual Review of Anthropology**, 31, 419-447.
- DOBSON, M. (2009). Unpacking children in migration research. **Children's Geographies**, 7(3), 355-360.
- DOMENECH, E. (2013). Las migraciones son como el agua: hacia la instauración de políticas de “control con rostro humano”. **Polis**, 35, 119-142.

FASSIN, D. (2012). **Humanitarian Reason: A Moral History of the Present**. Berkeley: University of California Press.

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. (2017). O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 145-161.

FERNANDES, D. (2017). O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. In: CAVALCANTI, L. et al. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: OBMigra, p. 17-35.

HANDERSON, J. (2015). **Diaspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HONDAGNEU-SOTELO, P. (1994). **Gendered Transitions: Mexican Experiences of Immigration**. Berkeley: University of California Press.

MAGALHÃES, L. F. A. (2019). Migração e direitos humanos: perspectivas críticas sobre políticas de acolhimento no Brasil. **Cadernos OBMigra**, v. 5, n. 3, p. 89-114.

MASSEY, D. et al. (1993). **Theories of International Migration: A Review and Appraisal**. Population and Development Review, 19(3), 431-466.

MIGNOLO, W. (2003). **Histórias locais/projetos globais:colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

PESSAR, P.; MAHLER, S. (2003). Transnational migration: bringing gender in. **International Migration Review**, 37(3), 812-846.

PISCITELLI, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, 11(2), 263-274.

PISCITELLI, A. (2013). Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: EdUERJ.

PORTES, A.; RUMBAUT, R. (2006). **Immigrant America: A Portrait**. 3rd ed. Berkeley: University of California Press.

SAID, E. (2007). **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras.

- SANTOS, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, 79, 71-94.
- SANTOS, B. S. (2019). **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica.
- SASSEN, S. (1988). **The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SAYAD, A. (1998). **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp.
- SILVA, S. A. (2017). Faces da latinidade: hispano-americanos em São Paulo. **Travessia**, v. 30, n. 81, p. 87-102.
- SILVA, S.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. (2021). Inserção laboral da população imigrante no Brasil: uma análise sobre discriminação e segmentação. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 38, 1-29.
- TICKTIN, M. (2011). **Casualties of Care: Immigration and the Politics of Humanitarianism in France**. Berkeley: University of California Press.
- TORPEY, J. (2000). **The Invention of the Passport: Surveillance, Citizenship and the State**. Cambridge: Cambridge University Press.
- WALDMAN, T. C. (2021). Narrativas migratórias e políticas públicas: contribuições metodológicas para pesquisas participativas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 63, p. 156-173.



“ quem são os estudantes internacionais, especialmente imigrantes, refugiados e apátridas e como tem sido o acolhimento realizado pela instituição? ”

A Internacionalização da Universidade de Brasília: Perfil dos Discentes Imigrantes Refugiados e Apátridas e Desafios da Inclusão Acadêmica

*Leonardo Cavalcanti³², Tânia Tonhati³³,
Zakia Ismail Hachem³⁴, Larissa Gonçalves³⁵*

32 Professor Associado do Departamento de Estudos Latino-Americanos – ELA, Instituto de Ciências Sociais – ICS, Universidade de Brasília – UnB. E-mail: leo.cavalcanti.s@unb.br

33 Professora Adjunta do Departamento de Sociologia – SOL, Instituto de Ciências Sociais – ICS, Universidade de Brasília – UnB. E-mail: tania.tonhati@unb.br.

34 Professora do Departamento de Sociologia – SOL, Instituto de Ciências Sociais – ICS, Universidade de Brasília – UnB. E-mail: zakia.hachem@unb.br.

35 Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e graduanda em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: larissagoncalves9820@gmail.com.

“A hospitalidade acontece ao se oferecer ao outro antes mesmo que ele se identifique, antes que seja reconhecido como sujeito — seja de direito, seja nomeável” (DERRIDA, Jaques).

Introdução

O processo de globalização trouxe à sociedade novas tendências e formas de viver, resultando em profundas transformações socioeconômicas e culturais em todo o mundo. Uma delas refere-se à forma como o processo educacional superior tem se estruturado, por meio da internacionalização das universidades. A internacionalização do ensino superior vai além da simples inserção das universidades no cenário global. Tem como objetivo principal promover a integração das instituições de ensino superior no contexto internacional, elevando-as ao patamar de espaços receptores reconhecidos pela excelência acadêmica, o que atrai estudantes, pesquisadores e profissionais de diversas partes do mundo (Manços; Coelho, 2017).

No Brasil, o fenômeno da internacionalização tem ocorrido de forma bastante consistente a partir da década de 1980 (Marques e Conceição, 2020). As universidades brasileiras têm acumulado uma significativa experiência no recebimento de acadêmicos docentes e pesquisadores, além de estudantes internacionais, imigrantes, refugiados e apátridas. No caso dos discentes, a globalização impulsionou de maneira expressiva a mobilidade estudantil, gerando novos desafios à educação superior, especialmente no que se refere às políticas de acolhimento ao estudante internacional (Miranda; Fossati, 2020).

Diante desse cenário de mudanças nos espaços de educação superior, discutimos neste artigo o processo de internacionalização vivenciado pela Universidade de Brasília (UnB), visando responder à seguinte pergunta: *quem são os estudantes internacionais, especialmente imigrantes, refugiados e apátridas e como tem sido o acolhimento realizado pela instituição?* Nossos objetivos consistem em apresentar características gerais dos estudantes internacionais na UnB, como tipo de curso, sexo e nacionalidade, entre os anos de 2020 até 2024, além de analisar as políticas de acolhimento e assistência oferecidas pela universidade, no que se refere às orientações repassadas a eles e à situação de moradia e alimentação.

Este artigo é um dos resultados do projeto de extensão Acolhimento de Refugiados, Imigrantes e Apátridas na UnB, realizado pelo Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais (LAEMI/UnB). Justifica-se tanto pela relevância do tema de internacionalização, como pela escassez de estudos sobre a comunidade discente internacional nessa universidade.

Os dados apresentados foram coletados durante a realização da extensão e são oriundos da combinação de métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa. A investigação quantitativa contou com a análise de dados secundários sobre os estudantes internacionais na UnB, a fim de compreender os perfis sociodemográficos existentes. Já a dimensão qualitativa consistiu na realização de entrevistas com estudantes de diferentes nacionalidades, buscando captar a percepção deles quanto ao acolhimento institucional. Foram ouvidos também diferentes agentes públicos que trabalham nos órgãos dessa universidade, relacionados à internacionalização e à assistência estudantil, como a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS).

O artigo está dividido em seis seções, além desta introdução. A primeira delas apresenta uma revisão bibliográfica sobre a internacionalização do ensino superior no Brasil. Na sequência, são apresentadas as seções metodologia, com a explanação das técnicas utilizadas para a realização das análises, e as seções de resultados, sendo uma com o perfil quantitativo dos estudantes e outra com a análise qualitativa das entrevistas com os discentes e funcionários da UnB. Por fim, apresentamos uma seção de considerações finais e outra de referências bibliográficas.

Internacionalização da Ensino Superior no Mundo e no Brasil

“As migrações, as fronteiras permeáveis e as viagens falam, em seus estranhamentos, daquilo que a globalização tem de fratura e segregação.” (CANCLINI, Néstor).

Não se pode refletir sobre a internacionalização universitária sem considerar seu vínculo intrínseco com a globalização. De acordo com Sassen (2010), a globalização configura-se como um conjunto de dinâmicas que não se limitam

ao plano global, mas que articulam processos e atores em diferentes níveis. A autora argumenta que esse fenômeno envolve redes e entidades transfronteiriças que “conectam diversos processos e atores locais ou nacionais, ou a recorrência de questões ou dinâmicas específicas em um número crescente de países ou localidades” (Sassen, 2010, p.10).

As formações globais, segundo Sassen (2010), existem há séculos, e, por isso, os efeitos da globalização têm gerado tanto oportunidades quanto desafios para as instituições educacionais (Teixeira et al., 2021). No contexto do ensino superior brasileiro, a internacionalização desponta como um mecanismo que pode ampliar possibilidades acadêmicas, científicas e culturais. Contudo, no debate contemporâneo, esse processo é compreendido como um “conceito complexo”, sujeito a diferentes interpretações e aplicações (Carvalho; Araújo, 2020, p.114).

Para Carvalho e Araújo (2020), a internacionalização constitui um dos efeitos diretos da globalização, afetando múltiplos setores, inclusive o educacional. Esse fenômeno pressiona o sistema acadêmico internacional a se adaptar a novas demandas e cenários, impactando de maneira particular as universidades brasileiras. Assim, compreender as oportunidades e os desafios implicados na internacionalização requer, antes de tudo, definir o conceito e reconhecer os contextos de sua emergência.

Desde a década de 1980, observa-se uma ampliação significativa das iniciativas de internacionalização no ensino superior, impulsionadas pelas dinâmicas globais. Estratégias, programas e políticas foram desenvolvidos como resposta a esse movimento, tornando o campo da educação pós-secundária cada vez mais relevante e complexo no século XXI (Knight, 2020). Nesse cenário, o termo “internacionalização” passou a ser empregado de distintas formas, o que frequentemente gera confusões conceituais. Para alguns autores, o conceito abarca atividades como mobilidade acadêmica, parcerias institucionais, desenvolvimento de novos programas acadêmicos e a ampliação de redes de pesquisa internacionais (Knight, 2020).

Embora não seja um termo recente, a internacionalização ganhou destaque no setor educacional a partir da década de 1980. Inicialmente associada a bolsas de estudo e projetos de cooperação internacional, hoje o debate sobre o tema envolve questões como marketing institucional, cidadania global e os chamados “mercados

educacionais de vistos". Ainda se utiliza a expressão educação internacional, mas conceitos como internacionalização, globalização, regionalização e planetização são amplamente discutidos e considerados essenciais para a compreensão das dinâmicas contemporâneas da educação superior (Knight, 2020, p. 21-22).

Diante da variedade de interpretações, Knight (2020) propõe a necessidade de uma definição clara e objetiva para o conceito de internacionalização, de modo a promover uma compreensão comum entre pesquisadores, gestores e formuladores de políticas. Para a autora, a internacionalização deve ser entendida como um processo dinâmico de transformação institucional, e não como uma ideologia. Essa concepção permite diferenciá-la de termos como internacionalismo e globalização, que possuem enfoques e implicações distintas (Knight, 2020).

Além disso, Knight (2020) defende que a definição de internacionalização precisa ser neutra, desprovida de vieses culturais ou nacionais. Em sua perspectiva, o conceito deve estar desvinculado de associações com noções como ocidentalização, americanização ou europeização. Essa abordagem busca resguardar os princípios de universalização e imparcialidade, permitindo acomodar as distintas realidades e estratégias adotadas por diferentes instituições e contextos nacionais no uso e na aplicação do conceito.

Ao compreender a complexidade do termo internacionalização, torna-se evidente que o ensino superior contemporâneo, no cenário internacional, atravessa profundas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, ocorrendo em ritmos distintos. Essas mudanças, em grande medida, são impulsionadas pela globalização, conforme já discutido.

No caso do Brasil, Martins (2021) indica que um dos principais desafios enfrentados atualmente reside na expansão das universidades em níveis local e global, resultando na formação de sistemas educacionais com características próprias, moldadas pela cultura de cada sociedade. Originalmente voltadas para uma elite restrita, as universidades passaram, ao longo do tempo, a incorporar gradualmente grupos sociais antes marginalizados. A partir da década de 1960, o ensino superior brasileiro experimentou uma significativa ampliação, tanto no número de instituições quanto de matrículas, processo que se intensificou nas décadas seguintes.

Esse crescimento contribuiu para a consolidação de um espaço transnacional no ensino superior, movido por dinâmicas globais e articulado por diferentes atores: governos nacionais, organizações supranacionais — como OCDE, Banco Mundial e UNESCO —, além de dirigentes universitários e gestores institucionais. Essa combinação delineou uma agenda global voltada para a internacionalização, a busca por posições em rankings internacionais e a atração de estudantes estrangeiros (Martins, 2021). Nesse processo, destacam-se três fenômenos decisivos: a desterritorialização do ensino superior, a intensificação da mobilidade internacional estudantil e a emergência dos *rankings* acadêmicos globais.

A internacionalização, para se efetivar, requer o estabelecimento de intercâmbios educacionais e a construção de relações acadêmicas para além das fronteiras nacionais. Esse movimento transnacional favoreceu a formulação de políticas educacionais específicas em blocos regionais como o Mercosul e a União Europeia (Carvalho; Araújo, 2020). De acordo com a autora, a globalização foi determinante para o surgimento de programas acadêmicos distintos e, entre as iniciativas mais relevantes, destaca-se a mobilidade estudantil — foco central deste artigo— juntamente com parcerias institucionais e cooperação acadêmica internacional.

Os *rankings* acadêmicos, por sua vez, tornaram-se um dos principais instrumentos de medição do desempenho das universidades nesse processo. Segundo Carvalho e Araújo (2020), esses indicadores influenciam políticas universitárias e governamentais, conferem legitimidade e visibilidade às instituições, além de aumentar sua atratividade para estudantes nacionais e estrangeiros. Além disso, funcionam como ferramentas de accountability e de orientação para a gestão universitária, impondo métricas e metas de alcance internacional.

No âmbito acadêmico, Teixeira, et al., (2021) ressalta que a internacionalização contribui para a formação de estudantes mais preparados para lidar com questões globais e desafios culturais, além de fortalecer o perfil institucional e a reputação das universidades. Esses fatores são decisivos tanto para a captação de recursos quanto para a atração de estudantes internacionais.

O aumento do fluxo transfronteiriço de pessoas, impulsionado por crises econômicas, desastres ambientais e movimentos migratórios, tem ampliado o fenômeno da mobilidade acadêmica (Knight, 2020). Com isso, surgem também

novos desafios, como a gestão de acordos internacionais, as barreiras institucionais e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes internacionais no processo de adaptação e acolhimento nas universidades brasileiras. Cunha, et al., (2017) evidencia que estudantes estrangeiros — particularmente africanos que chegam ao Brasil por meio de bolsas de estudo — valorizam o diploma brasileiro pelo reconhecimento em seus países de origem. No entanto, enfrentam dificuldades acadêmicas e sociais, entre elas: barreiras linguísticas, lacunas em conteúdos acadêmicos que pressupõem conhecimentos prévios, diferenças metodológicas no ensino, e questões de adaptação cultural, financeiras, além de experiências de racismo e preconceito.

Em sua pesquisa, Cunha, et al., (2017) aponta como desafios recorrentes: a) diferenças nas metodologias e na relação horizontal entre professores e alunos; b) saudade da família e do ambiente cultural de origem; c) dificuldades econômicas; d) barreiras culturais; e e) preconceitos raciais. Embora a internacionalização avance e se consolide como um processo irreversível, ainda carrega contradições e reforça desigualdades globais (Cunha, et al., 2017).

Ademais, embora amplamente reconhecida e monitorada por meio de indicadores como a mobilidade estudantil e a cooperação internacional em pesquisa, a internacionalização enfrenta limitações em sua avaliação. Os *rankings* acadêmicos, ainda predominantes, oferecem uma visão parcial do fenômeno, pois não contemplam dimensões igualmente importantes, como as políticas linguísticas e a internacionalização curricular. Outro desafio refere-se à gestão institucional e à ausência de consenso sobre os modelos de internacionalização mais adequados para contextos diversos.

Conforme vimos, a internacionalização das universidades é mais uma das dimensões da globalização do mundo, e tem gerado profundas transformações sociodemográficas, culturais e políticas na educação superior. Entendendo a magnitude global dos processos, faz-se fundamental olharmos para os impactos locais da internacionalização. Nas próximas seções, trataremos do caso particular da UnB, universidade pública localizada no Distrito Federal. Antes, porém, apresentamos nossa metodologia de pesquisa.

Metodologia

As informações analisadas neste artigo são inéditas e decorrem dos resultados encontrados no projeto de extensão Acolhimento de Refugiados, Imigrantes e Apátridas na Universidade de Brasília, realizado pelo Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais (LAEMI/UnB) ocorrido em 2024. Para compreensão do cenário de internacionalização dessa universidade, adotamos a combinação de métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa.

O perfil dos estudantes internacionais foi traçado a partir de dados quantitativos de 2020 a 2024 obtidos por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) da UnB, devidamente anonimizados em conformidade com as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). As informações permitiram verificar quantitativos gerais sobre o tipo de curso, e características sociodemográficas, como nacionalidade e sexo.

O acolhimento dos estudantes internacionais na UnB foi captado a partir da estratégica de pesquisa qualitativa entrevista semiestruturada. Participaram da coleta de informações tanto estudantes migrantes, além de diferentes agentes públicos que trabalham nos órgãos da UnB relacionados à internacionalização e à assistência estudantil, como a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS). As entrevistas também foram anonimizadas visando a proteção e anonimato dos colaboradores.

Importante mencionar que o perfil dos estudantes para este artigo contou com a atualização dos dados de 2024, que foram obtidos desta vez na plataforma DataMigraBI, do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), na funcionalidade Universidades, disponível para todos os interessados desde janeiro de 2025. Outro ponto a ser destacado é que, neste estudo, consideramos as expressões estudantes internacionais e/ou migrantes como sinônimos, sem distinção de status migratório.

A Internacionalização da UnB e o seu Perfil Discentes Migrantes

Criada logo após a inauguração da capital do Brasil, Brasília, a Universidade de Brasília (UnB) foi fundada em 21 de abril de 1962. O processo de sua fundação

enfrentou grandes desafios, em um período marcado por intensas mudanças no cenário político, social e econômico. Na época, o contexto exigia de seus idealizadores um novo modelo de educação.

Idealizada com um senso de mudança e transformação, a UnB se destacou por sua “inovação, multiculturalismo e diversidade” (Marques; Conceição, 2020, p.59). No âmbito da internacionalização, em 1961, foi criada a Fundação Universidade de Brasília (FUB), com o objetivo de manter e expandir a instituição. Uma das suas principais iniciativas foi atrair e convidar renomados pesquisadores para integrar o corpo acadêmico da universidade (Idem, 2020).

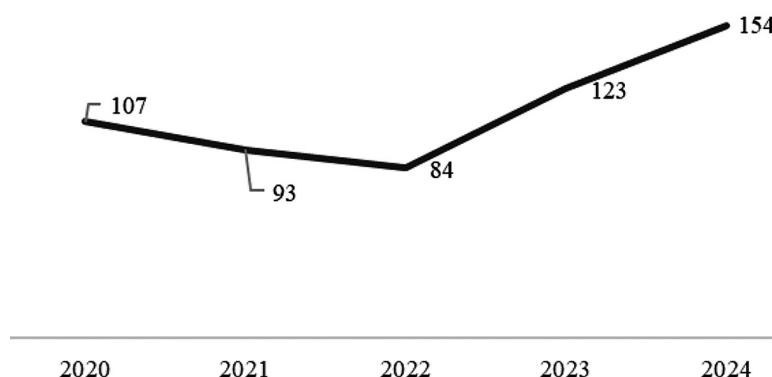
Dentro desse cenário de internacionalização, conforme Marques e Conceição (2020), a universidade se fortaleceu por meio da formação acadêmica internacional de seu corpo docente, pesquisadores e discentes, além do aumento da mobilidade acadêmica e da assinatura de acordos bilaterais para fomentar pesquisas e intercâmbios, atraindo estudantes estrangeiros e enviando estudantes nacionais para o exterior. Ao longo dos anos, a instituição tem se integrado à lógica internacional por meio de parcerias estratégicas, redes universitárias e organização de fóruns internacionais, que promovem discussões voltadas para a inovação.

Em 1987, foi criado o Centro de Apoio ao Intercâmbio e Programas Internacionais, que sistematizou as ações de internacionalização. Em 1997, o centro foi transformado na atual Assessoria de Assuntos Internacionais (INT), com foco na formalização de convênios acadêmicos, técnicos e culturais. O setor também coordena a mobilidade acadêmica de professores, estudantes e técnicos, promovendo a troca de conhecimentos em diferentes continentes, como América, Europa, Ásia, África e Oceania (Idem, 2020).

Atualmente, a UnB conta com uma comunidade diversa de discentes internacionais em seus diferentes cursos. Considerando os anos de 2020 a 2024, série histórica abarcada pelo artigo, há atualmente 561 discentes internacionais de 74 nacionalidades diferentes. Em 2020, primeiro ano da série, ingressaram 101 estudantes. Nos dois anos seguintes, esse quantitativo apresentou queda, possivelmente por conta da pandemia de COVID-19. Em 2023, o número de ingressantes voltou a aumentar, chegando a 154 em 2024. Desta forma, 2024 tornou-se o ano com o maior número de ingressos registrados, enquanto 2022

se configurou como o período com menor entrada de estudantes estrangeiros à universidade.

Gráfico 1 – Quantitativo de estudantes internacionais na UnB segundo ano de ingresso, por número absoluto – Brasília, 2020 a 2024



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do STI (UnB) e DataMigraBI (OBMigra/UnB)

As dez nacionalidades mais recorrentes na série histórica analisada são, em sua maioria, decorrentes do Sul global. Das Américas do Sul e Central, temos colombianos, cubanos, peruanos, argentinos, haitianos e bolivianos. Já do continente africano, temos moçambicanos, angolanos e guineenses. A Colômbia é o país de origem mais recorrente entre os estudantes internacionais, totalizando 14% de todos os ingressantes com esse perfil nos anos em questão. Na sequência, estão os cubanos, com 12% e os peruanos com 7%. O país africano com maior número de discentes migrantes é o Moçambique, com 6% do total. Os estudantes franceses, únicos oriundos do Norte global entre os dez mais recorrentes, ocupam o quarto lugar com 4% do total.

Tabela 1 – Quantitativo de estudantes internacionais segundo nacionalidade, por número absoluto e percentual – Brasília, 2020 a 2024

Nacionalidade	N	%
Colombiana	80	14%
Cubana	68	12%
Peruana	41	7%
Moçambicana	33	6%
Francesa	22	4%
Angolana	16	3%
Argentina	15	3%
Haitiana	15	3%
Guineense	14	2%
Boliviana	13	2%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do STI (UnB) e DataMigraBI (OBMigra/UnB)

A distribuição dos dados segundo sexo indica maior volume de presença masculina, com 289 registros, o que representa 53% do total de inscritos. As estudantes do sexo feminino somam 206 registros, correspondendo a 37%. Não há informações sobre essa característica para 10% dos analisados. Ao verificar a informação de sexo segundo ano para as dez nacionalidades mais recorrentes, identificamos que as nacionalidades cubanas e bolivianas apresentam maior percentual feminino, contrariando o resultado agregado, enquanto a nacionalidade angolana apresenta dados equitativos para pessoas do sexo feminino e masculino.

Tabela 2 - Quantitativo de estudantes internacionais segundo ano de ingresso e sexo, por número absoluto – Brasília, 2020 a 2024

Ano de Ingresso	Masculino	Feminino	Não Informado	Total
2020	61	40	6	107
2021	49	33	11	93
2022	47	27	10	84
2023	46	47	30	123
2024	95	59	0	154
Total	298	206	57	561

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do STI (UnB) e DataMigraBI (OBMigra/UnB)

Quanto ao perfil acadêmico dos estudantes, segundo o tipo de curso para o qual ingressam na UnB, temos o mestrado e a graduação como os mais recorrentes, com 30% cada um. Na sequência, a motivação do ingresso é o doutorado, para 24% dos ingressantes internacionais. A especialização é o tipo de curso de 15% dos migrantes, enquanto a residência é a motivação de apenas 1% dos ingressos.

Tabela 3 - Quantitativo de estudantes internacionais segundo tipo de curso, por número absoluto e percentual – Brasília, 2020 a 2024

Tipo de Curso	N	%
Doutorado	134	24
Mestrado	170	30
Especialização	86	15
Graduação	168	30
Residência	3	1
Total	561	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do STI (UnB) e DataMigraBI (OBMigra/UnB)

As nacionalidades segundo tipo de curso variam bastante. Para o mestrado e doutorado, as três origens nacionais mais recorrentes são as mesmas: colombiana, moçambicana e peruana, respectivamente. Para a graduação, são as nacionalidades francesa, angolana e japonesa, nesta ordem, aquelas que aparecem com maior frequência. No caso da especialização, em ordem decrescente estão Cuba, Bolívia e São Tomé. Já os estudantes internacionais que fazem residência são todos no Norte global, eles são oriundos da Holanda, Hungria e Portugal.

Vivências e Percepções sobre Acolhimento e Inclusão Acadêmica na UnB

O acolhimento desempenha um papel fundamental no processo de integração dos estudantes estrangeiros na UnB. Por meio das entrevistas realizadas, foi possível compreender melhor o contexto socioeconômico desses estudantes, com destaque para os participantes do Programa de Estudantes-Convênio de

Graduação (PEC-G) e para os alunos da pós-graduação. Buscando identificar quais aspectos do acolhimento recebem maior atenção e quais ainda carecem de aprimoramento, investigamos as dificuldades enfrentadas ao chegarem à universidade e os tipos de auxílios socioeconômicos recebidos.

Entre os desafios relatados nos primeiros dias no Brasil, a situação financeira foi a questão mais recorrente, mencionada por metade dos estudantes ouvidos. Essa dificuldade, porém, não está relacionada apenas às condições econômicas individuais ou ao país de origem, mas também à falta de informações claras e acessíveis sobre os programas de apoio oferecidos pela instituição. Muitos relataram obstáculos para localizar informações sobre auxílios disponíveis, sobretudo os destinados à alimentação, problema que se mostra ainda mais grave para estudantes de pós-graduação em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, estudantes vinculados ao PEC-G contam atualmente com acesso gratuito ao Restaurante Universitário (RU) durante o primeiro semestre de curso, independentemente de avaliação socioeconômica, benefício que se estende até a realização da prova de proficiência em português.

Os relatos abaixo, com os nomes fictícios, ilustram as dificuldades vividas por alguns estudantes:

“Eu perdi meu acesso gratuito ao RU por estar recebendo a bolsa do mestrado, mas essa bolsa está em atraso. [...] Sobre o atraso, só disseram que havia um problema no parlamento, mas sem uma resposta clara. Não sabemos o que fazer. A bolsa foi suspensa há dois meses, e seguimos apenas com a moradia gratuita. Mas até essa moradia tem custo: pagamos R\$ 40,00, além da conta de luz. [...] Sem o RU, estou economizando ao máximo, comendo muito pouco, evitando qualquer gasto. Se fico na minha habitação, consumo luz e ventilador. Então, passo o dia na UnB ou na Biblioteca da Rodoviária” (Nina, estudante de pós-graduação).

“Quando cheguei [na UnB], os programas de alimentação estavam fechados. Sem o auxílio, precisei me organizar, reduzir despesas, e colegas

da turma junto com a coordenação me ajudavam com algum valor. Assim, eu conseguia pagar as refeições. Mas tinha que me revezar: se jantava hoje, só almoçava amanhã, e depois jantava no dia seguinte, e assim ia” (Thiago, estudante de pós-graduação).

Outro fator mencionado foi a questão cambial. A diferença de moeda e o alto custo de vida em Brasília, especialmente os valores cobrados em aluguéis, impactam diretamente no orçamento dos estudantes. Muitos relataram que o apoio financeiro enviado por suas famílias não é suficiente para arcar com os custos da cidade, conhecida por ser uma das mais caras do país. Isso prejudica o acesso a moradias adequadas, compromete a alimentação e dificulta o custeio de despesas básicas.

Nesse contexto, a Resolução nº 006/2023, do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), regulamenta os programas de assistência estudantil, com especial atenção para a alimentação. Por meio dela, estudantes beneficiados podem ter acesso diário a café da manhã, almoço e jantar no Restaurante Universitário (RU). A prioridade na avaliação socioeconômica é dada a estudantes indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (PCD). Para os estudantes estrangeiros, o acesso a esse auxílio também depende da realização de avaliação socioeconômica.

No caso específico dos estrangeiros, fazem parte do grupo I da assistência estudantil os estudantes matriculados no curso de Português como Língua Estrangeira (PLE) do PEC-G e os participantes de programas de mobilidade acadêmica oriundos de instituições parceiras. Os estudantes do PEC-G, em particular, têm acesso automático e gratuito ao Restaurante Universitário (RU) por até dois semestres, desde que matriculados no curso de Português como Língua Estrangeira (PLE). Após esse período, é necessário passar por nova avaliação socioeconômica para manter o benefício.

Um dos relatos colhidos ilustra a importância desse auxílio:

“Desde que cheguei, me alimento gratuitamente no RU da UnB. Moro na Casa do Estudante, que também é uma forma de apoio, e recebo uma bolsa de estudos. Mas essa bolsa não é concedida diretamente pela UnB, e sim por outra instituição. Houve aumentos recentes em outras bolsas, mas a

nossa não foi reajustada porque não faz parte do auxílio oferecido a todos os estudantes pela universidade. Ela é exclusiva para o PEC-G, com uma fonte diferente. Ainda assim, com a Casa do Estudante, o RU e essa bolsa, consigo me manter” (Carlos, estudante do PEC-G).

Os estudantes que chegam à Universidade de Brasília (UnB) por conta própria, sem acesso a bolsas de estudos ou condições financeiras adequadas para se manter, enfrentam uma situação de intensa vulnerabilidade social. Além da ausência de benefícios institucionais, esses estudantes relatam a burocracia e a demora nas respostas da universidade como fatores que agravam o sentimento de insegurança. A espera pelos editais de auxílio, muitas vezes prolongada, amplia essa vulnerabilidade, resultando em períodos sem alimentação adequada e comprometendo a permanência desses estudantes na instituição. Tal cenário afeta diretamente sua saúde mental, reduz expectativas acadêmicas e, em alguns casos, leva à desistência dos estudos.

“Pela questão que estava acontecendo [de moradia, o atraso da bolsa], eu fiquei muito triste, acho que até deprimida, sabe? Porque muitas vezes pensei em desistir, porque não é fácil, realmente” (Nina, estudante de pós-graduação).

Em especial, os estudantes estrangeiros que chegam por conta própria consideram que o acesso aos auxílios institucionais deveria ser menos burocrático. Defendem a criação de uma política específica de acolhimento que considere as particularidades desse público, que, ao chegar ao Brasil, frequentemente não possui rede de apoio, enfrenta restrições legais para trabalhar e, no caso da pós-graduação profissional, não conta com bolsas de pesquisa de agências de fomento. Atualmente, a concessão de auxílios depende exclusivamente da avaliação socioeconômica, um processo demorado que expõe esses estudantes a situações precárias e à insegurança alimentar prolongada.

A moradia aparece como uma das maiores dificuldades identificadas pelos entrevistados, especialmente entre os estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e da pós-graduação. No caso do PEC-G, foi

recentemente instituído o direito à moradia no primeiro semestre de permanência no Brasil, até a realização da prova de proficiência em língua portuguesa. Durante esse período, os estudantes costumam compartilhar apartamentos com colegas do programa, o que favorece a socialização.

No entanto, as convivências nem sempre são tranquilas. Diferenças culturais e conflitos cotidianos levam alguns a optar por morar sozinhos, o que, por sua vez, implica novos desafios, como custos elevados e falta de apoio institucional.

“Me arrependi de ter morado com eles. Não é que eles sejam pessoas ruins, mas a falta de organização e tudo acabou caindo sobre mim no final. Porque, depois da prova, a gente tinha que se dividir. Cada um tinha que buscar seu caminho e tal. Quando saiu o resultado, alguns não passaram na prova, outros passaram, e os que não passaram decidiram sair do Brasil. [...] Depois que foram embora, deixaram a fatura nas minhas costas [...] a fatura estava no valor de 3 mil reais.” (Maurício, estudante do PEC-G).

Para os estudantes de pós-graduação, a UnB disponibiliza vagas de moradia na Casa do Estudante Universitário da Pós-Graduação (CEU), localizada no campus Darcy Ribeiro, Bloco K da Colina. Esse benefício é voltado para alunos de mestrado e doutorado, regularmente matriculados em cursos presenciais. A seleção das vagas é conduzida pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), por meio de edital publicado semestralmente. Têm prioridade estudantes com renda familiar per capita inferior a um salário-mínimo e meio, egressos de universidades públicas e que não sejam beneficiários de outros auxílios acadêmicos. Todo o acompanhamento do processo deve ser feito pelo Portal da instituição.

Apesar da existência desse programa, as entrevistas indicaram que o processo seletivo é considerado extenso, burocrático e pouco acessível para quem chega à instituição sem rede de apoio. Embora conte com estudantes em situação de vulnerabilidade social, o procedimento exige documentos e comprovações que, muitas vezes, estudantes migrantes recém-chegados ao Brasil não possuem, como o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Além disso, ao chegarem à universidade, esses estudantes relatam não receber informações claras ou acolhimento institucional

sobre os programas de assistência existentes, dependendo majoritariamente da orientação de colegas, das coordenações de curso ou de outros estudantes estrangeiros que já passaram pelo mesmo processo.

Entre os entrevistados de pós-graduação, três mencionaram dificuldades para compreender os editais, interpretar as exigências do processo de inscrição e obter informações sobre as condições de moradia oferecidas após a aprovação. Um dos relatos mais marcantes foi de um estudante que, ao desembarcar em Brasília sem rede de contatos e recursos financeiros, recorreu à universidade em busca de auxílio para alimentação e moradia. Embora tenham sido apresentadas algumas opções, todas implicavam custos que ele não poderia arcar. Sem condições de realizar os pagamentos, acumulou dívidas e, posteriormente, foi convidado a deixar o alojamento, recebendo a cobrança de uma dívida significativa.

“Quando vi que as coisas já estavam ficando complicadas, a dívida ficou muito grande. A coordenação também dizia que, para ter uma boa situação, ficava um pouco complicado, porque o mestrado aqui é um mestrado profissional. Então, quando saí da [Colina], fui informado que estava devendo 5 mil reais. [...] Não sei se a dívida será perdoada, eu sei que tenho que pagar a dívida, isso eu sei” (Thiago, estudante de pós-graduação).

O depoimento evidencia como a falta de acolhimento inicial e a ausência de orientações claras sobre os serviços de assistência disponíveis podem agravar a vulnerabilidade desses estudantes, levando-os a situações de inadimplência e comprometendo sua permanência na universidade. As entrevistas reforçam a necessidade de processos mais acessíveis, ágeis e de uma política institucional de acolhimento que ofereça suporte efetivo a quem chega à instituição em condições precárias.

A moradia foi identificada como uma dificuldade recorrente entre os estudantes internacionais na UnB. Por diversos motivos, muitos deles não conseguem se sustentar ao chegar ao Brasil e acabam acumulando dívidas para permanecer nos programas de pós-graduação. Um dos relatos exemplifica bem essa situação:

“Quando eu cheguei, eu não tinha muito dinheiro. Como não tive acesso imediato à assistência, meus colegas me emprestavam dinheiro. Eu não tinha onde ficar, então fui para a casa transitória, onde você paga por dia. Fiquei alguns meses e, no final, fui informado que estava devendo cerca de 8 mil reais” (Fernando, estudante de pós-graduação).

Atualmente, os estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) são alocados, sem custos, em apartamentos compartilhados. No entanto, aqueles que desejam permanecer na UnB após a conclusão do curso enfrentam novas dificuldades, tanto para atender à documentação exigida na locação de imóveis no Distrito Federal quanto para arcar com os custos financeiros dessa etapa.

Para os estudantes da pós-graduação, o cenário é ainda mais delicado. As entrevistas revelaram que a espera pelos editais e pela avaliação socioeconômica agrava a vulnerabilidade logo nos primeiros meses, forçando-os a contrair dívidas ou a depender exclusivamente da solidariedade de colegas e outros estudantes migrantes. Entre as sugestões de melhorias, destacaram-se a oferta imediata de auxílio-alimentação e a agilização dos processos de avaliação socioeconômica, como forma de evitar que esses estudantes fiquem desamparados ao chegar.

No âmbito institucional, três setores foram apontados pelos entrevistados como os principais responsáveis pelo acolhimento e assistência aos estudantes estrangeiros na UnB: a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS). Neste sentido, propõe neste artigo buscar compreender suas funções, limitações e as possibilidades de aprimoramento no atendimento aos estudantes internacionais em situação de vulnerabilidade.

Entre os serviços prestados pela Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) estão o envio de informações iniciais por e-mail, a indicação de tutores e, em situações específicas, o suporte relacionado à moradia, quando o programa de intercâmbio prevê esse tipo de assistência. No entanto, a ausência de materiais em outros idiomas e de suporte direcionado aos estudantes que não dominam o português foi reportado como uma limitação para os recém-chegados. Em entrevista, uma servidora do setor sugeriu a implementação de estratégias

mais centralizadas e específicas, como a criação de um serviço de atendimento especializado para estudantes migrantes, que os acompanhe desde a chegada até a finalização do curso, sendo um espaço para atender as suas necessidades acadêmicas, e também de moradia e alimentação, essenciais para a sua permanência na universidade.

A Secretaria de Direitos Humanos (SDH), por sua vez, tem direcionado suas ações principalmente aos estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Sem uma estrutura institucional formal de acolhimento no início, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) passou a oferecer orientação acadêmica, apoio psicológico e assistência na questão da moradia, o que contribuiu para a permanência e o desempenho desses estudantes. Apesar dos avanços, os desafios persistem, como a ausência de um setor específico voltado aos estudantes internacionais, dificuldades em lidar com casos de discriminação e barreiras culturais, e a carência de uma estrutura institucional consolidada. Como proposta de melhoria, foi sugerida a criação de uma “Casa do Estudante Internacional” — espaço de convivência e apoio integrado — e a contratação de profissionais capacitados e acolhedores para os serviços de atendimento.

Por fim, a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) desempenha um papel central no apoio a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, incluindo estudantes estrangeiros. Embora não disponha de um setor exclusivo para esse público, a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) oferece programas de assistência geral, com destaque para auxílios financeiros e emergenciais. As demandas mais frequentes relatadas envolvem barreiras linguísticas, insegurança alimentar e dificuldades de moradia. Contudo, o atendimento nem sempre é imediato, esbarrando em processos burocráticos e na limitação de recursos.

Em entrevista, a servidora da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) ressaltou a necessidade de agilizar os processos de acesso à moradia universitária, elaborar uma política institucional mais eficaz para o atendimento de estudantes internacionais e retomar programas de tutoria acadêmica para auxiliar na adaptação à universidade. Além disso, destacou-se a importância de uma maior integração entre os setores da UnB, visando oferecer um acolhimento mais articulado e eficiente às demandas desse público.

Considerações Finais

O presente artigo buscou compreender os processos de acolhimento e integração de estudantes migrantes na UnB, evidenciando os avanços, fragilidades e oportunidades de melhoria no cenário institucional. A adoção de uma metodologia mista permitiu captar, de forma mais ampla, tanto os dados quantitativos sobre o perfil desses estudantes quanto os relatos qualitativos que dão densidade às experiências vividas por esse público.

Os dados apontaram que a maioria dos estudantes estrangeiros são de programas de mobilidade acadêmica e para a pós-graduação. Houve um crescimento significativo no número de ingressos de estudantes internacionais nos últimos anos, especialmente em 2024, acompanhado por mudanças no perfil de nacionalidades e pela manutenção de uma predominância masculina entre os ingressantes. Contudo, a análise qualitativa revelou que esse crescimento não foi acompanhado por um fortalecimento proporcional das políticas institucionais de acolhimento e suporte, expondo vulnerabilidades importantes na estrutura de atendimento oferecida.

Os relatos dos estudantes estrangeiros indicaram a centralidade das redes informais de apoio — formadas por veteranos, colegas e algumas organizações parceiras — diante das limitações das estruturas oficiais. Dificuldades como a burocracia para acesso a benefícios essenciais, a escassez de informações acessíveis e a morosidade dos processos socioeconômicos comprometem a permanência e o bem-estar desses estudantes, especialmente os mais vulneráveis. Além disso, episódios de xenofobia, racismo e exclusão social foram relatados, evidenciando a necessidade de ações institucionais que transcendam a esfera administrativa e dialoguem também com a cultura acadêmica e as relações interpessoais.

As entrevistas com os setores institucionais confirmaram parte dessas percepções, apontando desde a falta de estrutura e pessoal qualificado até a inexistência de espaços e serviços específicos para estudantes internacionais. As recomendações surgidas a partir desse diálogo com estudantes e servidores apontam para caminhos possíveis e necessários. Dentre eles, destacam-se a criação de um setor exclusivo de acolhimento para estudantes internacionais, a implementação da Casa do Estudante Internacional como espaço de convivência e suporte, a criação e ampliação de materiais informativos multilíngues, e o

fortalecimento de ações voltadas à saúde mental, social e de permanência, a criação de políticas de combate à xenofobia e integração intercultural.

Por fim, conclui-se que a UnB possui importantes desafios a enfrentar para consolidar-se como um espaço verdadeiramente internacionalizado e inclusivo. O estudo indica que a institucionalização de políticas específicas de acolhimento, integração e a flexibilização de normativas administrativas são passos essenciais para assegurar condições mais equitativas de permanência e sucesso acadêmico para estudantes. Além disso, é importante destacar que, desde 2010, o país tem recebido novos fluxos migratórios, como os de haitianos e venezuelanos, que não estão contemplados nos dados analisados. Isso evidencia as dificuldades enfrentadas por esses grupos no acesso ao ensino superior. Observamos, ainda, a ausência de iniciativas direcionadas especificamente a esse público. Nesse sentido, seria fundamental a criação de políticas e ações institucionais, como Editais específicos, que promovam a inclusão e a aproximação dessas populações das universidades.

Ao evidenciar pontos críticos e propor caminhos, este artigo pretende contribuir para o debate e para a construção coletiva de práticas universitárias mais institucionalizadas, humanizadas, eficazes e comprometidas com a diversidade que caracteriza o cenário acadêmico contemporâneo.

Referências Bibliográficas

CANCLINI, García Néstor. A Globalização Imaginada. Tradução Sérgio Molina – São Paulo: **Editora Iluminuras**, 2007.

CARVALHO, de R. B. S.; ARAÚJO, de C. G. Gestão da internacionalização das instituições de ensino superior. **Avaliação, Campinas**; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 113-131, mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/QrmFmDCs45s3s75TsMLCR3q/> Acesso em: 29 abr. 2025.

CUNHA, M. I. Da. [Et. al.]. Estudantes africanos em universidades brasileiras: os desafios da internacionalização “às avessas” no cotidiano universitário. **Educação** (Porto Alegre), v. 40, n. 3, p. 469-480, set.-dez. 2017. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/download/24240/16536/124330&ved=2ahUKEwjvxsaf6P2MA_xVkpUCHag2AbwQFnoECBYQAQ&usg=AOvVaw0qbVcPq0AQDzphfz3mCL Acesso em: 29 abr. 2025.

DUFOURMANTELLE, Anne. Questão do estrangeiro: vinda do estrangeiro. In: DERRIDA, Jacques. Convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade. 1. ed. São Paulo: **Editora Escuta**, 2003.

KNIGHT, Jane. Capítulo 1. **A internacionalização da educação superior: conceitos, razões e marcos de referência**. In. Internacionalização da Educação Superior: Conceitos, Tendências e Desafios. 2ª Edição E-book. São Leopoldo: Oikos, 2020.

MANÇOS, R. de G.; COELHO, S. de F. Internacionalização da ciência brasileira: subsídios para avaliação do programa Ciência sem Fronteiras. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 2, n. 2, p. 52-82, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rppi/article/view/37056/18848> Acesso em: 29 abr. 2025.

MARQUES, R. C. A.; CONCEIÇÃO, M. H.; **Internacionalização do Ensino, da Pesquisa e Inovação Estudo de caso da Universidade de Brasília (UnB)**. Cadernos de Prospecção – Salvador, v. 13, n. 1, p. 56-67, março, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/32460/20784> Acesso em: 03.dez.2024

MARTINS, Benedito Carlos. Reconfiguração do ensino superior em tempos de globalização. **Educ. Soc., Campinas**, v. 42, e241544, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QdchGgZpjDrCJnVyhsv7Vj/> Acesso em: 29 abr. 2025.

MIRANDA, J. A. A. de; FOSSATTI, P. Movimentos migratórios e internacionalização da educação superior. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n. 3, p. 704-727, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v45i3.60789>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/60789>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SASSEN, Saskia. Sociologia da globalização. Porto Alegre: **Artmed**, 2010.

TEIXEIRA, L. I. L.; SOARES, E. M.; JÚNIOR, O. de C. A. M.; BARROSO, S. S. E.; RODRIGUES, S. S. M. Internacionalizar para quê? As razões de instituições públicas de ensino superior no Ceará. **Avaliação, Campinas**; Sorocaba, SP, v. 26, n. 3, p. 800-821, nov. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/c4VZkMBQ6H3Kyp333ch6QhJ/>. Acesso em: 29 abr. 2025



"Além de comprometer o ecossistema com a perda da biodiversidade, a crise climática tem contribuído para a escassez de recursos naturais essenciais para a subsistência das comunidades. "

As migrações na perspectiva da crise climática na Amazônia³⁶

Márcia Maria de Oliveira³⁷ María Josefina Palomo de Rivero³⁸
Jessica Carvalho Guimarães³⁹ Adriana Pitta Silva⁴⁰
Leonardo Rocha de Oliveira⁴¹

36 Uma versão simplificada na forma de resumo deste artigo foi publicada no tutorial da Rede de Notícias da Amazônia sob o título "A crise climática e as migrações na Amazônia". Disponível em: <https://redenoticiasamazonia.com.br/2025/08/25/a-crise-climatica-e-as-migracoes-na-amazonia/>. Publicado em 25/08/2025.

37 Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professora da Universidade Federal de Roraima. Pesquisadora das Migrações e Tráfico de Pessoas.

38 Doutora em Educação. Professora da Universidad Pedagógica Experimental Libertador Maturín, Venezuela. Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR).

39 Historiadora. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR). Pesquisadora das Migrações e Tráfico de Pessoas.

40 dvogada. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR). Pesquisadora das Migrações e Tráfico de Pessoas.

41 Arquiteto e urbanista. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR). Pesquisador dos Estudos Migratórios na Amazônia.

Introdução

O planeta enfrenta uma crise climática sem precedentes na sua história. Nas últimas décadas, as mudanças climáticas têm causado migrações em larga escala em todo o mundo, forçando milhões de pessoas a abandonar suas casas devido a desastres como secas prolongadas, enchentes e inundações, tempestades, ciclones, furacões e aumento do nível do mar.

Os eventos ambientais causados diretamente pela intervenção de grandes empresas e grupos econômicos também tem aumentado e estão relacionados com o rompimento de barragens⁴², a contaminação do solo e das águas pelo uso de mercúrio nos garimpos ilegais⁴³ ou pelo uso indiscriminado de agrotóxicos que destroem os ecossistemas, adoece e mata as pessoas. Ao mesmo tempo, a abertura de novas estradas, a derrubada e queimada das florestas e muitas outras intervenções que provocam deslocamentos internos e internacionais.

As mudanças climáticas estão impulsionando um aumento significativo nas migrações e deslocamentos populacionais em todo o mundo, tanto internos quanto internacionais. Os eventos climáticos extremos têm forçado milhões de pessoas a abandonar suas casas e territórios devido à perda de meios de subsistência, segurança alimentar e riscos à segurança. Todos estes elementos são agravados pelos conflitos socioambientais que podem levar ao genocídio de grupos inteiros como informa Dalmonego, et al (2024, p. 150), que identificou o genocídio de Haximu como consequência da “corrida do ouro na Terra Indígena Yanomami” na década de 1990.

42 Como ocorreu com o rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, em 25 de janeiro de 2019 que matou 272 pessoas e deixou outras 11 desaparecidas. A tragédia é considerada um crime sem precedentes na história do Brasil contra os trabalhadores, os moradores de Brumadinho e o meio ambiente.

43 A contaminação por mercúrio decorrente da atividade mineradora de pequena escala (garimpo) produz graves impactos ao meio ambiente e à saúde humana. O seu uso exacerbado provocou a crise humanitária do Povo Yanomami no Estado de Roraima.

Um relatório da Oxfam publicado em dezembro de 2019, revelou que mais de 20 milhões de pessoas deixam suas casas por ano para fugir de tempestades, secas ou inundações⁴⁴. De acordo com o relatório, os desastres relacionados ao clima, como inundações, queimadas e tempestades, são a principal causa de deslocamentos internos no mundo, superando os conflitos e a violência em muitos contextos, principalmente nos últimos anos. Além disso, os eventos climáticos extremos podem, ainda, agravar tensões e conflitos pela escassez de recursos, o que também pode resultar em deslocamentos compulsórios ou expulsões.

A competição por recursos naturais escassos em áreas afetadas pelas mudanças climáticas tem intensificado conflitos e tensões sociais entre comunidades, uma vez que a volatilidade climática diminui o acesso a meios de subsistência essenciais, como água e terras agricultáveis. Este cenário agrava desigualdades sociais e pode levar a disputas violentas e instabilidades, especialmente onde há pouca governança⁴⁵.

No Brasil, a degradação ambiental, a escassez de água e a perda de terras agrícolas, intensificadas pelas mudanças climáticas, como eventos extremos e secas, e por ações humanas, como o desmatamento e a urbanização, tornam insustentável a permanência em muitos locais de origem das pessoas. Isso força populações vulneráveis a migrar em busca de melhores condições de vida, configurando um cenário de deslocamento ambiental.

44 Forced from home: climate-fuelled displacement. Relatório publicado pela Oxfam em 2 dezembro de 2019 revela que “desastres climáticos são a principal causa de deslocamento no mundo”. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/forced-home-climate-fuelled-displacement>. Consultado em: 10/08/2025.

45 Dados do PNUD divulgados em setembro de 2023 apresentam debates sobre “o que é segurança climática e por que ela é importante?” com os seguintes conceitos: Segurança climática refere-se aos impactos da crise climática na paz e na segurança, especialmente em ambientes frágeis e afetados por conflitos. Os impactos das mudanças climáticas podem desencadear competição por recursos naturais, meios de subsistência precários e deslocamento em massa, aumentando o risco de tensões e instabilidade social. Disponível em: <https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/what-climate-security-and-why-it-important#> Consultado em: 10/08/2025.

Desde 1915, quando se registrou uma das secas mais prolongadas no nordeste brasileiro, retratada por Queiroz (2024)⁴⁶, a sociedade brasileira convive com eventos climáticos extremos e com os deslocamentos internos e internacionais resultantes da diminuição da produção de alimentos e do acesso à água. Entretanto, nas últimas décadas, o Brasil tem tido recorrentes excessos de chuvas ou secas prolongadas que resultam em diversos processos de deslocamento de milhares de pessoas.

Nos últimos anos o registro de seguidas ondas de calor que causam desidratação, insolação e agravam doenças crônicas, tem sido motivo de deslocamento para cidades com temperaturas mais amenas. Entretanto, somente uma classe de pessoas pode fazer esta escolha. A população brasileira mais empobrecida também enfrenta as ondas de calor agravadas simultaneamente pela falta de saneamento e água potável que propicia a proliferação de doenças como diarreia, cólera, febre tifóide e leptospirose. Esta realidade faz com que muitas pessoas circulem em seus territórios ou se desloquem das pequenas cidades para as periferias das cidades maiores, especialmente das capitais, em busca de melhores condições de vida⁴⁷.

Este contexto se reproduz na Amazônia e, nessa perspectiva, este artigo tem o objetivo de ampliar as reflexões em torno das migrações climáticas a partir da realidade Amazônica que padece dos mesmos efeitos e impactos da crise climática de todo o planeta. Com a finalidade de aprofundar o tema e observar seus impactos na Amazônia, se optou por uma metodologia baseada na análise documental e nas pesquisas de campo realizadas no Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos (GEIFRON) e no Programa de Redução

46 Conforme informado em “O Quinze” romance da escritora brasileira Rachel de Queiroz, publicado em 1930, que retrata o drama de uma grande seca ocorrida em 1915 no sertão nordestino. A obra, considerada um marco do regionalismo e do realismo social na literatura brasileira, aborda o sofrimento da população, a relação do homem com a terra e a luta pela sobrevivência, tendo como personagens centrais a jovem professora Conceição e a família do vaqueiro Chico Bento. Fonte: QUEIROZ, Rachel. O Quinze. 100ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

47 Os informes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação asseguram que “Ondas de calor: os impactos da ‘emergência silenciosa’. Mortes atribuíveis a altas temperaturas podem ser maiores do que as decorrentes por deslizamentos de terra”. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/03/ondas-de-calor-os-impactos-da-2018emergencia-silenciosa2019#>. Consultado em: 10/08/2025.

de Assimetrias (PRAPG/CAPES) vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima.

As pesquisas de campo fazem parte de um conjunto de metodologias desenvolvidas nas dissertações de mestrado em andamento no PPGSOF e das atividades do PRAPG que acompanham as diversas realidades das migrações internas e internacionais, dos deslocamentos forçados e do tráfico de pessoas na Amazônia. As pesquisas de campo apresentam recortes de narrativas de migrantes de várias nacionalidades que reportam condições migratórias relacionadas com a crise climática. Para salvaguardar as identidades dos participantes, todos os nomes são fictícios, alguns atribuídos pelos/as pesquisadores/as outros escolhidos pelos/as participantes.

1. As crises climáticas e os deslocamentos compulsórios na Amazônia

É evidente que o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia tem impactado na crise climática. A intensificação de eventos climáticos severos, tem afetado comunidades indígenas e ribeirinhas em todos os países amazônicos, causando deslocamentos internos e internacionais. Problemas ambientais como a degradação do solo e a desertificação, causados por práticas agrícolas inadequadas, vinculadas ao agronegócio, resultam em desastres ambientais muitas vezes irreversíveis que contribuem para a perda de terras cultiváveis e para o aumento da insegurança alimentar. Além de comprometer o ecossistema com a perda da biodiversidade, a crise climática tem contribuído para a escassez de recursos naturais essenciais para a subsistência das comunidades.

Em toda a Amazônia, as mudanças climáticas tem sido um fator crescente na migração, especialmente para camponeses, pescadores e coletores que perdem seus meios de subsistência devido às condições climáticas adversas. Para Folly e Ramos (2021, s/p),

Com desigualdades gritantes, níveis recordes de incêndios florestais, aumento das temperaturas, mudanças significativas nos padrões de precipitação e crescente degradação ambiental alimentada por grandes projetos de infraestrutura e crimes ambientais generalizados, a bacia

amazônica combina todos os principais gatilhos socioeconômicos e climáticos interligados para a migração. Apesar da escassez de pesquisas e dados que quantifiquem o nexo clima-migração na região amazônica, há evidências crescentes de que eventos relacionados ao clima, como secas prolongadas e períodos de chuvas intensas, já estão provocando erosão do solo e degradação da terra, dificultando o acesso à água potável, reduzindo os estoques de peixes e produtos agrícolas e exacerbando a competição por recursos naturais. Na Amazônia brasileira, as secas comprometem a navegação fluvial e, consequentemente, o acesso das comunidades locais a serviços como saúde e educação, bem como ao abastecimento de água, alimentos e combustível⁴⁸.

A última seca prolongada da Amazônia que se estendeu de 2023 a 2024 afetou diretamente todos os países amazônicos chegando a comprometer 69% de todos os municípios. As duas secas consecutivamente prolongadas causam aumento populacional em várias cidades grandes, especialmente as capitais dos estados amazônicos. Os deslocamentos internos atingiram principalmente as comunidades ribeirinhas e indígenas afetadas pela escassez de água, transporte e recursos alimentares, o que forçou intensos deslocamentos para centros urbanos maiores em busca de sobrevivência e assistência⁴⁹.

As novas dinâmicas migratórias, impulsionadas pelas adversidades ambientais e climáticas, expõem a fragilidade dos serviços de assistência e da infraestrutura

48 Tradução livre do artigo publicado originalmente em inglês: “Climate change is already driving migration in the Brazilian Amazon”. Disponível em: <https://climate-diplomacy.org/magazine/conflict/climate-change-already-driving-migration-brazilian-amazon>. Consultado em 20/08/2025.

49 Seca que afetou a Amazônia em 2023 causou a maior queda nos níveis dos rios já registrada, e está relacionada a mudanças climáticas, mostra estudo. Intensidade incomum dos fenômenos El Niño e La Niña afetou regime de chuvas da região e resultou também em recordes de temperaturas. Fatores como aquecimento do oceano e expansão do desmatamento também contribuíram para estiagem dura e prolongada. Pesquisadores alertam para risco de substituição da floresta tropical por vegetação de tipo de savana caso tendência de aquecimento e estiagem se mantenha nas próximas décadas. Matéria publicada por Rodrigo de Oliveira Andrade no Jornal da Unesp. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2024/04/24/seca-que-afetou-a-amazonia-em-2023-causou-a-maior-queda-nos-niveis-dos-rios-ja-registrada-e-esta-relacionada-a-mudancas-climaticas-mostra-estudo/#>. Acesso em 20/08/2025.

dos grandes centros urbanos da Amazônia. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as duas principais capitais da Amazônia Brasileira, contam com mais da metade de seus domicílios em condições de favela: Belém, com 55,8%, e Manaus, com 53,9%. Ao todo, 3,8 milhões de pessoas viviam em 1.694 favelas e comunidades urbanas na Amazônia Legal em 2022. De lá para cá a situação tem se agravado significativamente por causa das grandes secas ou das enchentes.

Os problemas ambientais na grande região amazônica começaram com a colonização e foram se agravando em períodos mais intensos da exploração colonialista. De acordo com Oliveira (2016) os países amazônicos⁵⁰ registram circulação de migrantes deslocados por questões ambientais de forma mais expressiva desde os ciclos da economia da borracha⁵¹, com um histórico de exploração excessiva da seringueira (*Hevea brasiliensis*), abertura de estradas, intensificação das grandes navegações e, principalmente, a degradação ambiental pela extração e processamento do látex em todos os países amazônicos.

A urbanização da Amazônia tem se apresentado, ao longo dos séculos, como um processo complexo e acelerado que resultou com características próprias, como a dispersão populacional, a concentração em poucas metrópoles, forte presença de assentamentos precários e uma relação tensa entre a cidade e a natureza. Os primeiros processos de urbanização foram caracterizados majoritariamente pelos deslocamentos internos dos povos indígenas e ribeirinhos para as cidades que receberam também migrantes de outros estados do país, especialmente do Nordeste. Em todas as modalidades destes históricos deslocamentos é possível observar as tensões socioambientais e sua relação com os efeitos climáticos como as grandes cheias ou as grandes secas. Porém, infinitamente menores que as

50 A região também é conhecida como Pan-Amazônia e os países que a compõem são: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

51 O Ciclo da Borracha no Brasil ocorreu principalmente entre 1879 e 1912, um período de grande prosperidade econômica na Amazônia devido à extração do látex para a indústria internacional, e um breve recrudescimento entre 1942 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial. Todos países da Amazônia foram afetados direta ou indiretamente pela exploração indiscriminada da seringueira (*Hevea brasiliensis*, conhecida como árvore-da-borracha, pertence à da família das Euphorbiaceae) que produz a matéria prima do látex.

atuais implicações climáticas que provocam grandes deslocamentos migratórios. Conforme assegura Malmegrim Moraes (2025, p. 15)

A migração recente em Roraima se caracteriza pelas novas dinâmicas migratórias das últimas décadas que têm aumentado significativamente na América Latina e Caribe. Parte desse crescimento deve-se às políticas restritivas dos países europeus, do Japão e dos Estados Unidos que até então eram os principais receptores de boa parte dos migrantes movidos, especialmente, pelo trabalho. A porta de entrada dos migrantes também mudou de lugar. Ao invés da convencional entrada pelo Atlântico, as novas entradas são pelas fronteiras, de maneira especial as fronteiras da Amazônia. Uma característica importante das novas dinâmicas migratórias na Amazônia é a condição de extrema vulnerabilidade social dos migrantes. As principais causas das migrações estão relacionadas à luta pela sobrevivência. Os deslocamentos eminentemente forçados se dão em processos gradativos de emergência humanitária e evidencia o grau de vulnerabilidade dos migrantes.

Como já mencionado na introdução, historicamente as cidades da Amazônia têm sido caracterizadas pela periferização por resultarem de processos de expansão desordenada das áreas urbanas para fora dos centros tradicionais, em um padrão de ocupação fragmentado e sem acesso a serviços básicos e infraestrutura adequada. Na sua grande maioria, é para as periferias que os migrantes climáticos se dirigem.

2. Deslocamentos internacionais dos povos indígenas afetados pela crise climática agravada pela intervenção humana

Nas periferias de Boa Vista, capital roraimense, não é difícil encontrar migrantes climáticos como a família de Cardona⁵² que vive em uma área de ocupação irregular na periferia de Boa Vista desde 2021. Ao todo são 12 pessoas do núcleo familiar vivendo em uma casa coberta de lona, em uma viela nas

52 Nome fictício escolhido pelo participante da pesquisa para garantir anonimato e preservar a identidade. Assim, todos os nomes de migrantes citados nas entrevistas são fictícios.

proximidades do conjunto de abrigos da Operação Acolhida no Bairro Treze de Setembro. Na sequência da casa de Cardona se aglomeraram outras 16 casas, todas do Povo **Warao, localizadas** na direção das margens do Rio Branco, principal rio do Estado que banha a frente da capital roraimense. A família de Cardona morou em vários bairros de Boa Vista desde quando chegaram em 2016. Chegaram a ser abrigados em 2019, mas, eles decidiram sair para morar em uma das várias ocupações irregulares formadas por indígenas. Cardona explica porque decidiram sair do abrigo:

O abrigo parece uma prisão. A gente não pode fazer nada sem a permissão do pessoal da coordenação. Tratam a gente como presos. A gente não cometeu crime para ser tratado como preso. A gente vivia livre na beira do rio, por isso a gente é conhecido como “povo da canoa”. Por muitos anos a gente viveu em paz no meio das araras, dos papagaios, tucanos, garças, gaviões e beija-flores. Nossa rio tinha muita comida. Lá moravam as anacondas e toda espécie de víboras, iguanas, jacarés, tartarugas, piranhas, arraias, bagres e todos os peixes que se pode imaginar. Tinha muita fartura de alimentos e ninguém sabia o que era a fome. A gente nunca conheceu a fome. Nas margens dos rios a gente plantava bananeiras, macaxeiras, milho, batatas e muita comida. Mas, um dia chegou um navio grande, todo de ferro. Era branco e imponente e atracou ali perto de casa. Depois chegou outro e muitos outros nos dias seguintes. E ficaram parados lá na frente da nossa casa. Faziam muito barulho, soltavam muita fumaça e muita poeira branca e assustavam os peixes. Começou faltar pescado. Um dia as águas amanheceram cobertas de peixe morto. Tinha muito peixe, ariranha, iguana, jacaré, víboras. Tudo morto e boiando nas águas. A gente ficou com muito medo. Ninguém nunca tinha visto aquilo antes. O rio tinha cheiro de morte. A água tinha gosto de morte e a terra começou a morrer também. A gente plantava e não nascia nada. Por isso a gente saiu de casa. Nossa casa ficou lá. Estamos muito longe de casa. Mas, tem parentes que estão mais longe ainda. A gente sonha com aquela manhã da chegada do primeiro navio e desperta assustado no meio da noite. Aquela imagem não sai da

nossa memória. Persegue a gente o tempo todo. Mesmo a gente cindo para longe. Parece que o cheiro da morte vem atrás da gente. Os parentes voltaram lá e contaram que não mudou nada. Que a água do rio continua escura e com cheiro de morte. A gente mora aqui perto do Rio Branco. A gente vai lá e pesca bagre. Todo mundo come e fica feliz (Entrevista n. 01, realizada em Boa Vista – RR, em 13/02/2024 – GEIFRON/PPGSOF/UFRR).

A descrição de Cardona revela a intensificação da mineração, incluindo a de ferro e especialmente a de ouro, ao largo de quase todo o Rio Orinoco e em suas bacias e afluentes. A mineração tem contaminado as águas com metais pesados como mercúrio e por outros resíduos tóxicos, afetando gravemente as populações indígenas e o meio ambiente da região. As migrações têm sido contínuas desde quando os níveis de contaminação atingiram graus máximos de poluição. Simultaneamente, os afluentes do Orinoco, como o Caura vêm sendo sistematicamente contaminados por mercúrio, proveniente da mineração ilegal de ouro. A contaminação por mercúrio se infiltra no solo e nos sistemas hídricos que abastecem as cidades da região com água potável com altos níveis de contaminação que vai se acomodando no organismo das pessoas e causando danos ao cérebro e aos rins.

Cardona e seu núcleo familiar não superaram os traumas da contaminação. Sua esposa perdeu duas gestações nos anos que antecederam o deslocamento da família. Já em Boa Vista tiveram um filho que nasceu com má-formação e faleceu poucos meses depois. Cardona acredita que “a morte os perseguiu até aqui”. Pode ser uma referência às doenças causadas pela contaminação que continuam se manifestando em membros da família. Em 2017 nasceu o último filho do casal que apresenta comprometimento na fala e na motricidade. Aos 8 anos ainda não frequenta a escola porque tem muitas limitações cognitivas. A maior parte do tempo a criança permanece na rede atada em uma árvore de caimbé⁵³, na frente da casa e depende da mãe para tudo.

53 Planta nativa do lavrado de Roraima, conhecida como Caimbé (*Curatella americana*), uma árvore de tronco curto e áspera como uma lixa, que é um símbolo da região por sua resistência e capacidade de regeneração após queimadas.

Em outra periferia de Boa Vista, no bairro Santa Tereza, às margens de um igarapé totalmente poluído, mora Carlos e sua família do Povo Kariña. A filha mais velha é casada com um jovem Kariña e tem dois filhos com dois e três anos. A mais nova tem gêmeos que acabaram de completar um ano e são filhos de um “criollo”, um brasileiro não indígena denunciado pela família por violência doméstica. A família vive com muitas dificuldades. Porém, Carlos enfatiza que o pouco que recebem fazendo trabalhos esporádicos, dá para sobreviverem com mais dignidade do que na Venezuela.

Por causa da perseguição do ex-marido da filha, a família do Carlos se inscreveu no programa de interiorização da Operação Acolhida⁵⁴ no final de 2023 e aguarda a chamada para viajar para a região sul. Carlos estava apreensivo porque nunca “passou frio” e diz sorridente “não faço ideia do que é sentir frio, mas, sei que vamos sofrer porque desde nossos ancestrais, vivemos no calor da Amazônia. É isso que conhecemos. E vamos partir rumo ao desconhecido”. A família sabe que irá trabalhar na área da produção de alimentos, mas, não sabem em que atividade serão inseridos. Carlos recorda que há muitos anos foram expulsos do território Kariña:

O território do meu povo Kariña fica na região do rio Cuyuní. É um rio grande. Sem dúvida é menor que o Orinoco, mas, para meu povo era um rio grande que abastecia todo o povo com água limpa e cristalina e pescado farto. O Cuyuní tinha peixe de todo tamanho e de toda qualidade. Você não tem ideia da quantidade de pescado. Todos os dias a gente pescava e parecia que sempre tinha mais peixe. Não nos faltava nada. Nossa território é muito grande, acompanha todo o curso do Cuyuní e vai até o rio Mazaruni que deságua no Essequibo⁵⁵. Eu tinha uns 10 anos quando meu pai, que era o

⁵⁴ Em 2018, a Operação Acolhida, resposta humanitária ao fluxo venezuelano coordenada pelo Governo Federal, implementou a estratégia de Interiorização. O objetivo é oportunizar às pessoas venezuelanas a realocação voluntária e gratuita a estados brasileiros com mais oportunidades de integração socioeconômica. Junto a organizações da sociedade civil e outras agências da ONU, o ACNUR garante a inclusão à interiorização das pessoas deslocadas à força, sobretudo daquelas com necessidades específicas de proteção. Disponível em: <https://www.acnur.org.br/interiorizacao#Consultado em 20/08/2025.>

⁵⁵ Essa região já se localiza na Guiana Inglesa. A região do Essequibo é a atual zona de reclamação do governo venezuelano no país vizinho.

depooito⁵⁶ do meu povo, reuniu toda a comunidade para avisar que o conselho que havia se reunido por semanas, havia decidido que era necessário a gente partir. Até aquela idade, eu não sabia o que significava partir porque não conhecia ninguém que tivesse ido embora da comunidade. Lembro de meu pai explicando que os garimpeiros estavam por toda parte do Cuyuní, que diziam ser uma fonte de ouro e diamantes. As águas estavam ficando barrentas e os peixes haviam sumido. No início pensaram que era porque os garimpeiros estavam pescando e eram muitos e por isso os peixes estavam se acabando. Mas, o barro também matava os peixes. Eles reviraram tanto o rio que as águas viravam barro. E eles sumiram. Meu pai havia se reunido com o sindicato dos garimpeiros e eles haviam dito que os homens do meu povo poderiam trabalhar para eles. Foi aí que o nosso conselho decidiu que as pessoas que não quisessem se tornar escravas dos garimpeiros deveriam partir. Dias depois apareceram pessoas do governo Chaves e conversaram com meu pai e fizeram uma proposta para irmos morar perto de San Félix e que depois que os garimpeiros fossem embora, a gente poderia retornar. Assim fomos embora. Umas noventa famílias. Aquelas que ficaram já trabalhavam para os garimpeiros e eram como escravos deles. E já bebiam muita cachaça. Em San Félix moramos por anos nos arredores do lixão da cidade. Era uma vida de miséria, muita fome e doenças. Aos 18 anos me casei e tivemos um filho homem e duas mulheres. O filho mais velho veio para Boa Vista em 2017 e em 2019 foi interiorizado para Chapecó⁵⁷. É para lá que queremos nos mudar para morar com ele. Por isso solicitamos a reunião familiar com o filho que se casou com uma argentina (Entrevista n. 02, realizada Boa Vista – RR, em 01/04/2024 – GEIFRON/PPGSOF/UFRR).

56 58 Nome dado à liderança política do povo kariña. Não encontramos em português uma palavra para a tradução porque é uma forma de liderança muito diferente daquelas conhecidas na língua portuguesa porque abarca a dimensão política e espiritual simultaneamente.

57 Chapecó é considerada um polo de atração, sendo um destino principal para a migração e o desenvolvimento no oeste de Santa Catarina, impulsionada por sua economia forte no agronegócio, setor industrial e serviços, o que reforça seu papel de centro urbano no interior do estado. A cidade, com sua infraestrutura de transporte, atrai uma população diversificada em busca de oportunidades, consolidando sua posição como um importante centro de desenvolvimento regional e porta de entrada para novos moradores.

Há décadas a Amazônia tem convivido com o garimpo e vem sofrendo com seus impactos ecológicos e com os conflitos socioambientais que dele resultam. Os mais atingidos nesses conflitos são os povos indígenas, as comunidades ribeirinhas, os camponeses e comunidades quilombolas. Foram estes povos os mais empurrados para as cidades de toda a Pan-Amazônia que concentra mais de 63% da população⁵⁸. As migrações climáticas geralmente ocorrem de forma compulsória. É negado aos migrantes o plano migratório ou a livre decisão de migrar. Nas crises socioambientais está garantido ao migrante o direito de migrar, mas, não lhe é garantido o direito de não ter que migrar. Nas crises ambientais a migração se torna uma obrigação.

Em sua mensagem por ocasião da Publicação da Mensagem do Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2023, o Papa Francisco defendeu que a migração deveria ser sempre uma livre decisão, mas reconheceu que, na prática, muitos migrantes são forçados a abandonar suas casas devido à pobreza, guerra, perseguições e desastres climáticos. O pontífice pediu um esforço global para criar condições dignas nos países de origem, garantindo o direito de não ter que migrar, e defendeu a acolhida e a inserção dos migrantes nas comunidades de acolhimento, uma vez que foram forçados a migrar⁵⁹.

As mudanças climáticas resultantes da intervenção humana podem levar à perda de empregos, redução da produção agrícola e aumento dos preços de alimentos, levando mais pessoas à pobreza e à necessidade de migrar. Podem ocorrer deslocamentos internos dentro das fronteiras de um país, como o movimento de pessoas do campo para as cidades. Ou o deslocamento para outro país, muitas vezes em busca de segurança e melhores condições de vida, como o caso do Povo Kariña e dos Warao que se destacam no conjunto das migrações venezuelanas como migrantes climáticos.

58 Tema amplamente debatido no Sínodo Especial da Amazônia realizado no Vaticano em outubro de 2019 com dados publicados no Atlas Pan-Amazônico. Disponível em: <https://repam.org.br/atlas-pan-amazonico/> Consultado em 20/08/2025.

59 A Sala de Imprensa da Santa Sé publicou a Mensagem do Papa Francisco para o 109º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado (DMMR), que será realizado no domingo, 24 de setembro de 2023, com o tema: “Livres de escolher se migrar ou ficar”. Disponível em: <https://www.humandevelopment.va/pt/news/2023/publicacion-del-mensaje-de-la-jornada-mundial-del-migrante-y-ref.html#>. Acesso em: 20/08/2025.

Frequentemente os deslocados climáticos enfrentam novos deslocamentos internos ou internacionais por causa do acesso limitado a serviços básicos, infraestrutura inadequada e riscos adicionais em novos locais. As periferias das grandes cidades os torna suscetíveis a novos eventos climáticos graves porque muitas vezes vão morar em áreas de risco de desabamento, deslizamento de terras e pedras, enchentes e toda sorte de intempéries climáticas por causa da ação humana. A competição por recursos em áreas de acolhimento pode aumentar tensões entre migrantes e comunidades locais e resultar em novos conflitos sociais e xenofobia. A esse respeito Oliveira Junior e Rodrigues (2024, p. 3) ao analisarem os conflitos sociais entre brasileiros e migrantes venezuelanos na fronteira, enfatizam que:

A infraestrutura precária da cidade é um dos fatores que influenciou na potencialização dos desafios da integração e adaptação intercultural dos migrantes ao chegarem em solo brasileiro, principalmente em Pacaraima, ao encontrarem uma cidade comércios, becos e ruas, poucas áreas de lazer e saneamento básico muito escasso. Uma cidade já marcada pelo povoamento de pessoas de várias regiões do Brasil, não soube lidar com o fenômeno das identidades nacionais que ali se encontravam, mesmo quando houve o processo de demarcação da Terra Indígena São Marcos (Batista; Veras, 2012). Apesar de esses estranhamentos de identidades e as formas de representar um ao outro serem um processo rotineiro da alteridade, as extremas tentativas de violações foram a novidade que impactaram o localmente.

É crucial que os países desenvolvidos assumam a responsabilidade pelas mudanças climáticas e destinem ajudas humanitárias para os países mais vulneráveis lidarem com as consequências, incluindo o apoio aos esforços de adaptação e a assistência aos deslocados. A despeito dos conflitos sociais, tensões e violência contra os migrantes em Pacaraima, Oliveira Junior e Rodrigues (2024, p. 1) sinalizam ainda que:

Desde que as pessoas venezuelanas começaram a sair do seu país, dada a grave e generalizada violação dos direitos humanos, para buscar melhores

condições de vida eles têm encontrado barreiras sociais para viver, principalmente em Pacaraima, no Brasil, dado vários fatores sociais na pequena cidade fronteiriça brasileira. [...] Entendemos que a violência é um processo da negação da existência do Outro e, portanto, da impossibilidade de concebê-lo como parte da sociedade pacificamente. [...] Assim sendo, entendemos que as representações sociais contribuem para

entender as subjetividades na e entre fronteiras, uma vez que o racismo que emerge dessas representações pode ser elemento de conflitos e violências.

Para os/as autores/as, a representação social dos migrantes em Pacaraima foi marcada pelo estranhamento como aquele pontuado por Bauman (2017) que gera o “pânico moral”. Ainda de acordo com os/as referidos/as autores/as:

Houve um momento em que a alta chegada da população venezuelana em Pacaraima era destaque em diversos meios de comunicação. As notícias veiculadas, ao que parece, não tinham o intuito de acolher ou informar sobre o ocorrido, mas sim de suscitar certa estranheza na comunidade brasileira ao denunciar um suposto ‘governo comunista’ que levava sua população a fugir da fome, da falta de políticas públicas e da corrupção dos órgãos estatais (Oliveira Junior e Rodrigues, 2024, p. 4).

As tensões que acompanham a chegada dos migrantes venezuelanos expulsos pela crise climática com intervenção humana, indicam que as cidades precisam se preparar para receber um número crescente de migrantes climáticos, planejando infraestrutura, serviços e políticas de inclusão. Isso porque, as estimativas apontam que a situação tende a piorar. As mudanças climáticas estão se tornando um fator cada vez mais importante na mobilidade humana, com potenciais impactos significativos em comunidades, economias e na estabilidade global.

Malmegrim Moraes (2025), dada a eminência do aumento dos deslocamentos dos migrantes climáticos, é urgente que governos, organizações internacionais e a sociedade civil trabalhem juntos para enfrentar os desafios da migração climática, promovendo a adaptação, a mitigação e a proteção das pessoas mais vulneráveis. Carlos recorda ainda nas suas narrativas que “muitos parentes que ficaram no

território kariña na qualidade de escravos dos garimpeiros estão se preparando para migrar. Nós os aguardaremos no sul do Brasil porque aqui não tem lugar para nós”. Da mesma forma, Cardona recorda que “o povo warao caminha sem rumo e sem direção porque ainda não aceita ficar longe do seu território e para piorar muitos outros estão a caminho e logo chegarão por aqui porque não conseguem mais sobreviver por lá”.

Briceño, Repetto e Oliveira (2024, p. 82-83), recordam que povos como “os E’ñepá de Caruto, tem sido sistematicamente expulsos de seus territórios pelas grandes empresas mineradoras que se instalaram na região para a exploração de ferro e outros minérios”. Para os/as autores/as em questão, “a contaminação da terra, das águas e dos alimentos com o uso indiscriminado de agrotóxicos tem sido expressivamente agravada com a contaminação por

mercúrio muito acima dos níveis considerados seguros”. E concluem que “em praticamente todos os territórios indígenas da Pan-amazônia, o adoecimento por mercúrio e por agrotóxicos tem sido um fator de expulsão de camponeses e indígenas para outros países”.

3. O aceleramento da crise climática e das migrações internacionais

A crise climática agravada pelas intervenções dos grupos econômicos que colocam o lucro acima de tudo, como bem reconhecia o Papa Francisco, é um acelerador de pobreza, desigualdade e sofrimentos que afetam diretamente os mais pobres e os forçam às migrações (Papa Francisco, 2015, n. 18). Na encíclica Laudato Si’, o Papa Francisco aborda as migrações como uma consequência da crise socioambiental, destacando que muitas pessoas são forçadas a deixar suas casas devido a desastres ambientais e desigualdades.

A falta de habitação é grave em muitas partes do mundo, tanto nas áreas rurais como nas grandes cidades, nomeadamente porque os orçamentos estatais em geral cobrem apenas uma pequena parte da procura. E não só os pobres, mas uma grande parte da sociedade encontra sérias dificuldades para ter uma casa própria. A propriedade da casa tem muita importância para a dignidade das pessoas e o desenvolvimento das famílias. Trata-se de uma questão central da ecologia humana. Se em um lugar concreto

já se desenvolveram aglomerados caóticos de casas precárias, trata-se primariamente de urbanizar estes bairros, não de erradicar e expulsar os habitantes. Mas, quando os pobres vivem em subúrbios poluídos ou aglomerados perigosos, no caso de ter de se proceder à sua deslocação, para não acrescentar mais sofrimento ao que já padecem, é necessário fornecer-lhes uma adequada e prévia informação, oferecer-lhes alternativas de alojamentos dignos e envolver diretamente os interessados (Papa Francisco, 2015, n. 152).

A encíclica Laudato Si' aborda o tema dos deslocados ambientais de pessoas forçadas a migrar e destaca que a questão das migrações não é apenas um problema ambiental, mas também social, econômico e político. Estes elementos podem ser observados no caso das migrações haitianas. O Haiti é um país extremamente vulnerável a eventos climáticos extremos devido à sua localização geográfica no cinturão de furacões, à forte degradação ambiental causada pelo desmatamento e à sua fragilidade socioeconômica e política. O país é frequentemente atingido por tempestades, inundações, secas e deslizamentos de terra, que exacerbam a crise humanitária ao prejudicar a infraestrutura, a segurança alimentar e a saúde pública. A combinação de desmatamento, práticas agrícolas insustentáveis e má gestão dos recursos naturais tem agravado a degradação do solo e a escassez de água no Haiti. Isso tem afetado a produção de alimentos, a segurança alimentar e a qualidade de vida da população, tornando a migração uma alternativa. Desde 2010, quando a capital do país foi praticamente destruída por um terremoto⁶⁰, o Brasil figura na rota da migração haitiana que geralmente envolve uma rota complexa, que inclui a passagem por outros países latino-americanos antes de chegar à fronteira brasileira. Os haitianos que migram enfrentam desafios como

60 Dia 12 de janeiro de 2010, às 16h53, um terremoto de 7.3 graus na escala Richter atingiu a capital do Haiti, Porto Príncipe. Com epicentro próximo à principal cidade haitiana, o sismo causou enorme destruição, matou cerca de 230 mil pessoas e deixou mais de um milhão de desabrigados. Por ser um país com histórico de corrupção, ditaduras sangrentas, violência e extrema pobreza, a tragédia gerou uma onda de solidariedade mundial. Entre os 21 brasileiros mortos, estava a médica Zilda Arns, criadora da Pastoral da Criança, organização de assistência às crianças. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/terremoto-no-haiti/noticia/terremoto-no-haiti.ghtml> Acesso em 20/08/2025.

a dificuldade de acesso a vistos, a falta de informação sobre os direitos dos imigrantes e a exploração no mercado de trabalho.

Lisboa e Borba (2022, p. 134), discorrem sobre a “feminização das migrações de haitianas para o Sul do Brasil em busca de melhores condições de vida ou para fugir de violências no país de origem”. As autoras explicam que “após fixar residência, essas mulheres iniciam a reunificação familiar”. O mesmo fenômeno pode ser observado também na Amazônia. Lisbeth vive em Manaus desde 2010 e conta que conseguiu trazer várias pessoas da sua família com a reunificação familiar:

Eu trabalho aqui no setor administrativo de uma rede de supermercados. Conseguí este trabalho por intermédio do padre Valdecir Mayer Molinari do Serviço Pastoral dos Migrantes. Ele sempre me orientou que eu poderia trazer parentes através da reunificação familiar. Então, desde 2015, quando comecei a ganhar um pouco melhor e comprar minha casa própria, a cada ano, tenho conseguido trazer vários familiares, especialmente as mulheres. Já estão aqui a minha mãe, as minhas quatro irmãs mais jovens e seus filhos. Eu tenho orgulho de ter conseguido a passagem de todas essas pessoas com o meu trabalho. Eu gosto muito do meu país, mas, neste momento, o país que tem me dado dignidade é o Brasil. Neste momento, o Brasil é o meu país e não penso em voltar para o Haiti, nem de viagem de férias. O que tenho pensado é como posso trazer mais pessoas. Tenho muitos amigos e amigas sofrendo muito no Haiti. Meus parentes vivem no Gonaives, capital do departamento de Artibonita. Essa região tem sido muito afetada por diversos furacões que devastam nossas plantações e as pessoas começam a passar muita fome. Além disso, o clima anda meio atrapalhado. Tem ano que chove demais e prejudica as plantações. Tem outros anos que quase não chove e isso também atrapalha as plantações. Todos os anos muitas pessoas vão embora do Gonaives por causa disso e elas culpam os espíritos. Mas, eu acho que não devemos culpar a Deus pela crise climática. Eu acho que somos nós mesmos que não estamos sabendo como cuidar da natureza e ela está ficando descontrolada (Entrevista n. 03, realizada Manaus – AM, em 15/05/2024 – GEIFRON/PPGSOF/UFRR)

O Brasil tem recebido um número significativo de migrantes haitianos, oferecendo algumas formas de proteção, como a solicitação de refúgio, mas ainda há desafios na inserção social, econômica e cultural desses imigrantes. Como

ocorre com os parentes e amigos da Lisbeth, a crise climática é um dos principais motores da migração forçada no Haiti.

Não muito longe do Haiti, outra ilha do caribe observa a migração forçada de milhares de pessoas também por questões climáticas. Em 2025, pela primeira vez em 10 anos, os pedidos de refúgio de cubanos ultrapassaram os de venezuelanos no Brasil, com 9.467 solicitações no primeiro trimestre, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública⁶¹.

Numa situação muito parecida com a do Haiti, a crise climática afeta Cuba há anos tem contribuído para a migração forçada. A pequena ilha do Caribe tem enfrentado sucessivos fenômenos naturais como secas, inundações e o aumento do nível do mar, que degradam a vida e os meios de subsistência das populações, afetando principalmente os camponeses. A ausência de políticas de adaptação às mudanças climáticas agravam estes impactos, forçando as pessoas a deixarem as suas casas, migrando para as cidades mais próximas ou para fora do país, em busca de segurança e condições de vida mais estáveis. Além destas causas, nos últimos anos o país tem convivido com furacões frequentes que destroem os meios de vida principalmente dos camponeses. A narrativa da jovem Deilin reforça estas análises:

Os principais produtos agrícolas de Cuba são cana-de-açúcar, tabaco e frutas como bananas e cítricos, especialmente laranjas e toranjas. Mantemos outras culturas importantes que incluem mandioca, batata, milho, arroz e feijão. Desde a revolução de 1959, o açúcar foi o pilar da economia cubana. Porém, nossa produção está sofrendo um declínio significativo nos últimos anos. Minha família produz cana-de-açúcar há mais de 60 anos. Nos últimos anos, porém, a produção começou a cair ano a ano, até não conseguirmos mais produzir nem para alimentação da família. Todos os camponeses da região de Cienfuegos, no centro-sul da ilha, foram afetados pela crise da

61 Cubanos lideram pedidos de refúgio no Brasil pela primeira vez em 10 anos. Pedidos de venezuelanos eram maioria desde 2015, mas cenário mudou em 2025, segundo dados do Painel da Migração, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. De janeiro a março deste ano, foram 9.467 solicitações de refúgio de cubanos e 5.794 pedidos feitos por venezuelanos. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2025/06/08/cubanos-lideram-pedidos-de-refugio-no-brasil-pela-primeira-vez-em-10-anos.ghtml> Acesso em 21/08/2025.

cana-de-açúcar. Durante muitas décadas fomos um centro importante para a indústria açucareira, ao redor do engenho centenário de Ciudad Caracas. Mas, desde 2010 que essa região começou o declínio na produção agrícola, afetando principalmente a cana-de-açúcar. Depois das secas prolongadas, quando viam as chuvas e a cana começava a brotar, apareciam pragas como os gafanhotos que destruíam plantações inteiras e as famílias ficavam sem nada. Nos primeiros anos o governo veio em nosso socorro, mas, depois de 2015 o governo não conseguiu mais nos socorrer porque ano após ano a situação só ia piorando. Quando não eram as secas, eram as pragas. Quando não eram as pragas eram os furacões que passavam e destruíam tudo. Em 2012 o Furacão Sandy destruiu todas as plantações. Quando começamos a nos recuperar, veio o Irma em 2017 e derrubou tudo de novo. Novamente começamos a nos reerguer e logo veio o Furacão Idalia em 2023 e causou quedas de energia e inundações no país inteiro. No ano passado (2024) veio com ventos fortes, causando mortes e destruição. Entre os furacões temos convivido com secas ou chuvas em excesso que tem comprometido principalmente o cultivo do tabaco que é a nossa segunda maior economia. Por causa disso os camponeses estão indo para as cidades e de lá tentam enviar os filhos mais jovens para outros países. Nosso destino principal era os Estados Unidos, mas, nos últimos anos não se consegue mais entrar lá. Por isso estamos buscando outros países onde temos familiares ou amigos para buscar refúgio. Eu entendo que nós somos refugiados ambientais, mas, aqui no Brasil não somos reconhecidos assim. Não tem sido fácil esses meses. Eu já estou aqui desde janeiro e ainda não consegui trabalho. Estou cogitando ir para outra região do Brasil para trabalhar na cana-de-açúcar, que é o que sei fazer (Entrevista n. 10, realizada em Boa Vista, em 15/07/2025 – GEIFRON/PPGSOF/UFRR).

A convivência com secas e inundações impactam diretamente na agricultura. Eventos climáticos extremos, agravados pelas alterações climáticas, destroem colheitas e rebanhos, comprometendo a segurança alimentar. Rosário é outra camponesa cubana que enfrenta o deslocamento climático. Ela recorda que

trabalhou “a vida inteira no cultivo do tabaco nas regiões de Pinar del Río e Vuelta Abajo” e acrescenta:

A região de onde eu venho era uma das regiões menos afetadas pelas migrações. A gente resistia o quanto podia ao deslocamento. Porém, nos últimos anos o cultivo do tabaco vem sofrendo muito com a crise climática. A produção vem caindo a cada ano e piorou muito depois da passagem do furacão que Ian atingiu toda a região oeste de Cuba em 27 de setembro de 2022. Foi um furacão terrível de categoria 3, com ventos sustentados de até 205 km/h. Causou um apagão generalizado em toda a ilha e arrastou fábricas, casas, plantações e estradas. Até hoje não conseguimos nos recuperar porque depois da passagem do Ian, o clima nunca mais foi o mesmo. Mas, os agrônomos e biólogos da região afirmam que a crise climática já vinha há mais tempo. No caso da minha comunidade, há décadas que cultivamos tabaco na mesma região. Alguns biólogos tem nos alertado que isso não faz bem ao solo. Pode ser por isso também que o cultivo tem diminuído. A verdade é que vivemos disso e precisamos encontrar formas de continuar o cultivo. Por isso, no ano passado, minha família decidiu que eu e meu irmão Sergio deveríamos migrar para trabalhar e mandar dinheiro para investir no cultivo. Meu irmão foi para a Espanha no final do ano passado e começou a trabalhar com uns amigos na região da Andaluzia no cultivo de Oliveiras. Ele enviou um pouco de dinheiro para a minha viagem. Mas, foi pouco e minha família decidiu que eu viesse para o Brasil porque a passagem era mais barata. Porém, a agência de viagens nos enganou e me deixou aqui em Boa Vista e agora não tenho dinheiro para seguir viagem até Curitiba onde vive uma prima com quem eu iria viver. Estou contando com a ajuda da Pastoral dos Migrantes para me manter aqui até conseguir mais dinheiro para a viagem (Entrevista n. 09, realizada em Boa Vista, em 03/06/2025 – GEIFRON/PPGSOF/UFRR).

Rosário tem 35 anos e já foi casada com um médico que abandonou Cuba em 2015 com a promessa de ir para Espanha e em seguida buscar a companheira. Ele contraiu muitas dívidas para pagar a viagem e simplesmente nunca mais deu notícias.

Rosário convive com o sentimento do abandono e com o trauma de não saber se seu companheiro está vivo. Ao tocar no assunto, a camponesa não consegue disfarçar o sofrimento e a angústia. As narrativas de Rosário e Deilin esclarecem a nova conjuntura dos deslocamentos compulsórios em Cuba e denunciam situações de exploração dos migrantes por grupos especializados no contrabando de migrantes e acenam, inclusive para o tráfico de pessoas nas rotas migratórias.

4. A crise climática e os deslocamentos internos no Brasil

Em uma Mesa Redonda realizada durante o VI Seminário Sociedade e Fronteiras (VI SISF) e o I Seminário Amazônico de Ações Afirmativas (I SAF)⁶², evento promovido pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima, entre os dias 12 e 14 de novembro de 2024, recolhemos várias narrativas sobre experiências de deslocamento climático no Brasil.

A Mesa Redonda intitulada Fronteiras e práticas de mobilidade humana foi realizada na tarde do primeiro dia do evento e contou com a participação de pesquisadores/as, acadêmicos/as e representantes da sociedade civil. A professora doutora Simone Mainieri Paulon (PPGSSI/UFRGS) e a pesquisadora Lorena Garcia de Colmenarez (Psicologia Social/UFRGS) apresentaram um panorama dos deslocamentos climáticos a partir da enchente do final do mês de abril e início do mês de maio de 2024, que atingiu Porto Alegre e o Vale do Taquari, causada por um volume massivo de chuva na bacia do Guaíba e resultou em um desastre natural. As pesquisadoras alertaram, porém, que as enchentes têm sido recorrentes na região nos últimos anos com inundações em diversas cidades, como São Lourenço do Sul e municípios do Vale do Caí, causando desalojamentos e danos.

Após as palestras deu início ao debate com participação de diversas pessoas que comentaram experiências de deslocamento climático em várias regiões do Brasil. Veléria Baniwa, pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas e pertencente

62 64 O evento teve como tema central “Ações Afirmativas e Diversidades no Ensino Superior em Contexto de Fronteiras” e tratou de vários temas relacionadas às migrações. Disponível em: <https://sisfufrr.wixsite.com/vsisf>. Acesso em 30/08/2025.

ao Povo Baniwa da região de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro recordou que “os eventos climáticos tem provocado inúmeras expulsões de povos indígenas da região nos últimos anos. A maioria se dirige para as periferias de Manaus e enfrentam novos eventos climáticos que colocam em risco suas vidas” (Entrevista n. 04, realizada em Boa Vista, em 12/11/2024 – GEIFRON/PPGSOF/UFRR).

A migração torna-se uma estratégia para lidar com os efeitos das mudanças climáticas, como a perda de meios de subsistência e a degradação ambiental. Ao mesmo tempo, a crise climática exacerba problemas socioeconômicos e o estresse sobre os recursos, sendo um fator crescente que impulsiona a migração, especialmente para populações vulneráveis como camponeses e indígenas. Dessa forma, é notável que as mudanças climáticas estão impulsionando deslocamentos internos no Brasil, com eventos extremos como secas e inundações forçando pessoas a deixarem suas casas. O Brasil tem se destacado como um dos países com maior número de deslocados internos por desastres relacionados ao clima nas Américas.

De norte a sul do Brasil, secas prolongadas, enchentes, ondas de calor e tempestades, intensificadas pelas mudanças climáticas, causam danos significativos às comunidades e forçam a migração. A crise climática afeta a disponibilidade de água, a produção agrícola e a pesca, tornando a subsistência em certas áreas inviável e levando ao deslocamento como o caso dos povos indígenas citado pela pesquisadora. Em uma das intervenções no debate, Nazareth explicou que acabava de se mudar para Boa Vista.

Ainda estou tentando me acostumar com esse calor permanente de Boa Vista. Eu vim morar com minha filha que é professora aqui na cidade. É uma situação difícil porque perdemos tudo que tínhamos em São Lourenço do Sul. Nos somamos às mais de 10 mil pessoas desabrigadas nos mais de 42 municípios inundados. Meu marido morreu no final de junho em decorrência de uma pneumonia que começou com a inundação. Foi tudo muito rápido e ficamos molhados e com frio uma noite inteira e parte do dia seguinte até sermos resgatados pelas equipes de socorro. Eu não gosto de lembrar porque foi muito sofrimento, sabe. Depois ficamos abrigados

em Porto Alegre até as equipes de saúde identificarem que meu marido estava muito doente. Internaram ele, mas, já era tarde demais e ele não resistiu. Eu acho que ele morreu também de tristeza por ver tudo o que nós tínhamos conquistado uma vida inteira embaixo d'água. Ele me falava “não consigo nem imaginar como ficou nossa casa”. Perdemos o parreiral e o pomar com uma variedade enorme de frutas que era a alegria das nossas netinhas quando iam daqui de férias, sabe. Não foi só a perda material, foi também humana e espiritual. A gente se quebra com uma coisa dessa. Olha, eu não desejo isso pra ninguém (Entrevista n. 05, realizada em Boa Vista, em 12/11/2024 – GEIFRON/PPGSOF/UFRR).

Na mesma linha, Renato se somou ao debate e recordou que “há uma lacuna na assistência e acolhimento de pessoas deslocadas por razões climáticas, com falta de políticas públicas específicas para essa população”. E questionou “a falta de investimento em adaptação climática e em apoio às comunidades mais vulneráveis”. Alertou também que “as técnicas de cultivo com derrubada de florestas, especialmente nas encostas tem contribuído para a degradação do solo e a desertificação, que contribuem para a perda de terras cultiváveis e o aumento da insegurança alimentar” (Entrevista n. 06, realizada em Boa Vista, em 12/11/2024 – GEIFRON/PPGSOF/UFRR).

Uma professora de biologia participava do debate e alertou que “a mudança climática e a degradação ambiental podem levar à perda de biodiversidade, afetando ecossistemas e recursos naturais importantes para a subsistência das comunidades”. Disse ainda que “é importante que os países trabalhem juntos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e ajudar as comunidades vulneráveis a se adaptarem às mudanças climáticas porque a tendência é o aumento da crise” (Entrevista n. 07, realizada em Boa Vista, em 12/11/2024 – GEIFRON/PPGSOF/UFRR).

A professora Denise que participava do evento afirmou que:

“os países desenvolvidos devem fornecer apoio financeiro e tecnológico aos países em desenvolvimento para ajudá-los a lidar com os impactos das

mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável". Para isso acontecer ela entende que "é necessário fortalecer a cooperação internacional para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e garantir que as pessoas não sejam forçadas a migrar devido a condições ambientais adversas" (Entrevista n. 08, realizada em Boa Vista, em 12/11/2024 – GEIFRON/PPGSOF/UFRR).

Ao mesmo tempo que populações inteiras são afetadas por eventos climáticos severos que empurram para a migração, Albuquerque (2022) observa que aumentaram nos últimos anos o surgimento de grupos e empresas especializadas na exploração dos migrantes deslocados compulsoriamente.

Baeninger e Jarochinski (2021, 123) observam que em movimentos como o que denominaram de "exodo venezuelano" há uma forte tendência de circulação transfronteiriça entre os países vizinhos, na chamada "migração Sul-sul" justamente por causa das restrições migratórias dos países mais ricos. Ironicamente, esses países que não querem os migrantes tendem a ter pegadas de carbono mais elevadas, enquanto as populações mais vulneráveis e pobres, que poluem menos, são as mais afetadas pelas migrações ambientais causadas pelas mudanças climáticas. O 1% mais rico da população mundial é responsável por uma quantidade desproporcional de emissões de gases de efeito estufa, o que contribui significativamente para a degradação ambiental e os danos econômicos que afetam principalmente as comunidades mais pobres⁶³.

Baettker, et al (2024), recorda que a Nova Lei de Migração brasileira, nº 13.445/2017, reconhece o migrante como sujeito de direitos, garantindo-lhe igualdade com os nacionais em todo o território brasileiro. Isso inclui o acesso a direitos sociais como educação, saúde, trabalho, moradia, entre outros, além de proteção contra discriminação. Nesse sentido, a migração climática é um

63 65 Relatório da Oxfam Brasil: O 1% mais rico do mundo emite a mesma quantidade de poluição que 5 bilhões de pessoas. Em 2019, as emissões de CO₂ do 1% mais rico da população mundial chegou a 16% das emissões totais do planeta, revela novo relatório da Oxfam Igualdade Climática: um Planeta para os 99%. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/o-1-mais-rico-do-mundo-emite-a-mesma-quantidade-de-poluicao-que-5-bilho es-de-pessoas/#>: Consultado em 30/08/2025.

elemento a mais que contribui para o deslocamento e não pode ser um fator de negação de direitos.

Em 2024 o Papa Francisco convocou toda a igreja a celebrar o Jubileu de 2025 e publicou uma Bula do Jubileu com orientações para os diversos momentos celebrativos e com orientações sobre o sentido do jubileu. Enfatiza que “ser um peregrino da esperança significa caminhar em direção à esperança”. A esperança, por sua vez, “é a luz que guia o cristão em sua jornada, mesmo diante das dificuldades” (Francisco, 2024, p. 01). Nessa perspectiva se entende que os migrantes climáticos são portadores de esperança. Ao mesmo tempo recorda que a esperança é o sentimento que transforma a pessoa em um agente de transformação. A esperança se manifesta em ações concretas de amor, solidariedade e serviço ao próximo. Na Bula do Jubileu, número 13, o Papa Francisco recorda que:

Não poderão faltar sinais de esperança em relação aos migrantes, que deixam a sua terra à procura duma vida melhor para si próprios e suas famílias. Que as suas expectativas não sejam frustradas por preconceitos e isolamentos! Ao acolhimento, que no respeito pela sua dignidade abre os braços a cada um deles, junta-se a responsabilidade, de modo que a ninguém seja negado o direito de construir um futuro melhor. A tantos exilados, deslocados e refugiados que, por acontecimentos internacionais controversos, são forçados a fugir para evitar guerras, violência e discriminação, sejam garantidos a segurança e o acesso ao trabalho e à instrução, instrumentos necessários para a sua inserção no novo contexto social. Possa a comunidade cristã estar sempre pronta a defender os direitos dos mais fracos. Generosamente abra de par em par as portas do acolhimento, para que nunca falte a ninguém a esperança duma vida melhor. Ressoe nos corações a Palavra do Senhor que, na grande parábola do juízo final (Mt 25, 35.40), disse: “Era estrangeiro e acolhestes-me”, porque “sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes” (Papa Francisco, 2025, n. 13).

Sim, o migrante é portador da esperança porque, mesmo ao enfrentar inúmeras dificuldades e desafios na busca por uma nova vida, ele confia em Deus e em

sua capacidade de superar adversidades para alcançar um futuro de felicidade e desenvolvimento, tornando-se um testemunho vivo da esperança e da resiliência humana, como destacado pelo Papa Francisco em suas mensagens sobre o tema.

Breves conclusões

De 10 a 21 de novembro de 2025, em Belém, no Pará, Brasil ocorre a trigésima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) reunindo líderes mundiais, cientistas e ativistas para discutir e buscar soluções para a crise climática. Logo, as questões relacionadas às migrações climáticas estarão em pauta.

Os principais desafios para a COP 30 no Brasil incluem acelerar a transição energética com energias renováveis, garantir financiamento climático justo e acessível, proteger os oceanos e a Amazônia diante de eventos climáticos extremos, e apresentar políticas públicas que alinhem os interesses nacionais aos objetivos globais de combate à crise climática. A COP 30 é uma oportunidade para o Brasil fortalecer seu compromisso com a sustentabilidade e a neutralidade de carbono, mas também uma chance de discutir a importância da água como eixo central nas negociações climáticas.

As migrações climáticas serão um tema importante na COP30, focando na adaptação e no deslocamento de populações devido aos efeitos do aquecimento global. A conferência brasileira, deverá analisar os desafios socioeconômicos, como a vulnerabilidade de comunidades e o racismo ambiental, e propor soluções para proteger os mais afetados pelas mudanças climáticas, especialmente em regiões como a Amazônia. Espera-se do evento que ocorram debates sobre o aumento do financiamento para adaptação e mitigação, com foco em um aumento exponencial do aporte para países mais pobres ou em desenvolvimento que é de onde são expulsos a maioria dos migrantes climáticos.

Às portas da realização da COP30, espera-se a definição de acordos mais ambiciosos e metas mais rigorosas para a redução de emissões de carbono, visando implementar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e evitar a expulsão de milhares de migrantes climáticos.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Janison Machado de. **Auditoria Social dos ‘Negócios Migratórios’ das ações de assistência emergencial e humanitária em Roraima.** Boa Vista: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – Universidade Federal de Roraima, 2022.

BAENINGER, Rosana. JAROCHINSKI, João Carlos Silva. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-sul. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 123-139.

BAETTKER, E. C., OLIVEIRA, M. M. de, & ROBERTI JUNIOR, J. P. O reconhecimento do migrante como sujeito de direitos no Brasil a partir dos desafios vivenciados na Amazônia brasileira. Caderno Pedagógico, 21(13), e11441, ano 2024.

BAUMAN, Zigmund. **Estranhos à nossa porta.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRICEÑO, Marielys Altuve, REPETTO, Maxim & OLIVEIRA, Márcia Maria de. Mapas Culturais da vida em mobilidade do grupo de indígenas E'ñepá de Caruto: análises da relação entre espaços representados e narrativas de vida de um deslocamento perpetuado no tempo. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, 13(25), 82–107. ano 2024.

DALMONEGO, C., OLIVEIRA, M. M. de, ROBERTI JUNIOR, J. P., & REIS, T. S. (2024). A corrida do ouro na Terra Indígena Yanomami: garimpo e o genocídio de Haximu. Argumentum, 16(3), 150–163.

FOLLY, Maiara; RAMOS, Erika Pires. **Climate change is already driving migration in the Brazilian Amazon** Climate Diplomacy, n. 18 – março, 2021. Disponível em: <https://climate-diplomacy.org/magazine/conflict/climate-change-already-driving-migration-br azilian-amazon>

LISBOA, Teresa; BORBA, Fernanda. Feminização das migrações haitianas, transnacionalização dos vínculos familiares e processos de violências: apontamentos para o serviço social. Gênero [Recurso Eletrônico], Niterói, RJ, v.22, n.2, jan/jun. 2022. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/64048>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MALMEGRIM MORAES, João Pedro. **Aporofobia e xenofobia nos processos**

migratórios em Roraima. Boa Vista: Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras - Universidade Federal de Roraima, 2025.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A igreja e a dimensão social da acolhida e da proteção a Migrantes e Refugiados. *Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, v.18, n.18 (2023). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos (p. 75-97).

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Scienza, 2016.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica - Laudato Si - Sobre o Cuidado da Casa Comum - Documentos Pontifícios 22**. Brasília: Edições CNBB, 2015.

_____. **Spes non confundit - Bula de proclamação do Jubileu Ordinário 2025 - Documentos Pontifícios 63**. Brasília: Edições CNBB, 2025.

QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. 100^a Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. Imigração ou os paradoxos da alteridade. Prefácio de Pierre Bourdieu; tradução Cristina Muracho. São Paulo, Edusp, 1998.



“No Brasil, o UNICEF tem apoiado governos municipais, estaduais e federal na formulação de políticas e protocolos que garantam a continuidade da aprendizagem, mesmo em contextos de emergência.”

Educação em Emergências no Brasil: o Papel do UNICEF como Indutor de Políticas Públicas Educacionais Resilientes

Mônica Pinto⁶⁴, Cynthia Elena Ramos⁶⁵

Diferentemente da pandemia de COVID-19, que pegou o mundo de surpresa, os eventos climáticos extremos já eram previstos pelos cientistas há muitos anos e, infelizmente, já se manifestam, recorrentemente, em nosso cotidiano. Eles não são mais apenas uma possibilidade, mas uma realidade, demandam o desenvolvimento de respostas globais, bem como de políticas públicas em nível local.

Portanto, na esfera educacional, o governo federal, as redes de ensino, os gestores e os profissionais de educação devem considerar como prioridade o desenvolvimento de protocolos, a readequação da infraestrutura e a formação

⁶⁴ Chefe da Educação em Emergências UNICEF Brasil

⁶⁵ Coordenadora de Educação em Emergências UNICEF Brasil

profissional para lidar com esse fenômeno como uma prioridade. O UNICEF tem atuado nesse cenário contribuindo para o desenvolvimento de capacidades institucionais em todo o mundo. Nesse sentido, é essencial a leitura do estudo *Learning Interrupted: Climate as a driver of disruption in humanitarian contexts - A 2024 snapshot of climate-related school disruptions*⁶⁶ lançado este ano, que analisa o impacto dramático das mudanças climáticas na vida escolar de mais de 242 milhões de estudantes em 2024.

No Brasil, o UNICEF tem apoiado governos municipais, estaduais e federal na formulação de políticas e protocolos que garantam a continuidade da aprendizagem, mesmo em contextos de emergência. O Brasil tem enfrentado, com crescente frequência e intensidade, eventos climáticos extremos que afetam o cotidiano de milhões de pessoas. As enchentes no Rio Grande do Sul ocorridas de forma devastadora há cerca de um ano e as prolongadas secas na região amazônica registradas em 2023 e 2024 são exemplos claros de como as emergências climáticas vêm se tornando cada vez mais recorrentes — e inevitáveis.

Infelizmente evidencia-se, nessas situações, que os impactos mais severos sempre recaem, de maneira mais cruel, sobre crianças e adolescentes, em especial aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social: migrantes, indígenas, com deficiências, pertencentes a comunidades periféricas. Importante destacar que, quase sempre, e de forma mais severa, são as meninas as mais impactadas. O fechamento das escolas, seja temporário ou por longos períodos, gera perdas educacionais para essas crianças e adolescentes, mas também a ampliação de episódios de violência e a ocorrência de distintos fenômenos que impactam questões psicoemocionais. Todo esse contexto de crises e desastres ambientais acaba criando um cenário ainda mais desafiador, afetando o pleno desenvolvimento de populações já estruturalmente vulnerabilizadas.

66 Disponível em: <https://knowledge.unicef.org/social-and-behavior-change/resource/learning-interrupted-climate-driver-disruption-humanitarian-contexts-2024-snapshot-climate>

É nesse contexto que o UNICEF, que atua sempre voltado à promoção dos direitos de crianças e adolescentes, assume um papel fundamental como impulsor do desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas educacionais no Brasil. Nossa compromisso vai além da viabilização da resposta emergencial: atuamos no *advocacy* e na colaboração técnica para a estruturação de um sistema educacional mais resiliente, capaz de antecipar, absorver e se adaptar aos impactos das emergências, reduzindo ao máximo os efeitos negativos ao direito à educação (acesso, permanência e aprendizagem).

A interrupção das aulas no território brasileiro — como ocorre nas enchentes ou em episódios de deslizamento — revela o quanto o sistema educacional brasileiro ainda é frágil e vulnerável a eventos externos, apresentando, em muitos casos, dificuldades estruturais, para que a retomada da oferta dos serviços educacionais, com qualidade, ocorra de forma ágil e isonômica, para todas as crianças e adolescentes. As dificuldades enfrentadas por inúmeras Redes de Ensino e escolas para reorganizar seu funcionamento após determinados desastres, a ausência de planos de contingência, de infraestrutura escolar resiliente e de suporte psicossocial adequado para a comunidade escolar são questões chave a serem superadas, para que seja possível diminuir os riscos para meninos e meninas e garantir sua proteção e pleno desenvolvimento.

Assim, o UNICEF tem trabalhado para mudar essa realidade, promovendo a inclusão da abordagem de educação em emergências nos planejamentos educacionais, reforçando a importância de escolas resilientes ao clima, seguras e acolhedoras. Que a retomada do funcionamento das escolas e de suas atividades seja sempre priorizada, somado às ações adicionais de apoio à comunidade escolar, demandadas durante processos provocados por crises climáticas. Criar um ambiente escolar mais protetor significa garantir não apenas uma infraestrutura física segura, mas também relações humanas empáticas e preparadas para acolher os traumas que emergências causam. Gestores, professores e funcionários precisam de apoio emocional e formação continuada para lidar com situações de crise, enquanto que alunos e suas famílias também precisam sentir-se protegidos e acolhidos.

Em parceria com importantes atores dos setores público e social, o UNICEF tem desenvolvido estratégias, materiais de apoio e ações para sensibilização e

capacitação de profissionais de educação. Além disso, o UNICEF tem divulgado constantemente orientações, para o melhor uso de uma série de ferramentas já desenvolvidas, que promovem o direito à educação, a inclusão na escola, a permanência na sala de aula, uma educação de qualidade e o estímulo para a recuperação de perdas de aprendizagem, considerando aspectos culturais, necessidades específicas e contextos extraordinários. Vale destacar a Busca Ativa Escolar, uma iniciativa do UNICEF com a UNDIME Nacional, que apoia municípios e estados na rematrícula de crianças e adolescentes.

Seguimos, com muitos parceiros como o Ministério da Educação, o CONGEMAS, o CONASEMS, a ATRICON e o Ministério Público investindo na incorporação dessa e de outras iniciativas por mais e mais gestores educacionais. Com estes e outros interlocutores, estamos somando esforços para desenvolver subsídios para a elaboração de planos de contingência educacional, de protocolos de proteção e de propostas de formação de professores e gestores para o enfrentamento de emergências climáticas, sua prevenção e seus efeitos. Importante destacar que essa ação implica no fortalecimento de mecanismos intersetoriais, que integrem educação, assistência social, saúde e defesa civil. Somente dessa forma é possível garantir uma resposta articulada e eficaz, que assegure que crianças e adolescentes continuem seus estudos.

O UNICEF defende que o direito à educação deve ser priorizado e mantido, mesmo em contextos de emergências. No presente e no futuro, a resiliência educacional não é e não será mais uma possibilidade, mas sim uma dimensão mandatária dos Sistemas de Ensino, para garantir proteção e desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.



"A questão não é se haverá novos deslocamentos forçados associados a razões climáticas ou ambientais. A questão é se nós, coletivamente, faremos as escolhas necessárias para que recomeçar deixe de ser um ciclo interminável de perdas."

Mudanças climáticas e deslocamento forçado: Reflexões rumo à COP30 no Brasil

Davide Torzilli

Introdução

Claudine⁶⁷ nasceu em Les Cayes, no departamento de Sud, Haiti. Tempestades tropicais, chuvas intensas, inundações e deslizamentos de terras fazem parte de suas lembranças de infância e adolescência. A degradação ambiental crescente, a topografia montanhosa e a localização da Península de Tiburon, onde cresceu, historicamente favoreceram a vulnerabilidade da região a desastres.

No imaginário dos mais jovens, as impressões deixadas a partir dos relatos dos mais velhos sobre um furacão devastador ocorrido nos anos 1960 - Furacão Cleo (1964) -, e seus impactos na Península e na vida das pessoas.

⁶⁷ Nome fictício para preservar a identidade.

Em 2016, esse imaginário se transforma em realidade com a chegada do Furacão Matthew, um dos mais destrutivos da história recente do Caribe⁶⁸. O Haiti foi o país mais afetado, especialmente a região onde vivia Claudine. Cidades inteiras foram arrasadas, cerca de 80% das plantações destruídas, e a principal ponte que conectava o sul ao restante do país foi levada pelas águas, dificultando o acesso à ajuda humanitária. Mais de 800 pessoas perderam a vida, e aproximadamente 1,4 milhão se viram em situação de emergência⁶⁹ — inclusive Claudine e seus dois filhos, à época crianças.

Infraestrutura precária, falta de mecanismos de preparação a desastres — como abrigos adequados, sistemas de alerta, e estratégias logísticas de evacuação — resultaram em enormes dificuldades na resposta emergencial ao desastre. Claudine perdeu familiares, entes queridos, casa. O cenário devastado pelo Furacão, associado à crescente violência resultante da atuação de grupos armados e instabilidades políticas, levaram Claudine a entender que precisava sair do país em busca de segurança, melhores condições de recomeço, e de construção de futuro para seus filhos.

Em dezembro de 2016, após uma longa e arriscada jornada, Claudine chega ao Brasil. A partir de referências familiares e comunitárias, e de oportunidade de trabalho no setor frigorífico, decide se estabelecer em Encantado, no Rio Grande do Sul, em um bairro às margens do rio Taquari.

A partir das vivências anteriores no Haiti, as inundações sazonais no Vale do Taquari lhe eram familiares. No entanto, após sete anos em Encantado, as enchentes começaram a se intensificar — aumentando em frequência, abrangência e intensidade. Em setembro de 2023, Claudine passa a vivenciar uma sequência de impactos diretos. Inicialmente, perde parte dos móveis e bens, mas, com a ajuda de vizinhos, consegue salvar alguns eletrodomésticos e itens essenciais, abrigando-os no andar superior da casa. E, antes que pudesse recuperar o que foi perdido,

68 GALLEGOS, Sergio. Furacão Matthew: Registros, Impacto e Devastação. Meteorologia em Rede. Disponível em: <https://pt.meteorologiaenred.com/5-recordes-quebrados-pelo-furac%C3%A3o-matthew.html>. Acesso em: 13 out. 2025.

69 Idem.

nova enchente e novas perdas ocorriam, de forma inesperada, progressivamente agravando a situação da família.

Até que, em maio de 2024, a água atinge o segundo andar da casa, ultrapassando o teto com uma força nunca antes vista. Tudo o que restava — móveis, bens, telhado e quase todas as paredes — foi levado. Claudine e seus filhos sobreviveram. Perder tudo. De novo. E recomeçar. Mas como, e onde? Inicia-se aí um novo ciclo de deslocamento forçado — desta vez, dentro do Rio Grande do Sul.

Impactos das mudanças climáticas sobre populações refugiadas e outras deslocadas forçadas

A crise climática impacta diretamente as dinâmicas de deslocamento humano, e afeta desproporcionalmente as pessoas deslocadas forçadas — dentre outras. A forma como você a vivencia depende de quem você é, e de onde você vive. Vulnerabilidades pré-existentes são agravadas e novos riscos surgem durante o deslocamento, especialmente para crianças, pessoas idosas, povos e comunidades tradicionais, mulheres, e outras pessoas com necessidades específicas.

A recente emergência no Rio Grande do Sul causada pelas graves inundações e deslizamentos de terra trouxe à tona a urgência de se repensar as estratégias de adaptação, redução de riscos e resposta a desastres, e mitigação dos efeitos adversos das mudanças climáticas. E, nesse contexto, a necessidade de se ter especial atenção às populações menos resilientes a esses eventos climáticos e que, por consequência, tendem a ser desproporcionalmente afetadas.

O relatório “Sem Escapatória: Na Linha de Frente do Clima, Conflito e Deslocamento Forçado”⁷⁰, publicado na COP29⁷¹ pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), revela como eventos climáticos extremos, vulnerabilidades pré-existentes, conflitos e deslocamento forçado estão

70 ACNUR. Sem escapatória: na linha de frente das mudanças climáticas, conflitos e deslocamento forçado. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org.br/media/sem-escapatoria-na-linha-de-frente-das-mudancas-climaticas-conflitos-e-deslocamento-forcado>. Acesso em: 13 out. 2025.

71 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

cada vez mais interligados, criando um ciclo que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Pessoas forçadas a fugir de suas casas — e as comunidades que as acolhem — estão frequentemente na linha de frente de eventos climáticos extremos e desastres socioambientais. Chuvas sem precedentes interrompem ciclos agrícolas, alagam terras férteis, destroem casas e estradas. Tempestades e ciclones se tornam mais devastadores, enquanto inundações e secas prolongadas se intensificam e se tornam cada vez mais comuns. Esses eventos não apenas agravam a situação de quem já vive em condições de maior vulnerabilidade e menor resiliência, mas também aumentam o risco de novos deslocamentos.

Dos mais de 120 milhões de pessoas deslocadas à força no mundo, cerca de 90 milhões — ou três em cada quatro — vivem em países com alta ou extrema exposição a riscos climáticos, como Haiti, Etiópia, Síria, Sudão e Mianmar. Metade dessas pessoas vive em contextos marcados tanto por conflitos quanto por ameaças climáticas severas, como é o caso da República Democrática do Congo, Iêmen e Somália. Em 2023, 42 dos 45 países que relataram deslocamentos por conflito também enfrentaram deslocamentos causados por desastres socioambientais, comprometendo a capacidade dos Estados de proteger a vida e segurança das pessoas, e investir em preparação, adaptação e mitigação.⁷²

Os dados mostram que a situação está se agravando. Até 2040, o número de países enfrentando riscos climáticos extremos deve subir de 3 para 65, e, destes, muitos já abrigam grande número de populações deslocadas. Até 2050, a maioria dos assentamentos e campos de refugiados deverá enfrentar o dobro de dias com calor perigoso em comparação com o mapeado em 2024.⁷³ À medida que os eventos climáticos extremos afetam tanto os locais de origem quanto os destinos, as pessoas deslocadas forçadas têm cada vez menos lugares seguros para ir.

Nas Américas, os impactos das mudanças climáticas estão afetando de forma crescente pessoas que já vivem em situação de deslocamento forçado. A região enfrenta uma realidade complexa, onde os riscos climáticos se somam a violência,

72 ACNUR, Op. cit.

73 ACNUR, Op. cit.

insegurança, desigualdade e falta de oportunidades socioeconômicas, gerando deslocamentos em escala sem precedentes.

A América Latina e o Caribe são a segunda região do mundo mais exposta a eventos climáticos extremos, atrás apenas da Ásia⁷⁴, e os vínculos entre mudança climática e deslocamento forçado são cada vez mais evidentes. Segundo o Relatório Global de Deslocamento Interno 2024 (GRID 2024), publicado pelo IDMC (Internal Displacement Monitoring Centre), a região registrou uma média anual de mais de 2,4 milhões de deslocamentos internos na última década, principalmente em decorrência de riscos climáticos⁷⁵. Em junho de 2024, cerca de 86% dos solicitantes de asilo, refugiados e apátridas na região viviam em países altamente vulneráveis a perturbações climáticas, com capacidade limitada de resposta e mitigação⁷⁶.

Para as pessoas refugiadas e outras populações deslocadas forçadas, a vida já é marcada por desafios diários – como nos relata Claudine. Muitas vivem em abrigos ou habitações precárias ou sem disponibilidade adequada de infraestrutura urbana, ou em áreas sujeitas a riscos climáticos agravados. Sem recursos financeiros suficientes, acesso limitado a serviços essenciais, e apoio institucional robusto, essas pessoas não conseguem se preparar ou se recuperar de inundações, secas prolongadas, furacões e ciclones, dentre outros.

Em alguns contextos, os impactos climáticos agravam disputas por recursos naturais já escassos, enfraquecem a coesão social e aprofundam desigualdades. A exposição a eventos climáticos extremos pode também contribuir para novos conflitos e perseguições — fatores que impulsionam movimentos de deslocamento

74 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutrição 2024. Brasília: ONU Brasil, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/288509-onu-eventos-clim%C3%A1ticos-extremos-afetam-seguran%C3%A7a-alimentar-de-74-dos-pa%C3%ADses-da-am%C3%A9rica>. Acesso em: 13 out. 2025.

75 IDMC. Relatório Global de Deslocamento Interno 2024 (GRID 2024). Genebra: Internal Displacement Monitoring Centre, 2024. Disponível em: <https://disasterdisplacement.org/resource/grid-2024/>. Acesso em: 13 out. 2025.

76 ACNUR. Cambio climático y desplazamiento forzado en las Américas. Genebra: Agência da ONU para Refugiados, 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/sites/default/files/2024-06/cambio-climatico-y-desplazamiento-forzado-en-las-americas_J%20UN_2024.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

forçado interno nos países, ou mesmo transfronteiriços. Para países mais frágeis, incluindo aqueles afetados por graves violências e conflitos, a crise climática representa, portanto, uma nova e crescente injustiça.

Soluções existem, mas exigem ação urgente

É urgente integrar a ação climática às respostas humanitárias e de proteção, reconhecendo que não há escapatória para quem vive na intersecção entre clima, conflito, violências e deslocamento forçado. Esse cenário exige uma abordagem específica e inclusiva, que conecte respostas humanitárias com ações de mitigação, adaptação, construção de resiliência e medidas de redução de riscos de desastres, garantindo que ninguém seja deixado para trás. Para enfrentar esses desafios, é essencial que as estratégias climáticas adotadas em níveis global, regional e nacional considerem as pessoas deslocadas forçadas como parte da solução — e não apenas como vítimas —, além de visibilizar e endereçar os impactos gerados por eventos climáticos extremos e desastres socioambientais.

É fundamental reconhecer que soluções eficazes já existem, mas sua implementação exige ação imediata e investimentos direcionados. Preparar comunidades para desastres climáticos salva vidas e contribui para a construção de um futuro mais seguro e sustentável. Sem medidas concretas para reduzir riscos e fortalecer a preparação, as mudanças climáticas continuarão a agravar vulnerabilidades já existentes, com consequências devastadoras para milhões de pessoas.

Os dados revelam uma disparidade alarmante: entre 2014 e 2021, Estados extremamente frágeis receberam apenas US\$ 2,10 por pessoa ao ano em financiamento para adaptação, enquanto países não frágeis receberam, em média, US\$ 161 por pessoa⁷⁷. Isto significa que as comunidades menos responsáveis pelas emissões de carbono estão pagando o preço mais alto. Evitar os piores cenários é possível — desde que haja mais financiamento e esforços concentrados na construção de resiliência onde as necessidades são maiores. Essa resiliência precisa ser integrada a todos os setores da sociedade, protegendo não apenas indivíduos, mas também economias e sistemas sociais, incluindo saúde, alimentação, moradia, segurança e trabalho.

Refugiados, deslocados forçados, e comunidades anfitriãs, em especial, necessitam de soluções concretas e adaptadas às suas realidades. Isso inclui abrigos e moradias resilientes a eventos climáticos extremos ou locais seguros para evacuação, agricultura adaptada com cultivos tolerantes à seca e inundações, e acesso sustentável a água, saneamento e energia — especialmente em áreas remotas ou marginalizadas.

Investir em preparação para desastres também gera benefícios econômicos, sociais e ambientais, melhorando o bem-estar e a resiliência dessas populações. Dados do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR) reforçam a importância desses investimentos: cada dólar aplicado em infraestrutura resiliente — como eletricidade, água e saneamento — em países de baixa e média renda gera até quatro dólares em benefícios⁷⁸.

É fundamental, ainda, que estratégias climáticas, como os planos nacionais de adaptação, incluam medidas relacionadas à prevenção e resposta ao deslocamento forçado decorrente dos efeitos adversos das mudanças do clima, e sejam inclusivos quanto às pessoas refugiadas e outras em deslocamento forçado, garantindo que suas necessidades sejam consideradas desde o planejamento até a implementação.

Em sentido semelhante, é necessário que refugiados e outras pessoas deslocadas sejam incluídos nos mecanismos de compensação quanto às perdas e danos sofridos, garantindo que não fiquem à margem das respostas institucionais.

As ações de mitigação também podem gerar benefícios adicionais para comunidades deslocadas. Ampliar o acesso à energia renovável, por exemplo, contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa e, ao mesmo tempo, promove adaptação e proteção, melhorando a qualidade de vida dessas populações.

A urgência é clara. As soluções estão ao nosso alcance, mas é preciso vontade política, financiamento adequado e compromisso com a justiça climática para garantir que sobretudo as populações mais vulneráveis, incluindo aquelas em deslocamento forçado, tenham os recursos necessários para enfrentar as mudanças do clima.

78 UNDRR. Financiamiento. Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres. Disponível em: <https://www.undrr.org/es/sobre-undrr/financiamiento>. Acesso em: 12 out. 2025.

Avanços nas negociações sobre mudanças climáticas, desastres e deslocamento forçado na América Latina e Caribe

A Declaração e Plano de Ação do Chile 2024–2034 (PAC) – Cartagena+40⁷⁹, marcos regionais recentes adotados pelos países da América Latina e do Caribe, apresentam uma estratégia de dez anos estruturada em três capítulos temáticos — Proteção, Soluções e Deslocamento por Desastres —, e incluem 101 ações concretas voltadas a proteção e soluções para refugiados, pessoas deslocadas e apátridas na região.

O PAC traz uma inovação importante: um capítulo dedicado (Capítulo 3 – “Proteção em Situações de Deslocamento Forçado devido a Desastres”) a abordar, de forma abrangente, o deslocamento no contexto de desastres e dos efeitos adversos das mudanças climáticas. Ao enquadurar a questão sob uma perspectiva de proteção, reconhecendo o impacto crescente dos fatores ambientais e climáticos sobre o deslocamento, e também a necessidade de respostas jurídicas e políticas abrangentes, o Plano representa importante avanço regional.

A importância dessa abordagem regional foi recentemente reafirmada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que emitiu a *Opinião Consultiva 32/25 sobre Emergência Climática e Direitos Humanos* (OC 32/25 da Corte IDH)⁸⁰, a pedido da Colômbia e do Chile. Conforme destacado pela Corte, os Estados têm a obrigação de estabelecer marcos de proteção para pessoas deslocadas por desastres e impactos relacionados ao clima, fazendo referência explícita ao PAC e ao princípio da não devolução (*non-refoulement*). A Corte também reconhece a possibilidade de proteção internacional sob o status de refugiado ou proteção complementar nesses contextos.⁸¹

79 CARTAGENA+40. Declaração e Plano de Ação do Chile 2024–2034. Santiago: ACNUR, 2024. Disponível em: https://www.acnur.org/sites/default/files/2024-12/Declaracao_e_plano_de_acao_do_Chile_POR.pdf. Acesso em: 11 out. 2025.

80 CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Opinião Consultiva OC-32/25 sobre Emergência Climática e Direitos Humanos. San José: Corte IDH, 2025. Disponível em: <https://corteidh.or.cr/tabelas/OC-32-2025/>. Acesso em: 12 out. 2025

81 CORTE IDH. Opinião Consultiva OC-32/25, §433.

Vale destacar, ainda, que o PAC funciona como a aplicação regional do *Pacto Global sobre Refugiados* (2018)⁸² e, nesse contexto, oferece uma plataforma significativa para o avanço da implementação do *Compromisso Multissetorial sobre Ação Climática adotado no II Fórum Global sobre Refugiados* (2023)⁸³.

Um dos principais objetivos transversais do PAC é fomentar sinergias, coordenação e complementaridade com outros mecanismos globais e sub-regionais que tratam de questões relacionadas. Nesse contexto, a COP30 representa uma oportunidade estratégica para os países da América Latina e do Caribe explorarem como as ações do PAC se conectam com a agenda climática, e aprofundarem a cooperação. O PAC, por sua vez, oferece um marco regional multilateral e coerente, bem alinhado com os esforços de ação climática.

O PAC revela, ainda, forte alinhamento com os princípios orientadores da Presidência da COP30 (ver Quarta Carta da Presidência, de 20 de junho de 2025⁸⁴). Reconhecendo que os efeitos adversos das mudanças climáticas e dos desastres estão agravando as múltiplas causas de deslocamento — com impacto humanitário desproporcional sobre os mais pobres e vulneráveis da América Latina e do Caribe — e comprometendo o alcance do desenvolvimento sustentável e de soluções duradouras, o PAC promove uma abordagem regional e solidária para enfrentar o deslocamento agravado por múltiplas causas, incluindo os impactos adversos das mudanças climáticas, a degradação ambiental e os desastres, com atenção também às necessidades específicas das comunidades de acolhida.

82 ONU. Pacto Global sobre Refugiados. Nova York: ONU, 2018. Disponível em: <https://www.unhcr.org/sites/default/files/legacy-pdf/5b3633267.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

83 ACNUR. Compromisso Multissetorial sobre Ação Climática. Adotado no II Fórum Global sobre Refugiados, Genebra, 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/about-unhcr/overview/global-compact-refugees/global-refugee-forum>. Acesso em: 12 out. 2025.

84 BRASIL. Presidência da COP30. Quarta Carta da Presidência da COP30. Belém: COP30, 2025. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/cartas-da-presidencia/quarta-carta-da-presidencia-brasileira>. Acesso em: 10 out. 2025.

Para avançar na implementação da *Plataforma de Apoio Múltiplo (MSP) sobre Ação Climática*⁸⁵, lançada no II Fórum Global sobre Refugiados, foi estabelecida como meta para 2027 a melhoria do acesso à ação climática (incluindo capacitação e financiamento) para países e comunidades de acolhida em contextos vulneráveis ao clima, e afetados por conflitos. Reconhecendo os benefícios da ação climática para os direitos humanos e a paz, esse compromisso também reforça a complementaridade com outros compromissos multi-atores do II Fórum Global sobre Refugiados que incorporaram a ação climática (incluindo aqueles sobre Agricultura, Habitação, Terra e Propriedade, Assentamentos Humanos e Construção da Paz), criando uma ponte com os objetivos centrais da COP30 para alcançar o *Mutirão Global* contra as mudanças climáticas⁸⁶.

Sob essa perspectiva, e em conformidade com o Artigo 7 (parágrafos 1 e 2) do Acordo de Paris⁸⁷, o Capítulo III do PAC pode contribuir para aumentar a capacidade adaptativa, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas. Isto, por sua vez, apoia o desenvolvimento sustentável por meio de uma resposta de longo prazo às mudanças climáticas, “para proteger pessoas, meios de subsistência e ecossistemas”. Ao mesmo tempo, pode avançar os objetivos delineados no Artigo 2 (parágrafo 1c) do Acordo de Paris: “Tornar os fluxos financeiros consistentes com um caminho rumo a baixas emissões de gases de efeito estufa e ao desenvolvimento resiliente ao clima”, destacando a necessidade de acelerar significativamente a mobilização de financiamento climático para adaptação e resiliência, a fim de enfrentar os impactos climáticos sobre os mais vulneráveis.

85 ACNUR. Plataforma de Apoio Múltiplo sobre Ação Climática. Lançada no Fórum Global sobre Refugiados, Genebra, 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/multistakeholder-climate-action-pledge> . Acesso em: 10 out. 2025.

86 BRASIL. Presidência da COP30. Mutirão Global contra as mudanças climáticas. Belém: COP30, 2025. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/presidencia-da-cop30/mutirao-cop30>. Acesso em: 09 out. 2025.

87 BRASIL. Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017. Promulga o Acordo de Paris, adotado em 12 de dezembro de 2015, durante a 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Diário Oficial da União: seção 1, p. 3, 6 jun. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9073.htm . Acesso em: 10 out. 2025.

Há sinergias adicionais entre o PAC e a Agenda de Ação Climática que oferecem uma base sólida para coordenação mais profunda e implementação mais eficaz de ambos os instrumentos⁸⁸. A Agenda de Ação destaca o papel dos atores não estatais no avanço dos objetivos do Acordo de Paris, enquanto o PAC reflete isso por meio de uma abordagem de toda a sociedade. A carta da Presidência enfatiza a importância de aumentar a ambição, inclusive por meio da coordenação com outros processos intergovernamentais — um princípio transversal também incorporado ao PAC, que promove coordenação e alinhamento com mecanismos globais, regionais e sub-regionais.

Por fim, o PAC reforça sua ligação estreita com a COP30 ao citar precedentes relevantes para tratar do deslocamento no contexto de desastres e mudanças climáticas, e se alinha com o objetivo da Agenda de Ação de passar da complementação das negociações para a implementação ativa dos resultados. Essa determinação compartilhada de passar das palavras à ação estabelece uma base comum sólida entre ambos os processos.

O papel do ACNUR rumo à COP30: colaboração, proteção e ação climática

A COP30 no Brasil representa uma oportunidade histórica para colocar as populações deslocadas e as comunidades anfitriãs ao centro das decisões climáticas. É essencial incluir suas vozes e necessidades específicas nas discussões sobre financiamento e políticas climáticas. A participação significativa e eficaz dessas populações não é apenas desejável — é um direito.

A tomada de decisões climáticas nas negociações da COP30 deve ser conduzida de forma transparente, inclusiva e responsável, especialmente em relação às pessoas mais afetadas e vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas.

Atualmente, apenas 24 dos 60 Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) e 25 das 166 Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) incluem disposições

88 Como pontos de convergência de destaque entre a Agenda de Ação da COP30 e o PAC, ver especialmente os eixos temáticos IV (Objetivo 11), V (Objetivos 18 e 19), VI (Objetivos 20, 21, 26, 28 e 30).

concretas sobre deslocamento no contexto das mudanças climáticas e desastres, e sobre pessoas refugiadas e outras deslocadas forçadas — um sinal claro de que ainda há muito a se avançar⁸⁹.

Sem um aumento significativo no financiamento climático acessível, haverá sofrimento em larga escala e necessidades esmagadoras — e muitas pessoas deslocadas poderão ser forçadas a se mover novamente. Por isso, é essencial construir resiliência e adaptação climática com e para pessoas forçadamente deslocadas, especialmente em situações prolongadas. Isso inclui a inclusão em estratégias de adaptação e em soluções inovadoras. Além da inclusão, é fundamental proteger as pessoas deslocadas diante dos impactos das mudanças climáticas e desastres, aplicando os instrumentos legais existentes do direito internacional dos refugiados e dos direitos humanos.

A ação climática também deve ser integrada às atividades centrais do ACNUR, como a construção de abrigos resilientes ao clima com materiais locais e sustentáveis, além da redução da pegada de carbono por meio da solarização de instalações e da adoção de cadeias de suprimentos mais ecológicas — inclusive nos Itens de Socorro Essenciais (*CRIs*).

Por fim, é urgente acelerar a redução das emissões de carbono para evitar o aumento das temperaturas globais e prevenir ou minimizar o deslocamento forçado.

O engajamento do ACNUR nos processos da Convenção do Clima rumo à COP30, é colaborativo e alinhado às mensagens principais das Nações Unidas, lideradas pelo Secretário-Geral da ONU. Ao mesmo tempo, o ACNUR contribui com sua perspectiva e expertise específicas, em conformidade com seu mandato centrado no deslocamento forçado e na proteção internacional.

Nos preparativos para a COP30, o ACNUR tem concentrado esforços em trabalhar com parceiros estratégicos do governo, da sociedade civil – como o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) -, redes acadêmicas – como a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSV) e a Rede Sul-Americana para as Migrações Ambientais (RESAMA) -, setor privado – como o Fórum de Empresas com Refugiados -, organizações comunitárias – como a Mawon

-, agências e fundos das Nações Unidas, e com as próprias pessoas deslocadas forçadas, para garantir que suas preocupações sejam incluídas nos principais eixos de trabalho da agenda climática. Isto inclui, especialmente, temas de perdas e danos associados aos efeitos adversos das mudanças climáticas, e de adaptação, com foco na redução de vulnerabilidades e no fortalecimento da resiliência frente aos impactos previsíveis.

Essa atuação inclui o engajamento contínuo como observador nas reuniões do conselho responsável pela criação do Fundo de Resposta a Perdas e Danos⁹⁰, bem como na Rede Santiago⁹¹, que visa catalisar assistência técnica para países em desenvolvimento vulneráveis ao clima. Além disso, como membro da *Força-Tarefa sobre Deslocamento do Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre Perdas e Danos*⁹², o ACNUR co-liderou o desenvolvimento de orientações técnicas da UNFCCC para os Estados Partes, abordando três áreas fundamentais: a inclusão da mobilidade humana nos instrumentos nacionais de planejamento, especialmente nos NAPs; o tratamento da mobilidade humana no contexto das perdas não econômicas; e o financiamento para respostas relacionadas à mobilidade humana no contexto de perdas e danos.

O ACNUR seguirá também comprometido em fortalecer as sinergias entre o PAC, a Agenda de Ação Climática da COP30, o Plano Clima⁹³ e demais políticas climáticas e de prevenção e resposta a desastres, destacando como os programas e ações do PAC — em conjunto com a Opinião Consultiva da Corte IDH e os compromissos assumidos no Fórum Global sobre Refugiados — estão alinhados

90 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Fundo de perdas e danos é aprovado no primeiro dia da COP28. Brasília: MMA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/cop28-aprova-fundo-para-perdas-e-danos>. Acesso em: 12 out. 2025

91 CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. Santiago Network. Bonn: UNFCCC, 2024. Disponível em: <https://unfccc.int/santiago-network>. Acesso em: 11 out. 2025.

92 CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. Task Force on Displacement – Warsaw International Mechanism for Loss and Damage. Bonn: UNFCCC, 2025. Disponível em: <https://unfccc.int/process/bodies/constituted-bodies/WIMExCom/TFD>. Acesso em: 11 out. 2025

93 95 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Plano Clima. Brasília: MMA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima>. Acesso em: 08 out. 2025.

e contribuem diretamente para o Mutirão Global contra as mudanças climáticas. Essa convergência reforça a importância de integrar a proteção de pessoas deslocadas à resposta climática internacional.

Para viabilizar a implementação do PAC, o ACNUR seguirá atuando na mobilização de apoio financeiro e técnico, envolvendo fundos climáticos multilaterais, entidades credenciadas — como os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento — e organizações não governamentais comprometidas com a inclusão de populações vulneráveis, como refugiados e pessoas deslocadas à força, em suas agendas de ação climática. Essa mobilização está em conformidade com os princípios do Balanço Global sobre Financiamento (*GST on Finance*), que orienta os esforços internacionais para garantir recursos adequados e acessíveis.

Com base em sua presença operacional em mais de 130 países e sua experiência em contextos de crise, o ACNUR está comprometido em contribuir para que a ação climática global seja mais inclusiva, eficaz e centrada nas pessoas. A COP30 é uma oportunidade crucial para garantir que os direitos, as necessidades e as soluções das populações deslocadas estejam ao centro das decisões climáticas — e o ACNUR continuará a trabalhar para que essa visão se torne realidade.

Claudine e o futuro que escolhemos construir

Claudine perdeu tudo. Duas vezes. Em dois países diferentes. Entre o Furacão Matthew no Haiti, em 2016, e as enchentes devastadoras no Rio Grande do Sul, em 2024, ela carregou consigo seus dois filhos, a esperança de recomeço, e a pergunta que ecoa em milhões de vidas deslocadas pelo mundo: até quando será preciso recomeçar?

A resposta não está apenas nas mãos de Claudine. Está nas decisões que tomaremos — ou deixaremos de tomar — nas salas de negociação da COP30, nos parlamentos nacionais, nos conselhos municipais, nas empresas, nas universidades, nas comunidades, e em cada espaço onde se decide ou se incide sobre o futuro climático do planeta.

Este texto começou com uma história pessoal porque os números, por mais alarmantes que sejam, não carregam o peso do que significa perder tudo

duas vezes. Mas termina com um chamado coletivo: as soluções existem, os instrumentos estão desenhados, os caminhos estão mapeados. O Plano de Ação do Chile oferece um marco regional robusto, conectado com o Forum Global sobre Refugiados. A Opinião Consultiva da Corte IDH estabelece obrigações claras. O Fundo de Perdas e Danos foi criado. A ciência é inequívoca.

O que falta não é conhecimento. É vontade política. É financiamento que chegue onde mais se precisa. É a coragem de transformar compromissos em ação.

A COP30 no Brasil não pode ser apenas mais uma conferência onde se reconhece o problema e se adia a solução. Belém, coração da Amazônia, precisa ser o lugar onde finalmente colocamos as pessoas deslocadas — suas vozes, suas necessidades, sua resiliência — no centro das decisões climáticas. Não como vítimas destinatárias de solidariedade, mas como sujeitos de direitos e agentes de transformação.

Claudine nasceu em um país historicamente vulnerável aos furacões. Quando precisou sair, não escolheu propositalmente recomeçar em uma região cada vez mais afetada por enchentes extremas. Não teve o privilégio de viver longe da linha de frente da crise climática. Mas ela — como milhões de pessoas deslocadas — sobreviveu. Protegeu seus filhos. Buscou segurança mesmo quando a segurança parecia impossível. E precisou recomeçar, repetidamente, porque não havia outra escolha.

A questão não é se haverá novos deslocamentos forçados associados a razões climáticas ou ambientais. A questão é se nós, coletivamente, faremos as escolhas necessárias para que recomeçar deixe de ser um ciclo interminável de perdas.

O Mutirão Global contra as mudanças climáticas que a COP30 propõe construir só fará sentido se incluir as Claudines do mundo, as milhões de pessoas que vivem na intersecção entre deslocamento forçado e riscos climáticos extremos, e as centenas de milhões que virão, se continuarmos adiando o inevitável: agir com a urgência que a crise exige e a justiça que a humanidade merece.

Do Haiti ao Brasil, da infância marcada por tempestades à vida adulta interrompida por enchentes, a trajetória de Claudine nos convoca: não há mais tempo para esperar. Não há mais espaço para indiferença. Há apenas a escolha entre repetir o ciclo ou rompê-lo.

A justiça climática começa quando paramos de perguntar “onde Claudine vai recomeçar agora?” e começamos a garantir que ela não precise fugir novamente.



O Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) é uma associação sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, fundada em 1999 em Brasília e vinculada à Congregação das Irmãs Scalabrinianas. O IMDH dedica-se ao atendimento jurídico, socioassistencial, à acolhida humanitária e à integração social e laboral de migrantes, solicitantes de refúgio, refugiados, refugiadas e apátridas. Além da sede na capital federal, mantém um escritório em Boa Vista/Roraima – o IMDH Solidário – voltado ao atendimento a mulheres e crianças venezuelanas em situação de vulnerabilidade social, com ações que abrangem também o município fronteiriço de Pacaraima. Em âmbito nacional, desde 2004, o Instituto articula a Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR), que reúne mais de 70 instituições da sociedade civil de todas as regiões do Brasil. Atua, ainda, em esferas decisórias de proteção de direitos e propositura de políticas públicas, sendo membro observador no Comitê Nacional para Refugiados (CONARE).



A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) foi estabelecida em 14 de dezembro de 1950 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A agência tem como mandato liderar e coordenar a ação internacional para proteger as pessoas refugiadas e construir coletivamente meios para prover soluções duradouras. O principal objetivo do ACNUR é salvar vidas e garantir os direitos e o bem-estar das pessoas em situação de deslocamento forçado devido a guerras, conflitos armados, perseguições ou graves violações dos direitos humanos, buscando assegurar que todas possam exercer o direito de buscar e receber proteção internacional em outro país, com a opção de retornar para casa voluntariamente, integrar-se à sociedade local ou ser reassentado em outro país. O ACNUR também tem o mandato de ajudar pessoas apátridas a adquirirem sua nacionalidade. Em mais de sete décadas, a agência já assistiu dezenas de milhões de pessoas a recomeçar suas vidas em segurança e dignidade. Atualmente, está presente em 135 países e territórios, com cerca de 550 escritórios. Possui mais de 20 mil funcionários. Por meio de parcerias com centenas de organizações não governamentais, o ACNUR presta assistência e proteção a mais de 100 milhões de pessoas.